

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE LETRAS**

RENATA BLESSMANN FERREIRA

**GRAMATICALIZAÇÃO EM PERÍFRASES VERBAIS NA LÍNGUA PORTUGUESA:
Uma Análise de Modelos de Descrição Gramatical**

Porto Alegre

2015

RENATA BLESSMANN FERREIRA

**GRAMATICALIZAÇÃO EM PERÍFRASES VERBAIS NA LÍNGUA PORTUGUESA:
Uma Análise de Modelos de Descrição Gramatical**

Trabalho de Conclusão apresentado como requisito parcial e obrigatório para a obtenção do grau de Licenciada em Letras pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Área de concentração: Sintaxe da Língua Portuguesa

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Sabrina Pereira de Abreu

Co-orientador: Prof. Dr. Sergio Menuzzi

Porto Alegre
2015

**GRAMATICALIZAÇÃO EM PERÍFRASES VERBAIS NA LÍNGUA PORTUGUESA:
Uma Análise de Modelos de Descrição Gramatical**

Trabalho de Conclusão aprovado como requisito parcial e obrigatório para a obtenção do grau de Licenciada em Letras pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) pela banca examinadora formada por:

Porto Alegre, _____.

Prof. Dr. Gabriel de Ávila Othero

Prof.^a. Dr.^a. Laura Rosane Quednau

Ao meu querido avô, professor Joaquim Blessmann, que, reconhecido por esta Universidade pela maestria no tratamento com os números, nunca consentiu com a variação à qual está exposta a nossa [a.dʒi.mi.'ra.vew] Língua Portuguesa.

AGRADECIMENTOS

Indubitavelmente, as palavras com as quais procuro dar forma ao sentimento de gratidão que sinto ao finalizar a última etapa da minha graduação em Letras não esgotam todos os sentidos implicados em mim. Mesmo sempre procurando, na língua, as melhores formas de exprimirmos aquilo que nos é necessário, nunca conseguimos traduzir a convicção, o entusiasmo, a inspiração, o afeto, que nos governam. A despeito da nossa inaptidão para expressar o abstrato, faz-se imperante o meu agradecimento a algumas pessoas, que, cada qual à sua maneira, ajudaram-me neste percurso, ainda que isso resulte, inegavelmente, na falta de concretude.

Agradeço, primeiramente, aos docentes do Instituto de Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul que foram intervenientes na minha formação acadêmica. Entre eles, preciso de, com a devida distinção, agradecer à minha orientadora, Sabrina Pereira de Abreu, pelas leituras atentas e pelos comentários sempre pertinentes, sem os quais não conseguiria desenvolver este trabalho. Agradeço, também, às professoras Carmem Luci da Costa Silva e Laura Rosane Quednau, por me estimularem, direta ou indiretamente, a seguir na área da sintaxe, aos professores Gabriel de Ávila Othero e Lucia Rottava, por me auxiliarem com alguns materiais teóricos deste estudo, e às professoras portuguesas Ana Paula de Oliveira Loureiro e Cristina Martins, por me apresentarem a obra descritiva portuguesa motivadora deste trabalho e por me incutirem o interesse pelas variedades do Português a nível intercontinental.

A esta Universidade, expresso, igualmente, o meu reconhecimento pelo ensino de qualidade e pela oportunidade de conhecer colegas e profissionais excepcionais, que entendem a licenciatura como uma prática necessária para a transformação social. Sobretudo, agradeço por terem sido criadas todas as circunstâncias favoráveis para que eu conhecesse o meu grande companheiro, de curso e de vida, Alexandre Ferreira Martins, pois foram seus permanentes apoio e carinho que tornaram a minha trajetória mais descomplicada e feliz.

Também sou imensuravelmente grata à minha família, que sempre torceu pelo meu êxito e que muito contribuiu para que este fosse possível. Em especial, agradeço à minha mãe, Doris Soares Blessmann, minha primeira e eterna leitora, pela afetuosa disposição em me ajudar a aprimorar as minhas produções; ao meu pai, Eduardo Fortes Ferreira, pelo incentivo constante na busca da minha felicidade profissional; e ao meu irmão, Guilherme Blessmann Ferreira, pela confiança despendida a mim na correção de alguns notórios textos de suas vidas pessoal e acadêmica. À minha avó, Lygia Maria Soares Blessmann, agradeço as contínuas reclamações pela minha ausência, pois estas me fazem, hoje, ter pressa em viver.

"A língua já não é agora livre, porque o tempo permitirá às forças sociais que atuam sobre ela desenvolver seus efeitos, e chega-se assim ao princípio de continuidade, que anula a liberdade. A continuidade, porém, implica necessariamente a alteração, o deslocamento mais ou menos considerável das relações."

Ferdinand de Saussure

RESUMO

Este trabalho versa sobre o tratamento do processo de gramaticalização de perífrases verbais em Língua Portuguesa conferido por duas gramáticas descritivas datadas do século XXI, a saber, a *Gramática Pedagógica do Português Brasileiro*, de Marcos Bagno (2011), e a *Gramática do Português*, de Eduardo Raposo *et al.* (2013), com o propósito de se explicitar de que maneira os gramáticos consideram os conteúdos gramaticais relativos à gramaticalização, às perífrases verbais e aos verbos auxiliares presentes nas mesmas, a fim de se estabelecer um contraste entre modelos de descrição gramatical. Os fundamentos para essa abordagem encontram-se no campo do Funcionalismo, sobretudo nas abordagens teóricas de Michael Halliday e de Simon Dik, baseadas na concepção de competência comunicativa, segundo a qual a língua é constituída pela interação verbal, uma vez que é dependente da capacidade de os usuários construírem, utilizarem e interpretarem expressões de maneiras eficiente e apropriada, de acordo com o contexto. Além disso, por conta do interesse central deste trabalho de examinar os padrões contemporâneos de uso do português, optou-se por adotar uma perspectiva sincrônica do estudo da gramaticalização, fenômeno entendido como o processo a partir do qual uma unidade linguística tem seu estatuto categorial alterado em função de os usuários fazerem, para atender suas intenções comunicativas, uma seleção dos recursos linguísticos já existentes no sistema para os aplicar em novos contextos. Baseando-se, então, nas definições propostas por Heine *et al.* (1991) e por Hopper e Traugott (1993) a respeito do fenômeno da gramaticalização, e por Lobato (1975) e por Pontes (1973) referente às perífrases verbais, é feita a análise particularizada das duas gramáticas selecionadas para este estudo, com o objetivo de trazer as principais categorizações propostas pelos autores, bem como a tipologia (de aspecto, de tempo, de voz, de modalidade) dos verbos auxiliares, estruturas essenciais à construção de perífrases verbais. Finalmente, procura-se sintetizar o resultado da leitura dos materiais de forma a se evidenciar as singularidades e as semelhanças entre as duas descrições comparadas, tendo em conta o exame de caráter qualitativo e quantitativo que se almeja neste estudo. Como consequência do público a que se destina cada obra e também da variedade linguística norteadora das descrições, constata-se que a obra brasileira realiza um exame mais geral das perífrases verbais, cujo foco não é a dissecção das formas atualizadas pelos usuários, mas, sim, o processo histórico do qual deriva a gramaticalização dos verbos auxiliares e a valoração sociocultural dos falantes frente aos diferentes empregos perifrásticos. A gramática portuguesa, por sua vez, realiza uma leitura mais minuciosa e categorizada de tais construções, principalmente com relação à análise dos verbos auxiliares, que são exemplificados em diversos contextos sintáticos, para se evidenciar a sua gramaticalidade ou agramaticalidade.

PALAVRAS-CHAVE: Gramaticalização. Perífrases Verbais. Verbos Auxiliares. Funcionalismo. Gramáticas Descritivas.

RÉSUMÉ

Ce travail porte sur l'approche du processus de grammaticalisation des périphrases verbales, en Langue Portugaise, donné par deux grammaires descriptives datées du XVI^{ème} siècle, c'est-à-dire, *Gramática Pedagógica do Português Brasileiro*, de Marcos Bagno (2011), et *Gramática do Português*, d'Eduardo Raposo *et al.* (2013), avec l'objectif d'expliquer de quel façon les grammairiens considèrent les contenus concernant la grammaticalisation, les périphrases verbales et les verbes auxiliaires, afin d'établir un contraste entre les modèles de description grammaticale. Pour cela, les fondements pour cette approche sont figurés dans le domaine du Fonctionnalisme linguistique, surtout dans les approches théoriques de Michael Halliday et de Simon Dik, fondées dans la conception de compétence communicative, selon laquelle la langue est constituée par l'interaction verbale, dans la mesure où elle dépend de la capacité de l'utilisateur de la langue de construire, utiliser et interpréter des expressions de manière efficace et appropriée, selon le contexte. En outre, pour le compte de l'intérêt central de ce travail d'examiner les modèles contemporains d'utilisation du portugais, cette monographie a adopté une perspective synchronique pour l'étude de la grammaticalisation, phénomène qui est compris comme un processus à partir duquel une unité linguistique a son statut catégoriel modifié en fonction des utilisateurs, qui font, pour attendre leurs intentions de communication, une sélection des recours linguistiques déjà existantes dans le système pour les mettre dans de nouveaux contextes. En tenant compte, donc, les définitions proposées par Heine *et al.* (1991) et par Hopper et Traugott (1993), sur le phénomène de grammaticalisation, et par Lobato (1975) et par Pontes (1973), concernant les périphrases verbales, ce travail envisage une analyse particularisée des grammaires choisies pour cette étude, avec l'objectif d'apporter les principales catégorisations proposées par les auteurs, ainsi que la typologie (d'aspect, de temps, de voix, de modalité) des verbes auxiliaires, structures essentielles pour la construction des périphrases verbales. Finalement, ce travail cherche à synthétiser le résultat de la lecture des matériaux pour souligner les singularités et les similitudes entre les deux descriptions, en considérant l'examen de nature qualitative et quantitative de cette étude. Comme conséquence du public cible de chaque oeuvre et aussi de la variété, guide des descriptions, il est possible de constater que l'oeuvre brésilienne fait une analyse plus générale des périphrases verbales, dont le but n'est pas la décomposition des formes périphrastiques actualisées par l'utilisateur, mais simplement le processus historique duquel vient la grammaticalisation des verbes auxiliaires et l'appréciation socioculturelle des utilisateurs, face aux différents emplois de périphrases. La grammaire portugaise, à son tour, fait une lecture plus détaillée et catégorisée de telles structures, notamment ce qui concerne l'analyse des verbes auxiliaires, qui sont illustrés dans de divers contextes syntactiques, pour mise en relief leur grammaticalité ou agrammaticalité.

MOTS-CLÉS: Grammaticalisation. Périphrases Verbales. Verbes Auxiliaires. Fonctionnalisme. Grammaires Descriptives.

SUMÁRIO

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS	9
2 REFERENCIAL TEÓRICO	13
2.1 A GRAMÁTICA FUNCIONALISTA	13
2.1.1 <i>O Funcionalismo de Halliday</i>	15
2.1.2 <i>O Funcionalismo de Dik</i>	18
2.2 O FENÔMENO DA GRAMATICALIZAÇÃO	21
2.2.1 <i>A Gramaticalização para Heine et al.</i>	24
2.2.2 <i>A Gramaticalização para Hopper e Traugott</i>	27
2.3 O FENÔMENO DAS PERÍFRASES VERBAIS	30
2.3.1 <i>A Perífrase Verbal e seus Problemas de Nomenclatura</i>	31
2.3.2 <i>A Perífrase Verbal e seus Problemas de Delimitação</i>	33
2.4 RESUMO DO CAPÍTULO	37
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	39
3.1 GRAMÁTICA PEDAGÓGICA DO PORTUGUÊS BRASILEIRO	39
3.2 GRAMÁTICA DO PORTUGUÊS	42
3.3 PROCESSOS DE ANÁLISE	43
4 ANÁLISE DOS DADOS	46
4.1 GRAMÁTICA PEDAGÓGICA DO PORTUGUÊS BRASILEIRO	46
4.1.1 <i>Gramaticalização</i>	46
4.1.2 <i>Verbos Auxiliares e Perífrases Verbais</i>	50
4.2 GRAMÁTICA DO PORTUGUÊS	57
4.2.1 <i>Gramaticalização</i>	58
4.2.2 <i>Verbos Auxiliares e Perífrases Verbais</i>	62
4.3 EXAME COMPARATIVO	73
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	84
REFERÊNCIAS	86

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O presente trabalho pretende, sob a ótica funcionalista, cotejar a descrição de construções perifrásticas apresentadas em duas gramáticas de Língua Portuguesa, do Brasil e de Portugal, datadas do século XXI. A partir de uma perspectiva sincrônica do fenômeno de gramaticalização – considerada, nesta pesquisa, não em oposição à diacronia, mas em dependência desta, na medida em que serve à elucidação de padrões sincrônicos de uso linguístico decorrentes de um *continuum* evolutivo do sistema –, intenta-se explicitar de que forma os autores das obras assumem os conteúdos gramaticais relativos às estruturas perifrásticas – entendidas, usualmente, como a junção de um verbo auxiliar gramaticalizado com outro, pleno (e, portanto, com significado lexical), expresso em alguma das formas nominais dos verbos (particípio, gerúndio ou infinitivo) –, com o intuito de se estabelecer uma avaliação comparativa entre modelos de descrição gramatical. Como se elucida neste trabalho, o critério semântico, segundo o qual caberia somente ao segundo verbo da perífrase orientar a predicação das sentenças, é apenas uma das características que parecem definir tais construções. No entanto, por não haver uma consonância entre os gramáticos acerca dos traços próprios dessas estruturas, a sua definição é proposta, pormenorizadamente, a partir da descrição gramatical de cada um dos autores das gramáticas que constituem o *corpus* deste trabalho: a *Gramática Pedagógica do Português Brasileiro*, de Marcos Bagno (2011), e a *Gramática do Português*, de Eduardo Raposo *et al.* (2013).

Apesar da diversidade de delimitações possíveis em relação às perífrases verbais, como ponto de partida para o exame comparativo aqui intencionado, assume-se como tendo sofrido processo de gramaticalização verbos como *ir*, cuja leitura inicial era de deslocamento espacial (*Ela vai ao restaurante almoçar*), mas que foi adquirindo valor de auxiliar e passou a significar deslocamento temporal de futuridade (*Ela vai almoçar*), e *haver*, que, de verbo pleno com sentido abstrato de posse, desempenha, contemporaneamente, tanto função desinencial (*Cantarei*) quanto de auxiliaridade (*Ela havia viajado mês passado*). Tendo em conta, ainda, que o exame dessas e de outras formas linguísticas necessita de um estudo teórico-metodológico que o justifique e que o oriente, optou-se por dividir a pesquisa em cinco capítulos, relativos às considerações iniciais, ao referencial teórico, à metodologia, à análise de dados e às considerações finais. Para fins de uma descrição mais detalhada, os capítulos acerca do referencial teórico, da metodologia e da análise de dados foram segmentados em seções, conforme é indicado abaixo.

O segundo capítulo, "Referencial Teórico", foi dividido em quatro seções, a saber, "A Gramática Funcionalista", "O Fenômeno da Gramaticalização", "O Fenômeno das Perífrases Verbais" e "Resumo do Capítulo". Na primeira delas, discorre-se sobre a teoria da gramática funcionalista, que se fundamenta na concepção de competência comunicativa, em que a língua, enquanto sistema e instrumento de interação social, possui regularidades perceptíveis no uso frequente de determinadas formas. À frente dessa corrente, estão nomes como Michael Halliday (1985) e Simon Dik (1997), cujas abordagens teóricas são aqui adotadas por conta de serem consideradas moderadas por Nichols (1984) e por Van Valin (1990), visto suplantarem as inadequações relativas ao formalismo ao proporem uma análise centrada na estrutura, mas na qual também atuam a semântica e a pragmática.

A segunda seção desse capítulo, por sua vez, contempla o fenômeno de gramaticalização, entendido como o processo a partir do qual uma unidade linguística tem seu estatuto categorial alterado em função de propriedades sintáticas, semânticas e discursivo-pragmáticas e por necessidades de comunicação não atendidas pelas formas existentes no sistema linguístico (NEVES, 1997). É o que acontece, por exemplo, em construções com o verbo *ir* enquanto auxiliar, visto que ele permite uma dupla leitura: a de movimento (leitura original) e a de futuridade (leitura metafórica). Dessa maneira, sentenças como *João vai passear com seu cachorro* podem tanto responder à pergunta *Aonde João vai com seu cachorro?*, quanto à *O que João vai fazer com seu cachorro?*, em razão à contiguidade dos conceitos de espaço e tempo (GONÇALVES, LIMA-HERNANDES e CASSEB-GALVÃO, 2007; NEVES, 1997). Assim sendo, o estudo baseou-se em autores que se fundamentaram na concepção de Antoine Meillet (1912) de ser o processo de gramaticalização a passagem de item lexical para item gramatical: Bernd Heine *et al.* (1991), que definem a gramaticalização como um *continuum* por meio do qual não somente elementos lexicais assumiriam uma função gramatical, mas também elementos gramaticais assumiriam uma função ainda mais gramatical; e Paul Hopper e Elizabeth Traugott (1993), que igualmente entendem a gramaticalização como o processo a partir do qual quaisquer materiais linguísticos assumiriam funções gramaticais e, uma vez gramaticalizados, desenvolveriam novas funções gramaticais, seguindo um *cline* de mudança, por conta dos deslizamentos ocorridos entre as classes de palavras.

Na terceira seção do segundo capítulo, explora-se de que forma são comumente concebidas as estruturas perifrásticas, de acordo com as teses de Eunice Pontes (1973), nas quais a autora delinea a falta de consenso entre os gramáticos em relação à nomenclatura a

ser adotada para tais estruturas, bem como a diversidade de critérios utilizada para a sua descrição. Esta é, em específico, tema também abordado por Lúcia Lobato (1975), ao se propor discutir os critérios de auxiliaridade regularmente presentes na tradição gramatical, a despeito de estes, com frequência, serem conflitantes, por se fundamentarem em aspectos de diferentes naturezas (semântica, sintática, prosódica). Por fim, na quarta seção, traça-se um breve resumo acerca das definições dos autores nos quais se fundamenta este estudo.

No terceiro capítulo deste trabalho, é apresentada a metodologia adotada para a análise das gramáticas escolhidas para o estudo, evidenciando-se o percurso delineado desde a pesquisa bibliográfica, essencial à leitura crítica do material a ser examinado, até a documental, em que se especifica a forma como os dados foram obtidos e analisados. Além disso, também se faz uma breve apresentação das obras em duas seções distintas, com o intuito de contextualizar cada uma das produções (para que se possa, posteriormente, cruzar a forma como são feitas as descrições com, por exemplo, o objetivo dos autores com suas gramáticas e o público-alvo almejado), bem como se elucida a concepção de língua que as subjaz, na medida em que isso reflete, posteriormente, nas descrições linguísticas empreendidas tanto em relação ao fenômeno da gramaticalização quanto às construções perifrásticas. Por fim, na terceira e última seção, apresenta-se o movimento investigativo adotado para esta pesquisa, pautado em dois critérios analíticos: um relativo ao fenômeno da gramaticalização e outro segundo referente aos verbos auxiliares e às perífrases verbais.

Propõe-se a análise, no quarto capítulo, dos materiais escolhidos, nomeadamente, a *Gramática Pedagógica do Português Brasileiro*, de Marcos Bagno (2011), e a *Gramática do Português*, de Eduardo Raposo *et al.* (2013), cada qual constituindo uma seção distinta do capítulo. Assim, as duas primeiras seções são divididas em dois tópicos, os quais delineiam a conceitualização dos processos de mudança da língua e as abonações a respeito de verbos auxiliares e de perífrases verbais. Na última seção, apresenta-se um exame comparativo feito a partir da leitura das obras, tornando evidente quais foram as singularidades de cada material e também as estruturas comuns entre as gramáticas examinadas.

Por fim, o último capítulo trata de algumas considerações finais a respeito do exame comparativo e evidencia as contribuições que o mesmo oferece para a pesquisa da abrangência de algumas gramáticas descritivas no que se refere ao processo de gramaticalização de construções perifrásticas. Além disso, nele também se projeta a relevância do estudo dos conceitos e das estruturas aqui focalizadas (gramaticalização, verbos auxiliares e perífrases verbais) em contexto escolar, considerados ilustrativos não só da

dinamicidade da língua, mas sobretudo do contributo semântico de algumas formas linguísticas, que propiciam outras leituras pela inserção de domínios de valor aspectual, temporal ou modal, os quais não são expressos pelas formas verbais simples.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Como mencionado no capítulo introdutório, este capítulo, estruturado em quatro seções, tem como objetivo apresentar o referencial teórico adotado neste trabalho. Na seção 2.1, apresenta-se a teoria da gramática funcionalista a partir das perspectivas de Halliday (1985) e de Dik (1997); na seção 2.2, discorre-se sobre o processo de gramaticalização, especialmente sobre as concepções de Meillet (1912), de Heine *et al.* (1991) e de Hopper e Traugott (1993); na seção 2.3, mostra-se de que forma são comumente concebidas as estruturas perifrásticas, de acordo com Pontes (1973) e com Lobato (1975). Por fim, na seção 2.4, faz-se uma breve síntese a respeito do referencial selecionado, destacando quais são as contribuições deste para a reflexão empreendida nestas páginas acerca das gramáticas selecionadas, das concepções de língua nelas entrevistas e dos critérios adotados para a descrição do fenômeno linguístico que é o foco deste estudo.

2.1 A GRAMÁTICA FUNCIONALISTA

O exercício de reflexão frente aos usos possíveis dentro do sistema da língua necessita de se inserir em um quadro teórico no qual estejam presentes componentes de esfera discursiva, e é desse contexto que estudos de base funcionalista emergiram. Ao examinar a língua em funcionamento e ao adotar um olhar que entende o sistema como instável, visto serem estrutura e função componentes dependentes do discurso, o Funcionalismo busca compreender a competência comunicativa dos usuários, ou seja, busca verificar como a comunicação de dada língua se estabelece (MARTINET, 1994), analisando, para isso, a capacidade dos falantes de construir, utilizarem e interpretar expressões de maneiras eficiente e apropriada, de acordo com a interação verbal. Assim, apesar de se admitir que a teoria funcionalista abarque modelos de análise linguística distintos (PRIDEAUX; SIEWIERSKA, 1994), aceita-se, igualmente, a existência desse propósito comum, entrevisto nas diversas particularidades de cada modelo.

Desta forma, a análise da estrutura gramatical sob uma orientação funcional é proposta a partir de um viés discursivo, incluindo elementos da situação comunicativa (NICHOLS, 1984), pois é a partir desta que, dinâmica e funcionalmente, constituem-se estrutura e função, forma e significado. Isso posto, considera-se – conforme discorre Givón (1995) em relação à não-autonomia do sistema atribuída ao Funcionalismo –, que nem língua nem gramática

podem ser entendidas sem referência à comunicação, à interação social, à cultura, à mudança, à variação; a dinamicidade da língua existe na medida em que se percebe que os espaços são preenchidos a depender do uso feito pelos falantes. Para o paradigma funcional, portanto, a língua não existe em si e por si mesma, mas por seu papel instrumental de mediar a comunicação entre os seres humanos. Conforme afirma Neves,

[...] a gramática funcional visa a explicar regularidades dentro das línguas e através delas, em termos de aspectos recorrentes das circunstâncias sob as quais as pessoas usam a língua. A gramática funcional ocupa, assim, uma posição intermediária em relação às abordagens que dão conta apenas da sistematicidade da estrutura da língua ou apenas da instrumentalidade do uso da língua. (NEVES, 1997, p. 22)

Frente às diversas modalidades de descrição linguística abrangidas pelo Funcionalismo, Nichols (1984) defende a existência de três diferentes gradações: o funcionalismo conservador, o moderado e o extremado. O primeiro deles não se propõe fazer uma análise da estrutura linguística, embora considere inadequados os exames formalistas e estruturalistas; o segundo, por sua vez, parte do mesmo pressuposto de serem as teorias precedentes impróprias para um estudo da língua, mas, frente a isso, desenvolve uma proposta de análise de base funcionalista; o terceiro, por fim, considera não haver restrições sintáticas para a formação de enunciados, uma vez que as regras se baseariam nas funções de cada contexto e não nas estruturas *per se*.

Haja vista, então, os inúmeros autores funcionalistas que propuseram seus próprios modelos – cujas características ora se complementam, ora se opõem –, para o presente trabalho foram escolhidos aqueles nomes cuja abordagem teórica é, como delinearam Nichols (1984) e Van Valin (1990), moderada, uma vez que, a partir das inadequações relativas ao estruturalismo e ao gerativismo, indicaram uma análise das línguas naturais na qual tanto a semântica como a pragmática fossem intervenientes, sem, contudo, suplantarem o papel central da estrutura. Tal concepção, em que a pragmatização esteja pressuposta frente ao elemento sintático-semântico do modelo linguístico, é característica da Escola Linguística de Praga e pode também ser entrevista nos modelos funcionalistas atuais de Michael Halliday e de Simon Dik, autores que "buscam construir a teoria no interior do próprio sistema, o que revela, fundamentalmente, uma consideração funcional da própria natureza da linguagem" (NEVES, 1997, p. 17). Em vista disso, nas duas próximas seções deste trabalho, são explicitados os dois modelos teóricos que serviram à fundamentação do estudo: em um primeiro momento, o de Halliday e, posteriormente, o de Dik.

2.1.1 O Funcionalismo de Halliday

A teoria da linguagem na qual se fundamenta Halliday (1985) é conhecida como *gramática sistêmico-funcional*, visto o autor britânico defender ser a língua, concomitantemente, sistema e função. Nessa perspectiva, a gramática deve apresentar um estudo de formas linguísticas ancorado na semântica de cada atualização feita pelos falantes, uma vez que à gramática funcional caberia o papel de codificar significados, que, por sua vez, seriam sistematizados na forma de itens lexicais e gramaticais. Além disso, como a produção de sentidos ocorreria por meio de enunciados, a língua seria um sistema semântico não apenas em relação a significados de palavras, mas, acima de tudo, pressuposto a todo o sistema de significados de uma língua. Assim, depreende-se, com tal nomenclatura, que a construção de sentidos, para o autor, não pode estar restrita à sentença; ao contrário, deve estar em constante diálogo com o texto (oral ou escrito), unidade maior de funcionamento (GOUVEIA, 2009).

Em vista disso e considerando que toda linguística seria sistêmica (BEAUGRANDE, 1993), a linguística funcional sistêmica de Halliday contrapor-se-ia à linguística formal sistêmica comum aos estruturalistas, por entender que a competência comunicativa é acessível a partir das escolhas reais dos usuários ao construírem seus enunciados em um contexto concreto de interação verbal – e, portanto, não estaria presente em uma competência abstrata de usuários ideais em comunidades homogêneas de fala (CHRISTIE, 1979). Para o britânico, uma gramática funcional teria de ser, basicamente, uma gramática natural, no sentido de conseguir explicar tudo que nela está incluído, visto tudo ser fruto, em última instância, da língua posta em uso. Desse modo, cada unidade de uma língua poderia ser explicada e interpretada em referência à sua função em relação ao todo do sistema.

Por consequência disso, a questão fundamental, para Halliday, é o modo como os significados são expressos em sua gramática funcional: as formas não devem ser entendidas como tendo um fim em si mesmas – porque não podem ser definidas isoladamente –, mas como sendo meios para um fim, por tenderem à interpretação de um todo semântico, formado pela junção de outros níveis (semânticos e pragmáticos, por exemplo) com a dependência inerente às frases (HALLIDAY, 1985). É nesse sentido que o autor acredita ser essencial a uma gramática separar os inúmeros usos possíveis de acordo com as funções semânticas específicas, pois ele assume que os sistemas de significados, apesar de originarem itens lexicais e itens gramaticais plausíveis, apenas alcançam sua funcionalidade no interior de

estruturas semânticas produzidas em contextos comunicativos. Apesar disso, Neves (1997) afirma, sobre a Gramática Funcional de Halliday:

Se, de um lado, um texto é uma unidade semântica, e não gramatical, de outro os significados são compreendidos quando se corporificam em enunciados, e, sem uma teoria que dê conta de como as palavras codificam os significados, isto é, sem uma gramática, não há como explicitar uma interpretação do sentido de um texto. A relação entre a semântica e a gramática é de "interpretação": os enunciados "interpretam", ou codificam o significado, e são, por sua vez, "interpretados" pelo som ou pela escrita. (NEVES, 1997, p. 74) [grifo da autora]

Disso advém o necessário enquadramento, em uma teoria sistêmica fundamentada no princípio da metafuncionalidade, do paradigma, pois a realização sintagmática é apenas produto do processo paradigmático por meio do qual o usuário traça uma rede de relações entre as potenciais estruturas linguísticas que, ao se adequarem às produções comunicativas desejadas, adquirem novas funções (GOUVEIA, 2009). Tendo como base essa perspectiva, o autor acredita ser "a gramática [...], afinal, o mecanismo linguístico que liga umas às outras as seleções significativas que derivam das várias funções da linguagem, e as realiza em uma forma estrutural unificada" (HALLIDAY, 1973, p. 364).

A partir desse quadro, Halliday (1985) formulou, para o seu modelo, dois propósitos basilares da linguagem, segundo os quais todas as línguas seriam organizadas: o ideacional e o interpessoal. A função ideacional, referente à organização semântica, codificaria as representações de mundo, servindo à expressão do conteúdo e, portanto, refletindo a forma como falante e ouvinte organizam e incorporam na língua suas percepções, seus atos linguísticos, suas experiências, seus sentimentos, seus pensamentos. A função interpessoal, por sua vez, relacionar-se-ia à interação e à participação envolvida em eventos de fala mediante o uso da linguagem; por refletir, portanto, tanto uma função interacional quanto uma pessoal, é que, igualmente, instituiria os papéis sociais – intrínsecos à própria linguagem – e a sua manutenção, visto ser por meio da linguagem humana que falante e ouvinte interagem e trocam entre si os seus papéis.

Para completar a sua interpretação funcional da linguagem, o autor acrescentou ao modelo um terceiro componente, o textual, por acreditar ser este essencial à relevância dos dois anteriores, uma vez que, partindo do princípio da multifuncionalidade, cada elemento seria entendido e explicado a partir das funções exercidas no interior do sistema linguístico, a partir da codificação da mensagem. Às gramáticas funcionais, por isso, caberia interpretar a língua como uma rede de relações, dando primazia, como já mencionado, a uma orientação paradigmática. Assim, para Halliday, em uma gramática funcional:

[...] priority is given to the view 'from above'; that is, grammar is seen as a resource for making meaning – it is a 'semanticky' kind of grammar. But the focus of attention is still on the grammar itself. Giving priority to the view 'from above' means that the organizing principle adopted is that of system: the grammar is seen as a network of interrelated meaningful choices. In other words, the dominant axis is the paradigmatic one: the fundamental components of the grammar are sets of mutually defining contrastive features. (HALLIDAY, 1985)

Tal rede de relações, tendo em consideração a organização do conteúdo cognitivo, poderia ser percebida tanto no nível sentencial, no qual a função ideacional atuaria pela transitividade, um componente textual interno a partir do qual os usuários conseguiriam interpretar e expressar suas experiências na língua, quanto no nível discursivo, no qual operaria um componente textual externo marcado pela coesão, entendida como a necessária dependência entre as funções para a interpretação do discurso (HALLIDAY, 1985). Seu modelo de análise da língua procuraria, então, sistematicamente, relacionar a análise linguística ao contexto de enunciação, de tal modo que se pudesse constatar, em um primeiro momento, de que maneira e por que razão um texto significa aquilo que pretende ou não significar e, em um segundo momento, se um texto é adequado ou não ao seu propósito comunicativo.

Para Halliday, em suma, o modelo sistêmico-funcional assume que a gramática é perpassada pela semântica em cada enunciado do falante, sendo o sistema semântico, portanto, entendido não apenas pelo significado de cada palavra, mas, sobretudo, pela relação entre as escolhas linguísticas dos usuários quando fazem uso da língua. É a partir de tais atualizações no discurso que, para o autor, a competência comunicativa torna-se acessível, tendo em conta ser apenas em contextos comunicativos reais que as estruturas cooptadas do nível paradigmático alcançam sua funcionalidade.

Na próxima seção, é apresentado o ponto de vista de Simon Dik (1981, 1989, 1997, 2004, 2010), autor que propõe um modelo de interação verbal estruturado não só por regras semânticas, sintáticas, morfológicas e fonológicas, que regeriam as expressões linguísticas, mas também por regras pragmáticas, que norteariam a forma como tais expressões se constituiriam em uma interação verbal. Como melhor se expõe a seguir, o linguista holandês baseava sua teoria na informação pragmática dos usuários, a qual guiaria simultaneamente a expressão linguística tanto em vias de atender a intenção do falante quanto em de modificar a interpretação do ouvinte.

2.1.2 O Funcionalismo de Dik

Dik (1989), da mesma maneira que Halliday, interpreta como sendo multifuncionais os elementos que estruturam os enunciados, não sendo suficiente uma interpretação que se baste na indicação das funções gramaticais ou um modelo enunciativo baseado tão somente na sequência *codificação, transmissão e decodificação*. Para o linguista holandês, o usuário da língua – entendida por ele como sendo o instrumento por meio do qual é possível a interação verbal entre os falantes – possuiria um duplo papel no sistema comunicativo, pois teria de, enquanto falante, antecipar a interpretação do destinatário e, enquanto este, reconstruir a intenção daquele. Dessa forma, a expressão linguística, entendida em seu uso efetivo, seria estruturada tanto pela forma, selecionada pelo falante, quanto pelo construto, produzido pelo destinatário.

Nesse modelo, a expressão linguística adotada pelo usuário seria organizada em torno da intenção e da informação pragmática deste; tendo em conta o pressuposto comunicativo que estaria subjacente à ação social do falante (de sua ação social carregar tais intenção e informação), o ouvinte teria de não apenas interpretar as representações codificadas pelo falante, como também considerar a pretensão do falante em modificar a informação pragmática daquele a quem se dirige (DIK, 1989). O vínculo existente entre a intenção do falante e a interpretação do destinatário, portanto, seria tão somente mediada – e não estabelecida – pela expressão, pois também dependeria do conhecimento prévio dos usuários da língua, visto que tanto falante como destinatário possuem informação pragmática. Decorreria disso, sob a ótica do enunciador, a não obrigatoriedade de uma verbalização plena e/ou direta de sua intenção, pois apenas uma verbalização parcial e/ou não-direta poderia ser suficiente para preencher o hiato existente entre a informação pragmática que o falante presume ter acerca da informação pragmática do destinatário no momento da enunciação e a informação pragmática propriamente dita do destinatário. Por outro lado, igualmente o destinatário não interpretaria a expressão linguística apenas a partir de seu conteúdo sintático-semântico, mas, sobretudo, comportaria tal expressão junto às informações que já possui (NEVES, 1997).

Com efeito, a interação verbal seria, para Dik (1981), uma atividade cooperativamente estruturada: *cooperativa* por ser resultado da ação de dois participantes com um objetivo comum (a interação satisfatoriamente empreendida), e *estruturada* por ser governada por regras, princípios, convenções que, para o autor, constituiriam dois sistemas distintos, um

regendo a constituição de expressões linguísticas (ligadas a regras semânticas, sintáticas, morfológicas e fonológicas, portanto), e outro, os padrões de interação verbal em que tais expressões são utilizadas (vinculados, assim, a regras pragmáticas). Em vista disso, o autor (1989) não admite a existência de uma sintaxe autônoma, pois, a despeito de assentir que a linguagem só possa funcionar, para a comunicação, por meio de estruturas sintáticas, seria unicamente por meio da especificidade gramatical de uma expressão posta em uso que se determinaria o seu valor semântico.

Para o linguista holandês, então, uma teoria da gramática e, antes, da linguagem, não poderia se estruturar a partir da exposição de regras, mas, sobretudo, deveria tentar explicar tais regras como consequência das funções assumidas quando do uso (DIK, 1981). É nesse sentido que forma, significado e uso seriam componentes complementares para uma teoria geral que, por considerar a gramática como sendo natural, não pode se esgotar na sistematização de traços linguísticos formais. Por conseguinte, Dik entrevê a necessidade de incorporar, em uma teoria gramatical funcionalista, ao lado da adequação tipológica (capacidade de se adequar a línguas tipologicamente diferentes), também a adequação pragmática (acomodação de determinadas expressões linguísticas ao contexto e ao modo de uso) e a psicológica (relação entre competência linguística e comportamento linguístico do usuário), uma vez que seriam estas promotoras de uma dicotomia entre a produção dos falantes e a compreensão dos ouvintes.

As adequações que deveriam integrar, para Dik (1989), uma gramática funcional seriam reflexo de inúmeras capacidades atuantes, em concomitância à linguística, no momento de fala dos usuários. Estariam envolvidas, então, no uso comunicativo, as capacidades de a) produção, manutenção e exploração de uma base de conhecimentos, a depender das necessidades de uso (capacidade epistêmica), b) dedução, lógica ou probabilística, de outros conhecimentos por meio de conhecimentos já tidos (capacidade lógica), c) derivação de conhecimentos a partir do ambiente no qual em que se está inserido, podendo utilizá-los tanto para a construção quanto para a interpretação de expressões linguísticas (capacidade perceptual) e, por fim, d) compreensão de como e o que dizer a um destinatário particular em dada situação comunicativa, com certo objetivo comunicativo (capacidade social). Dessa forma, pela amplitude da orientação funcionalista de Dik, concebe-se a gramática funcional como uma teoria geral acerca da organização estrutural das línguas naturais na qual não se objetiva descrever as regras e os princípios subjacentes às construções das expressões

linguísticas, mas, antes, busca explicá-los em relação à sua funcionalidade em contextos específicos.

Dik (1989), nesse sentido, acredita que deva haver na linguística uma inter-relação mutuamente complementar entre a análise de dados e a elaboração de uma teoria; assim, tanto à análise adequada de dados seria imperioso um estudo a respeito de teorias que regeriam os princípios estruturais e funcionais de todas as línguas, quanto ao desenvolvimento da teoria seria indispensável a análise meticulosa de fatos característicos de línguas específicas. A dependência entre essas duas esferas da pesquisa linguística é exposta por Dik por meio de uma pirâmide, em cuja base estariam os dados concretos, aferidos por usos de línguas particulares, e em cujo topo estariam os princípios organizadores das línguas em geral.

A adequação tipológica, então, pressuporia dois movimentos no interior da pirâmide: o da base para o topo, gerado por indução e generalização (partindo, portanto, do mais concreto/particular para o mais abstrato/geral) e o do topo para a base, produzido por dedução e predição (advindo, então, do mais abstrato/geral para o mais concreto/particular). Com tal disposição, a teoria teria de ser plástica o suficiente para prover gramáticas de línguas de diferentes tipos, ao mesmo tempo em que teria de ser eficaz na delimitação de semelhanças e de diferenças entre as línguas – tendo a precaução de, entretanto, não delimitar demais o seu escopo, de modo a não conseguir descrever fatos linguísticos de gramáticas particulares, nem englobar indistintamente as estruturas, de maneira a definir uma classe de gramática que extrapole o limite das classes de gramáticas reais.

Em síntese, para Dik (1997), a língua, como instrumento de interação verbal, não pode ser sistematizada na gramática ignorando-se o fato de as expressões linguísticas servirem, sobretudo, a fins comunicativos. É por conta disso que, junto a regras semânticas, sintáticas, morfológicas e fonológicas, também se deve considerar interveniente, nos eventos discursivos, a pragmática, visto ser por meio desta que os falantes e ouvintes imprimem às expressões linguísticas novas funções.

Na próxima seção, tendo em conta a abordagem funcionalista frente ao processo mais produtivo de alteração da língua, expõe-se como a literatura especializada discorre sobre o fenômeno chamado “gramaticalização”. Para tanto, são apontadas, em relação a tal processo, as concepções de Meillet (1912), de Heine *et al.* (1991) e de Hopper e Traugott (1993), as quais partilham a noção da ocorrência de uma gradual mudança de estatuto categorial de determinada unidade linguística, de forma a adquirir propriedades mais gramaticais. Assim,

em cada uma das seções, discorre-se acerca das especificidades das descrições de cada autor, bem como se procuram delinear os aspectos em que elas se tangenciam.

2.2 O FENÔMENO DA GRAMATICALIZAÇÃO

Considerar a língua sob a ótica funcionalista implica entender a gramática como um sistema adaptável, em que predomina a instabilidade entre conservação e variação (DUBOIS, 1985); em decorrência disso, um dos temas centrais nos estudos funcionalistas é a relação entre discurso e gramática, com foco especial para o fenômeno da gramaticalização. Assim, na liberdade organizacional do falante, configura-se tanto a manutenção do sistema, possível pela sua parcial autonomia (fruto da possibilidade de categorias, materializadas em um determinado contexto, serem reutilizadas em outros momentos), quanto a sua mudança, dirigida por pressões comunicativas (como necessidades informativas ou retóricas), que provocam uma constante acomodação da gramática. Tal adequação ao contexto é possível por meio do fenômeno da gramaticalização, cujo princípio geral é a "reorganização do sistema sob pressão do uso, embora dentro de estruturas possíveis" (NEVES, 2002, p. 151). Dessa maneira, a gramaticalização abrange, quer na sintaxe dos enunciados, quer em sua semântica, aquelas estruturas que foram possibilidades em um mesmo estágio de paradigmas e que são representativas de diferentes graus de coalescência.

Foi Meillet, em 1912, quem cunhou o termo *gramaticalização* da forma como é concebida nos estudos atuais. Para o autor, o fenômeno deveria ser entendido como a atribuição de um caráter gramatical para uma palavra anteriormente autônoma – nos estudos pioneiros do linguista francês, o fenômeno envolvia, fundamentalmente, a passagem de um item lexical para um gramatical –, resultado de um *continuum* de esvaziamento de sentidos, de enfraquecimento das formas linguísticas e, por consequência, de empobrecimento da língua (MEILLET, 1912). A partir dessa acepção mais clássica, "palavras de uma categoria lexical plena (nomes, verbos e adjetivos) pode[ria]m passar a integrar a classe das categorias gramaticais (preposições, advérbios, auxiliares etc.), as quais, em momento posterior, pode[ria]m vir até mesmo a se tornar afixos" (GONÇALVES, LIMA-HERNANDES e CASSEB-GALVÃO, 2007) – compreendendo, como lexicais, os itens que fazem referência ao mundo ou que o descrevem e, como gramaticais, os que organizam os primeiros no interior do discurso.

A acepção fornecida por Meillet originou muitos outros modelos de análise da gramaticalização; foi a partir dele, também, que se tornou vasta a nomenclatura adotada para o fenômeno abordado no presente estudo. Desse modo, a despeito da usual correlação entre o termo *gramaticalização* com um estudo diacrônico – em que o processo de variação é tido como gradual, por mostrar o *continuum* evolutivo das estruturas, desde a coexistência de duas de igual função até a substituição total de uma pela outra – e o termo *gramaticização* com um estudo sincrônico – cujo caráter instantâneo é percebido pelos atos mentais dos usuários, que transpõem suas escolhas re-categorizadas em contextos de uso efetivo da língua –, optou-se por dar preferência ao termo utilizado por grande parcela dos autores que estudam tal fenômeno: *gramaticalização*.

A variedade de expressões para retratar o mesmo objeto de estudo – a gramaticalização de estruturas da língua – igualmente denota perspectivas de análise diferentes, que são consideradas ora de forma singular (sob um enfoque exclusivamente sincrônico ou exclusivamente diacrônico,) ora de forma complementar (sob uma perspectiva simultaneamente sincrônica e diacrônica), a depender do teórico. Acerca do escopo de estudo, Heine *et al.* (1991) relatam que, inicialmente, o fenômeno era tido como um meio para estudar as mudanças linguísticas que interferiam na língua, quer para fins de comparação com padrões linguísticos posteriores, quer para fins de reconstrução de determinada língua, tendo se tornado um instrumento para compreender mais eficazmente a gramática sincrônica somente após 1970¹ (com o intuito de, por exemplo, identificar o grau de gramaticalidade de determinada forma linguística a partir dos deslizamentos funcionais promovidos por contextos discursivo-pragmáticos). Apesar do tardio surgimento de tal orientação, já em Meillet era possível depreender uma concepção sincrônica do fenômeno, em concomitância a uma diacrônica (NEVES, 2002), tendo em vista a forma como o autor caracterizava-o. Assim, ao distinguir as palavras em três classes distintas, a saber, as principais (lexicais, portanto), as acessórias e as gramaticais, o autor tornava possível uma dupla interpretação: uma primeira, que entendia as palavras acessórias e as gramaticais como tendo se desenvolvido a partir das principais, e uma segunda, que admitia a coexistência de todas elas em um mesmo momento histórico.

¹ Tendo em conta as pressões que o sistema linguístico lança sobre o uso comunicativo, bem como as pressões que o uso impele sobre o sistema linguístico, alguns autores (BURRIDGE, 1993; LICHTENBERK, 1991; NICHOLS; TIMBERLAKE, 1991) adotam uma posição pancrônica, por entenderem que exista uma interdependência entre a fluidez da gramática e a história da língua que justifique tais estruturas na gramática sincrônica.

Com base nessa primeira acepção do fenômeno, autores como Heine *et al.* (1991) e Hopper e Traugott (1993) assumiram, como ponto de partida de seus estudos, que itens lexicais (signos linguísticos plenos, lexemas concretos, palavras principais, relacionados às classes abertas de palavras) originam, em um processo de abstratização, itens gramaticais (signos linguísticos vazios, lexemas abstratos, palavras acessórias, pertencentes às classes fechadas de palavras), e que itens já gramaticalizados podem se tornar ainda mais gramaticais. Uma possibilidade de percurso para o fenômeno foi proposta por Hopper (1991), e, apesar de os princípios a seguir não serem aceitos por todos os estudiosos, para o presente trabalho, optou-se por adotá-los, em função do seu maior alcance e da sua adequação à proposta também de Heine *et al.*: a) o caráter não-discreto das categorias, b) a fluidez semântica (em que o contexto é relevante para a interpretação), c) a unidirecionalidade e a gradualidade das mudanças, d) a coexistência de etapas (o que provoca o surgimento de estruturas polissêmicas) e e) a regularização, a idiomatização² e a convencionalização contínuas.

O princípio geral que constituiria o fenômeno, para Heine *et al.* (1991), ou o determinaria, para Hopper e Traugott (1993), seria a unidirecionalidade, que pressupõe ser sempre a unidade de menor grau gramatical a reanalisada para outros contextos comunicativos, tornando-se mais gramatical. A abstratização do elemento tem como consequência a transformação das estruturas gramaticalizadas em mais previsíveis e regulares, tornando "o falante, num determinado ponto do enunciado, mais sujeito a determinações do sistema e menos livre para escolhas nas quais possa exercitar sua criatividade" (NEVES, 1997, p. 129), pois os elementos são transpostos dessa criatividade momentânea para as restrições da gramática.

A concepção de unidirecionalidade e outras características do fenômeno da gramaticalização são mostradas nas seções seguintes, de modo a descrever as singularidades que permeiam o estudo de cada autor, bem como em que pontos eles se tangenciam. Assim, em um primeiro momento, é trazida a perspectiva de Heine *et al.* (1991) e, posteriormente, a de Hopper e Traugott (1993), autores que desenvolvem a discussão iniciada por Meillet.

² A perda das estruturas de seus significados concretos e literais, ao que Meillet indica como sendo perda semântica, também é conhecida como idiomatização ou desbotamento semântico, uma vez que os itens lexicais assumem significados mais abstratos e passam a ser empregados em contextos derivados em relação ao inicial.

2.2.1 A Gramaticalização para Heine et al.

Heine *et al.* (1991) entendem que a motivação inerente à gramaticalização seria a percepção inconsciente dos usuários de que as formas existentes não suprem satisfatoriamente suas necessidades comunicativas ou de que, porventura, ainda não existem estruturas linguísticas adequadas para seus conteúdos cognitivos específicos. Isso não impediria, todavia, que surgissem novas formas e que estas se realizassem em concomitância a velhas formas, cuja função fosse similar; é nesse sentido que "a noção de gramaticalização, afinal, tem relação direta com a noção de que as gramáticas fornecem os mecanismos de codificação mais econômicos para aquelas funções da linguagem que os falantes mais frequentemente precisam cumprir" (NEVES, 1997, p. 130). Seguindo, portanto, a mesma linha de Meillet (1912), Heine *et al.* entendem a gramaticalização como o desenvolver de um morfema de valor lexical em direção a um de valor gramatical, ou de um menos gramatical a um mais gramatical (*e.g.*, de uma forma derivacional para uma flexional); ademais, também assumem como sendo basilar o princípio de Werner e de Kaplan (1963) de que a gramaticalização seria a exploração de velhos meios para novas funções.

Por entender o fenômeno dessa forma, Heine *et al.* (1991) defendem que a segmentação da gramaticalização enquanto processo diacrônico e/ou sincrônico não corresponderia à língua tal qual é encontrada em uso pelos usuários, pois ambas as orientações se interfeririam mutuamente; a observância do fenômeno seria, desse modo, apenas resultado da focalização de uma ou de outra tendência de estudo, posta em evidência em determinado momento, alternativamente. Em qualquer uma das opções, no entanto, seria possível perceber a tensão e a interdependência existentes entre o categorial – expressões lexicais, consideradas livres de restrições – e o menos categorial – codificações morfossintáticas, entendidas como mais presas a certas construções (TRAUGOTT; HEINE, 1991), os quais refletiriam, fundamentalmente, a abstratização do processo, alcançada por meio de mudanças semânticas de bases metafórica e metonímica, as quais são posteriormente aqui tratadas.

Heine (1991) assume, portanto, que a gradação entre os itens linguísticos seria resultado do princípio da unidirecionalidade, característica determinante para definir a ocorrência ou não da gramaticalização, pois seria por meio dele que se poderia perceber a abstratização das categorias. Partindo desse entendimento, Heine e seus colaboradores (1991) apresentam uma escala de derivação metafórica das estruturas gramaticais, de modo que as

categorias cognitivas mais próximas dos indivíduos (e, portanto, mais concretas) originariam aquelas mais afastadas (e menos concretas): *PESSOA* > *OBJETO* > *PROCESSO* > *ESPAÇO* > *TEMPO* > *QUALIDADE*, em que as mudanças seguiriam um fluxo da esquerda para a direita. As categorias da escala metafórica poderiam ser analisadas, por exemplo, em relação ao tipo de constituinte, em que *PESSOA* e *OBJETO* se configurariam como sintagmas nominais, *ATIVIDADE*, como sintagma verbal, *ESPAÇO* e *TEMPO*, como sintagmas adverbiais e *QUALIDADE*, como modificador.³ Além disso, os autores propõem características mais específicas, que deixariam entrever o processo gradual de abstratização, segundo a qual coexistiram, em um dado momento histórico, formas diferentes para determinar um mesmo conceito. Entre elas, estaria a sobreposição do papel funcional sobre o formal dos elementos linguísticos, ocasionada pela perda no valor semântico dos mesmos; a recategorização dos itens, acarretando uma proeminência de ordem sintática, consequência pela perda de ordem pragmática; e a perda de autonomia de um elemento linguístico, com uma maior fixidez, tanto da ordem quanto dos contextos de uso.

Juntamente à unidirecionalidade e à abstratização supracitadas, a gradação do desenvolvimento das categorias em gramaticais também deveria ser analisado a partir dos mecanismos de metáfora e de metonímia, componentes que atuariam distintamente sob a gramaticalização, mas de forma complementar afetariam a semântica das estruturas. Segundo Heine *et al.* (1991), na metáfora, um dos principais mecanismos subjacentes ao processo, a transferência conceitual funcionaria a partir da abstratização dos significados, que seriam estendidos metaforicamente a categorias gramaticais ou mais gramaticais. Com base nesse movimento, os autores consideram que a metáfora, pragmaticamente motivada, seria resultado do deslizamento de sentido de predicções preexistentes em novos contextos e, por conseguinte, da atualização de tais predicções em funções gramaticais específicas, visando à resolução de algum problema de representação. Como o deslizamento ocorreria ao longo de um *continuum*, poderia haver estágios de ambiguidade, em que não ficaria evidente a pertença de um item a uma ou a outra categoria. A metonímia, por sua vez, referir-se-ia a uma reinterpretção induzida pelo contexto; dessa forma, as transformações das categorias ocorreriam como fruto de uma contiguidade conceitual gerada pelos contextos linguísticos e extralinguísticos, uma vez que estaria sujeito à resolução de problemas de informatividade e de relevância para a comunicação. Nesse sentido, a mudança com base metonímica não seria

³ Percebe-se, com isso, o diálogo existente com Meillet, em relação à unidirecionalidade de itens lexicais em direção a gramaticais, proposta pelo linguista francês.

arbitrária, pois os conceitos se atualizariam de mesma forma em outros contextos, sendo sistemática a intersecção semântica.

Esses dois mecanismos, por meio dos quais os usuários, consciente ou inconscientemente, manipulariam tanto o conteúdo cognitivo quanto a pragmática, poderiam ser encarados como um processo de generalização da língua, encontrando eco na tese de Meillet, para quem tais transformações seriam perdas semânticas; no entanto, o que se percebe é que tais estruturas, ao passo que diminuem seu valor semântico, ganham em valor pragmático, por passarem a representar funções antes não desempenhadas pelos mesmos itens (HEINE, 1991). Essa recategorização verbal pode ser percebida, por exemplo, em estruturas do Português nas quais o desvio metafórico afeta o verbo *ir* em alguns contextos, enquanto auxiliar. Em sentenças como *João vai passear com seu cachorro*, tanto se admite uma leitura de movimento – em que João se desloca com seu cachorro –, quanto uma leitura de futuridade – em que João fará algo com seu cachorro –, pois o sujeito animado *João* permite a segunda interpretação, desenvolvida metaforicamente a partir da pressuposição de que um movimento espacial acarreta um movimento temporal (o que pode ser corroborado pela escala de derivação metafórica supracitada). Todavia, a metonímia igualmente passa a ser atuante, na medida em que precisa de ressemantizar tal verbo de acordo com as interpretações possíveis de cada contexto. Quando a construção se atualiza com sujeitos inanimados, a leitura não pode mais ser a mesma, pois a leitura de movimento exige um ser que se mova; é o que se percebe, por exemplo, em sentenças como *A árvore vai cair*, em que somente é possível a leitura de futuridade. Um indício ainda mais explícito da mudança de verbo pleno a auxiliar (e, também, um indício do *continuum* da gramaticalização) é a possibilidade de ele poder incidir sobre si mesmo, mas com o valor semântico original; assim, sentenças como *Eu vou ir pra casa* assumem que o primeiro verbo, gramaticalizado, funciona como um auxiliar de futuro (marcador temporal) e o segundo, núcleo do predicado, como um verbo de movimento (marcador espacial), sem que possam, portanto, ser considerados sinônimos (GONÇALVES, LIMA-HERNANDES e CASSEB-GALVÃO, 2007; NEVES, 1997).

Em suma, para Heine *et al.* (1991), as estruturas linguísticas gramaticalizadas seguiriam uma escala de derivação metafórica, graduada desde as categorias cognitivas mais concretas até as mais abstratas. Esse *continuum* entre os itens linguísticos seria resultado da adjacência a tal escala do princípio da unidirecionalidade, propriedade a partir da qual se poderia perceber a abstratização crescente das categorias, motivada ora por metáforas, ora por metonímias. Ademais, tais mecanismos, à proporção que confeririam às estruturas menor valor semântico,

proporcionariam maior valor pragmático, por justamente passarem a desempenhar diversas funções.

Na próxima seção, o processo de gramaticalização é abordado na perspectiva de Hopper e Traugott (1993), que entendem que a gradualidade do fenômeno seguiria um *cline* de mudança, a partir do qual se tornariam visíveis os deslizamentos que acometem as classes de palavras. Conforme é tratado a seguir, Hopper (1991) assume que essa modificação seria resultado de uma gramática produzida na emergência do discurso, no interior do qual o falante poderia exercer a sua criatividade, não lhe sendo impostas regras gerais da língua.

2.2.2 A Gramaticalização para Hopper e Traugott

Hopper e Traugott (1993) definem de forma similar a Heine *et al.* (1991) o conceito de gramaticalização, visto também o conceberem como o processo pelo qual passariam os elementos de valor lexical ao atingirem valor gramatical, assim como os de valor gramatical ao assumirem valor ainda mais gramatical – a inovação dos autores reside na ampliação do conceito ao considerarem não somente os lexemas, mas também as construções em geral como sendo possíveis produtos do fenômeno. Por conta disso, as formas seguiriam um *cline* de mudança, entendido, metaforicamente, como uma linha imaginária na qual as classes de palavras deslizariam do item lexical em direção à palavra gramatical, ao clítico e, por fim, ao afixo flexional. A partir de tal representação, seria possível perceber o caráter inesgotável da gramaticalização, já que todos os fenômenos gramaticais poderiam ser pensados como sendo frutos da transformação semântica.

Considerando essa característica intrínseca à língua, qual seja, a de ser afetada por mudanças, os autores defendem a coexistência tanto de um estudo diacrônico quanto de um sincrônico, uma vez que aquele teria como fim o estudo das mudanças nas línguas, das origens das formas gramaticais e dos estágios em que se encontravam os itens que sofreram a gramaticalização, e este teria como escopo os padrões sincrônicos de uso linguístico, por se entender o fenômeno como morfossintático discursivo (NEVES, 1997). Em ambos os casos, estaria pressuposta a unidirecionalidade, princípio que implicaria uma nova codificação e, por consequência, a alteração da morfologia; os autores em questão, todavia, diferentemente de Heine *et al.* (1991), entendem tal característica como uma hipótese que pode ser investigada empiricamente, já que seguiria as especificações de contextos discursivos. Assim, para Hopper e Traugott (1993), a transição de um item lexical para um gramatical não ocorreria de

forma direta, mas de forma gradual, pois aquele cumpriria, em um primeiro momento, funções discursivas, tornando-se, somente depois, sintaticamente fixo e, por fim, constituindo-se como um morfema.

Também os autores compartilham com Heine e seus colaboradores (1991) a noção de ser a metáfora um dos principais mecanismos desencadeadores da gramaticalização; a partir dessa consonância, os autores propõem a análise das que seriam as motivações dos recursos metafóricos e metonímicos: a reanálise e a analogia.⁴ A reanálise constituir-se-ia pela reinterpretção de uma expressão já existente, de maneira a integrar uma categoria funcional diferente da original; dessa maneira, envolveria uma reorganização do eixo sintagmático, visto que as mudanças não atingiriam a estrutura formal dos itens (sintática, morfológica ou semântica), mas, antes, o seu modo de ser interpretado em contextos específicos. Pela forte dependência do contexto discursivo-pragmático, os autores consideram a metonímia como um processo diretamente vinculado à reanálise, uma vez que seria a partir da contiguidade sintática existente entre os itens que seria possível estabelecer uma nova relação entre eles. A analogia, por sua vez, operaria no eixo paradigmático, por proceder da extensão de regras operantes na língua, de forma a um item passar a ser compreendido sob os parâmetros de outra categoria. Assim, funções semelhantes desempenhadas por formas menos comuns seriam gradativamente substituídas por formas mais genéricas que, metaforicamente, aproximam-se da semântica das formas menos usuais.

É nesse sentido que Hopper (1991) propõe a concepção de gramática emergente: a gramática, considerada como sinônimo do termo "gramaticalização", só poderia existir a partir da produtividade dos falantes, porque a própria língua não seria estável, pois emergiria por meio do discurso. O autor acrescenta ainda que as inovações da língua seriam fruto tão somente da criatividade dos usuários, não sendo a elas imposto nenhum tipo de regra geral da língua. Por entender que a gramaticalização somente poderia ser analisada por meio de seus efeitos produzidos na língua (e não pelo desenvolver do processo), o linguista fornece cinco princípios que elucidariam os princípios que regulariam o fenômeno: a estratificação, a divergência, a especialização, a persistência e a de-categorização. Com tais estágios, o britânico pretendia suplementar os que foram propostos por Lehmann (1982) em um estudo anterior, no qual o autor descreveu parâmetros da gramaticalização, que, para Hopper (1991),

⁴ Meillet (1992), diferentemente de Hopper e Traugott (1993), entende a analogia como um processo distinto da gramaticalização, pois, apesar de ambas serem mecanismos para a formação de novas formas gramaticais, elas se relacionariam de maneira distinta com o sistema da língua. Assim, para o autor, a analogia apenas renovaria as formas, sem, contudo, interferir no sistema, enquanto a gramaticalização, por causar a sobreposição de uma estrutura em relação a outra mais velha, modificaria o sistema.

denotavam apenas características de estágios mais avançados do fenômeno, em que os itens já teriam alcançado uma fixidez de uso. Dessa maneira, os novos princípios propostos dariam conta de descrever os estágios iniciais da gramaticalização, em que as formas seriam empregadas de modo mais variável e que, portanto, seriam mais difíceis de serem delimitadas como, de fato, fruto do processo de gramaticalização.

Tanto os mecanismos motivadores do fenômeno quanto os princípios que o regeriam seriam resultado, em última instância, de uma concepção de língua e de gramática plástica, que se desenvolve no decorrer do uso feito pelos usuários. Em vista disso, seriam as estratégias pragmáticas dos usuários, como a rotinização⁵ e a expressividade, que autorizariam as mudanças supracitadas, pela forte associação existente entre língua e contexto; dessa forma, os usuários tanto tornariam comum uma expressão com o intuito de economizar seus esforços mentais e verbais, como elaborariam novas formas para representar algo já conhecido, com o objetivo de ser mais informativo. Assim, a proposta da gramática emergente está embasada em justificativas discursivo-pragmáticas, uma vez que a língua não poderia ser analisada *per se*, sem nenhum reflexo do contexto em que é utilizada, na medida em que as novas produções dos falantes são adequadas às possibilidades que o sistema permite. É nesse sentido que os autores acreditam que a gramaticalização seja um estudo empírico, pois advém, obrigatoriamente, de contextos pragmáticos e morfossintáticos propícios à ocorrência do fenômeno. A formação das perífrases verbais, nessa perspectiva, não poderia ser encarada tão somente como um enfraquecimento semântico – como acreditam Heine *et al.* (1991) –, mas, mormente, como consequências pragmáticas envolvidas no discurso.

Para Hopper e Traugott (1993), então, a emergência da gramática ligar-se-ia à incompletude e à dinamicidade da língua, que seria constantemente renovada por gramaticalizações acionadas pelo uso feito pelos falantes. Tais renovações, produto da criatividade dos usuários, implicariam a alteração categorial dos elementos, que seguiriam um *cline* de mudança, em um processo no sentido de se tornarem cada vez mais abstratos. Por fim, para os autores, o gradual deslizamento entre as classes de palavras seria resultado de reanálises e analogias, acionadas pela metonímia e pela metáfora, respectivamente.

Na próxima seção, tendo em conta o processo de gramaticalização até aqui abordado, examinam-se as discussões empreendidas por Eunice Pontes (1973) e por Lúcia Lobato

⁵ A frequência de uso de determinada estrutura faz com que esta ganhe maior fixidez em certos contextos. A partir do emprego regular, é possível que a construção seja reinterpretada, por metáfora ou por metonímia, dando continuidade ao processo de gramaticalização.

(1975)⁶ no tocante às perífrases verbais, estruturas que, habitualmente, nas gramáticas tradicionais, são entendidas como a junção de dois verbos, em que somente o segundo direciona a predicação da sentença. Como é pormenorizado a seguir, não existe um consenso nem quanto à nomenclatura utilizada para referenciar os fenômenos – sendo utilizadas as expressões “locuções verbais”, “tempos compostos” e “conjugações perifrásticas”, sem se determinar a que tipos de construções elas se referem – nem quanto à sua delimitação, visto a diversidade de critérios, muitas vezes conflitantes, empregada para a sua descrição.

2.3 O FENÔMENO DAS PERÍFRASES VERBAIS

Ao tema das perífrases verbais não costuma ser despendido, nas gramáticas em geral, um estudo minucioso, em função de a maioria dos autores assimilar como modelo obras cuja finalidade era outra; assim, é comum a ausência tanto de definições rigorosas acerca da questão, como de justificativas para a adoção de determinado ponto de vista (PONTES, 1973). Diante dessa conjuntura, optou-se por tratar tal fenômeno a partir dos estudos de Said Ali (1963) e de Mattoso Câmara Jr. (1964), por ambos os gramáticos não distinguirem tempos compostos de construções perifrásticas e, sobretudo, por apresentarem diversos critérios, com os quais é possível delimitar o objeto de estudo deste trabalho.

Said Ali (1963) foi, de acordo com Pontes (1973), o único gramático a contestar a tradição gramatical por ter constatado a inexistência de um fundamento linguístico subjacente a ela. Com base nisso, o autor dispensa a distinção dos tempos compostos e adota, como denominação, "locução verbal", passível de ser caracterizada segundo três critérios: o funcional, o semântico e o histórico. Em relação à primeira característica, ligada ao papel que os verbos exercem na oração, Ali (1964) identifica os verbos nocionais, empregados com função predicativa, e os relacionais, combinados ou a um adjetivo (para, funcionando como verbo de ligação, formar um predicado) ou a alguma forma infinitiva de verbo nocional (servindo como verbo auxiliar, portanto). A esse critério estão ligados também o semântico e o histórico, uma vez que um verbo passa a ser relacional pelo apagamento gradual de seu significado original:

De um modo geral chamaremos verbos de função nocional [...] aqueles que não sofrem a influência do anexo predicativo e vêm usados com o mesmo sentido e o mesmo ofício de predicativo, como se tal anexo não existisse. Verbos de função relacional [...] são, pelo contrário, aqueles cuja acepção própria se apaga ou

⁶ Apesar de ambas as pesquisadoras seguirem a corrente teórica gerativista, os capítulos das obras aqui utilizadas se referem à crítica à categorização da gramática tradicional e à alternativa de outros critérios de auxiliaridade.

modifica por virem combinados com outro termo originariamente anexo, ao qual transferem, ou com o qual dividem, o ofício de predicado da oração. (ALI, 1964, p. 158)

Mattoso Câmara (1964) igualmente adota critérios históricos e semânticos e a eles adiciona outro, sintático. Para o linguista, a origem diacrônica de um verbo auxiliar é sua perda semântica, resultado de um processo de gramaticalização. Além disso, é também por esse fenômeno que é possível distinguir locuções verbais de verbos postos em sequência, uma vez que é um problema de descrição gramatical admitir que a combinação de dois verbos em uma única oração, sem que um deles tenha sido gramaticalizado, resulte na combinação das duas significações originais (e.g., *Quero sair* vs. *Vamos conversando*). Nota-se, desse modo, que o critério semântico está interligado ao histórico, tendo em conta que o processo de gramaticalização supõe a perda semântica; um verbo auxiliar é, portanto, um vocábulo de valor gramatical que forma uma locução com um verbo de valor lexical para inseri-lo em outra categoria gramatical ou em outra relação sintática. Sendo tal combinação análoga semanticamente a um único vocábulo, o autor define a perífrase como a "expressão de um conceito vocabular por meio de uma expressão sintática" (p. 270), formada pela associação de um vocábulo auxiliar, de significação interna (gramatical) com outro, principal, de significação externa (CÂMARA JR., 1964). Por fim, o autor utiliza os critérios funcionais e sintáticos para descrever a obrigatoriedade de uma relação de subordinação entre os elementos da locução verbal; caso um elemento determinado não tenha um vínculo de dependência em relação a um determinante, haverá apenas uma sequência de elementos coordenados.

Na seção seguinte, é abordada a problemática quanto à nomenclatura utilizada pelos gramáticos tradicionais, os quais, segundo Pontes (1973), pouco contestam a divisão adotada pelas primeiras gramáticas do Português, norteadas pelo modelo gramatical latino. Assim, a autora discute a arbitrariedade da nomenclatura, que se aplica a algumas estruturas, mas não a outras, de construção correlata, por estarem as sequências sujeitas à subjetividade de cada autor.

2.3.1 A Perífrase Verbal e seus Problemas de Nomenclatura

A definição de sintagmas verbais construídos a partir da união de dois verbos, na maioria das vezes, distintos mostra-se dificultosa não só em relação à restrição de suas características específicas, mas também, e anteriormente, à nomenclatura a ser adotada. Por

conta da indeterminação categorial que subjaz as nomenclaturas comumente empregadas pelos autores, persiste, na tradição gramatical, o uso de termos idênticos para designar estruturas diferentes. Devido a esse problema, Pontes (1973) procura especificar, com base nas descrições das gramáticas por ela examinadas, o que se considera por locuções verbais, por tempos compostos e por conjugações perifrásticas, visto haver grande cruzamento entre tais denominações.

A linguista inicia a sua discussão citando a *Grammatica da Língua Portuguesa*, de João de Barros (1957), autor que primeiro abordou essa questão por se basear no modelo gramatical latino para a formulação de sua própria gramática. Assim, considerando que não havia no português uma correspondência, em forma sintética, de todas as construções verbais latinas, o autor supriu essa inexistência com sequências verbais (como é o caso de construções de *ser* + particípio passado e *ter* + particípio), as quais chamou de "tempo por rodeio". Por conta da origem dessa sistematização, tais sintagmas foram integrados ao quadro de conjugação dos verbos simples, e essa determinação passou a ser corrente nas gramáticas procedentes, ainda que de forma heterogênea. Dessa maneira, a partir das obras analisadas, Pontes traçou cinco diferentes grupos de gramáticos, a depender de quais verbos os estudiosos consideravam constituir tempos verbais. A única concordância entre os autores é aquela que ecoa a tradição, iniciada por Barros (1957), de incluir as sequências verbais com o verbo *ter* junto aos verbos simples, e, em menor grau, as com o verbo *ser*, no mesmo grupo.

De acordo com Pontes (1973), o exame das locuções verbais aplicado nas gramáticas do português possibilita a distinção de três grupos de auxiliares. O primeiro, a respeito do qual não há muitas divergências, refere-se aos verbos ditos essenciais *ter*, *haver*, *ser* e *estar*, embora o último não seja considerado um auxiliar pleno por todos os autores, por não formar tempos compostos. O segundo grupo, dos auxiliares acidentais ou dos semiauxiliares⁷, diz respeito aos verbos *ir*, *vir* e *andar* que, apesar de serem aceitos enquanto auxiliares pela maioria dos estudiosos, também não formam tempos compostos. O terceiro grupo, por fim, relaciona-se aos verbos que apresentam divergências entre os autores quanto à classificação, por apresentarem diferentes resultados, a depender dos critérios (ora semânticos, ora sintáticos) utilizados.

Como se percebe, apesar de não haver uma consonância entre os autores a respeito de quais construções poderiam ser consideradas formadoras de tempos compostos, é geral a falta

⁷ Pontes indica que alguns autores, como Pacheco da Silva Jr. e Lameira de Andrade (1894), em sua *Gramática da Língua Portuguesa*, entendem a semiauxiliaridade como os verbos que, em combinação a um verbo pleno, conservam parte de seu significado próprio, como *tornar*, *ir*, *dever*, *vir*.

de definições acerca do tema, pois estas são apenas produto das acepções assumidas por Barros (1957). Os autores que, porventura, procuram justificar suas escolhas esbarram na problemática de suas gramáticas não terem a mesma finalidade da de Barros (1957), que atendia a uma necessidade específica de estabelecer uma correlação entre as línguas latina e portuguesa. É o que acontece com a definição de Gladstone Chaves de Melo (1968), na *Gramática Fundamental da Língua Portuguesa*, para quem os tempos compostos integram a conjugação dos verbos simples (tendo, inclusive, uma nomenclatura específica), ao passo que as locuções verbais pertencem a uma conjugação própria e nascem da necessidade do falante de exprimir, de alguma forma, o aspecto verbal. A autora, frente a essa alegação, destaca que foram os gramáticos que analisaram e nomearam tais estruturas dessa forma e que, portanto, não faz sentido basear um argumento no que é passível de ser criado e modificado. Além disso, tempos compostos (especificamente, os com verbo *ter* + particípio) também denotam aspecto, da mesma forma que nem todas as locuções verbais indicam-no (como acontece com construções com o verbo *ir* + infinitivo, que indica tempo de futuro próximo e não aspecto).

As sequências estão sujeitas, então, à subjetividade dos gramáticos, já que não há nada além da persistência da tradição que imponha a separação dos tempos compostos do restante das locuções verbais. Por entenderem não haver fundamento na manutenção dessa distinção é que muitos autores não o fazem; Mattoso Câmara (1964), por exemplo, identifica as construções perifrásticas (também ditas "formas compostas") como aquelas em que um verbo sofre o processo de gramaticalização e passa a ser auxiliar, adquirindo a função gramatical de marcar o tempo, o modo e a pessoa. A partir da verificação da divisão existente entre tempos compostos e construções perifrásticas, Pontes (1973) finaliza a questão enfatizando que a multiplicidade de critérios possíveis para tal distinção demonstra a inexistência de um fundamento coerente semântica, sintática ou historicamente, o que a fez adotar como designação geral o termo "locução verbal".⁸

2.3.2 A Perífrase Verbal e seus Problemas de Delimitação

Os pressupostos funcionalistas, bem como a noção de gramaticalização, constituem o embasamento deste trabalho, na medida em que norteiam as análises das estruturas verbais aqui focalizadas; no entanto, ao considerar a constituição de tais construções, percebe-se que as descrições presentes em gramáticas são ora insuficientes, por não conseguirem delimitar

⁸ Apesar da escolha da autora em utilizar a expressão "locução verbal" para se referir a estruturas compostas por dois verbos, um auxiliar e outro pleno, neste trabalho, optou-se pelo emprego de "perífrase verbal", tendo em conta ser a nomenclatura adotada nos dois materiais aqui analisados.

estritamente a categoria de verbos auxiliares (de forma a não abarcar outros tipos de verbos), ora divergentes, por se basearem em características que, muitas vezes, são incompatíveis. Essa problemática em relação à definição do que seriam verbos auxiliares advém da compreensão do caráter gradual do fenômeno da gramaticalização, já que o Funcionalismo não encara a língua como um sistema formado por categorias discretas.

Em geral, as gramáticas tradicionais apresentam os verbos plenos como aqueles que orientam a predicação das sentenças, em função de carregarem um significado lexical, e que funcionam, portanto, como núcleo do sintagma verbal, estabelecendo o número de argumentos necessários, bem como restringindo sujeitos que não estão em conformidade com os traços semânticos do verbo principal. Os verbos auxiliares, por sua vez, são aqueles de caráter puramente gramatical que, por perderem seu significado de origem, apenas indicam as categorias de pessoa, número, tempo, modo, voz e aspecto (GONÇALVES; COSTA, 2002). Ambos constituiriam uma locução verbal, compondo uma unidade semântica; contudo, o que se percebe é que, no *continuum* da gramaticalização (HEINE, 1991), nem todos os verbos auxiliares chegam a perder por completo o seu significado, formando os verbos semiauxiliares, categoria intermediária compreendida entre as categorias prototípicas de verbos plenos e de auxiliares. Segue-se, a partir disso, a dificuldade de compor uma descrição gramatical para tais estruturas sem que se considere um viés discursivo-pragmático, uma vez que um mesmo verbo auxiliar modifica semanticamente de formas distintas os verbos plenos com os quais se relaciona, a depender do maior ou do menor grau de integração entre os verbos da locução (VIEIRA, 2004). Em vista de tal circunstância, na qual não existem duas categorias opostas, mas, ao contrário, categorias contínuas, propõe-se o estabelecimento de uma escala na qual são postas diversas extensões de uso, desde aquelas mais associadas à categoria prototípica de verbo pleno, até aquelas mais próximas à de verbo auxiliar.

Muitas das divergências entre as definições são fruto dos critérios de análise utilizados de forma regular na tradição gramatical, que abarcam aspectos semânticos, morfológicos, prosódicos, de frequência de ocorrência, operacionais ou formais. Lobato (1975), considerando essa conjuntura, procura compilar os critérios de auxiliaridade mais usualmente empregados para, sucessivamente, mostrar os problemas de cada uma das definições. Para tanto, inicia suas considerações acerca das caracterizações correntes na descrição de verbos auxiliares a partir do critério semântico, segundo o qual o verbo auxiliar apresenta uma perda semântica (em decorrência do processo de gramaticalização). A autora, nesse sentido, acredita não poder ser esse raciocínio aplicado aos elementos auxiliares em

geral, uma vez que nem todos os verbos que suportam a junção com alguma forma nominal (a saber, particípio, gerúndio ou infinitivo) perdem seu conteúdo semântico, cabendo, assim, em última instância, à subjetividade de cada linguista determinar se um verbo é auxiliar ou não. Outro parâmetro problemático, estreitamente relacionado ao anterior, é o que se fundamenta na ideia da formação de uma unidade semântica, possível na medida em que o termo auxiliar desempenharia apenas uma função gramatical, enquanto o principal interviria lexicalmente na sentença. No entanto, visto que nem todos os verbos auxiliares sofrem um apagamento semântico, nem sempre se torna evidente a unidade significativa, pois alguns verbos auxiliares mantêm evidente o seu valor lexical. Assim, tanto a suposta perda semântica como a formação de uma unidade significativa vão de encontro a proposições em que o conteúdo lexical do verbo auxiliar é evidente, como em *João continuou trabalhando* ou *Maria quer ir ao cinema*.

Ainda em relação à semântica, a autora citada apresenta o critério da aceção egocêntrica, segundo o qual o verbo auxiliar não denota qualquer tipo de relação semântica com o sujeito gramatical da sentença na qual está inserido, pois, ao se gramaticalizar, passa a estar vinculado tão somente ao locutor. Assim, em enunciados como *Eu tinha comido o bolo*, o sujeito gramatical *Eu* é o agente da ação expressa pelo verbo *comer*; o verbo auxiliar *ter*, nesse caso, não se relaciona ao sujeito, porque tem o papel de exprimir a ideia mental do locutor de anterioridade ao processo, ideia esta dividida também com o alocutário. Para a linguista, a principal objeção a esse critério é a tenuidade com que pode ser verificado, na medida em que construções com os verbos *ser* e *estar* seriam mais inerentes aos próprios sujeitos gramaticais, por não perderem, de forma tão manifesta, a sua relação semântica com estes.

Outras duas características bastante correntes nas gramáticas contemporâneas dizem respeito a critérios morfológicos, uma ligada à variação flexional, e outra a restrições paradigmáticas. A primeira se apoia na definição de verbo auxiliar como aquele que aparece em uma forma flexionada, seguido por uma das formas nominais dos verbos (particípio, gerúndio e infinitivo). O problema central dessa descrição é que nem todos os sintagmas verbais formados por dois verbos de forma subsequente apresentam algum tipo de auxiliação⁹ em sua estrutura (*e.g.*, a diferença entre *Chorou vendo o filme* e *Estava vendo o filme*). A segunda característica se baseia na definição de que seria comum aos verbos auxiliares serem

⁹ As perífrases diferenciam-se dos sintagmas verbais formados por dois verbos subsequentes, pois constituem um único sintagma, no qual um dos verbos tem papel de auxiliação, incorporando novos sentidos aos verbos plenos com os quais se relaciona. Na construção com dois verbos subsequentes, estes formam dois sintagmas verbais distintos, cada qual, portanto, selecionando seus próprios argumentos.

defectivos, uma vez que os sintagmas *ser* + particípio, *estar* + gerúndio, *ter* + particípio e *haver* + particípio não poderiam ser construídos no imperativo. No entanto, o que se percebe é que a carência da forma imperativa no paradigma igualmente não funciona, quer por essa característica estar presente em outras classes de verbos (a saber, os verbos de estado, entre os quais estão *possuir*, *precisar*, *conhecer*, além de *ser*, *estar*, *ter* e *haver*), quer por ela não estar presente em verbos comumente considerados auxiliares, como os causativos (*mandar*, *fazer*, *deixar*) e os *dicendi* (*dizer*, *falar*, *repetir*). De mesma forma, a ausência da forma no particípio passado para esses sintagmas não os abrange igualmente, na medida em que construções como *Compareceu ao evento, mesmo sem ter sido convidado* são admitidas no sistema da língua, embora construções com os auxiliares *estar*, *ter* e *haver* não seja possível. Assim, ambos os critérios morfológicos não são suficientes para delimitar devidamente o que seriam os verbos auxiliares, pois pecam ora por restringirem demais a classe auxiliar, ora por poderem ser estendidos a outros tipos de verbos.

Por fim, os dois últimos critérios apresentados por Lobato (1975) se associam à ordem dos elementos no sintagma verbal. Nesse sentido, a primeira característica é a de o verbo auxiliar sempre preceder o principal; entretanto, apesar de essa ser a forma mais frequentemente utilizada, ela é invertida, de maneira que o verbo principal anteceda o auxiliar, em sentenças estereotipadas ou em construções arcaicas (e.g., *Louvado seja Nosso Senhor, Bendito seja Deus*). A segunda característica é a de o sintagma verbal não poder ser separado por outro elemento, tendo em conta a sua unidade semântica; no entanto, nota-se que o processo de gramaticalização não atingiu ainda um nível mais profundo, no qual está incluído o funcionamento dos elementos.¹⁰ Tendo em conta que a intercalação em construções com auxiliares interfere apenas em um nível superficial, é possível, nas atualizações empreendidas nos discursos dos falantes, a realização de enunciados como *Ele continua, contudo, trabalhando* e *Estava eu cozinhando, quando me telefonaram*.

Pontes (1973) também traça algumas problemáticas a respeito da delimitação do que seriam as perífrases verbais. A principal delas está relacionada à classificação comumente adotada pelos gramáticos, em que os verbos auxiliares são arrolados de acordo com o seu significado enquanto verbos transitivos (e.g. "início de ação", "duração ou continuidade", "necessidade", "possibilidade", entre outros). Ao se considerar o verbo auxiliar como o elemento que passou por um processo de gramaticalização e que, portanto, perdeu o seu valor

¹⁰ A estrutura do verbo *ter* + particípio, no Português, encontra-se em um grau intermediário de gramaticalização, pois não mais permite a dissociação dos verbos do sintagma verbal junto à flexão do particípio (como *As águias na bandeira tem pintadas*, forma registrada em *Os Lusíadas*, de Camões), nem admite a indissociação dos verbos junto à invariabilidade do particípio (LOBATO, 1975).

lexical, não é razoável basear a sua categorização em um critério semântico, já que, supostamente, não possui mais o seu significado original.

Posto isso, neste trabalho, é feita a análise, seja por aproximação aos critérios verificados por Lobato (1975), seja por apreciação própria, do comportamento dos verbos auxiliares retratado nas duas gramáticas de língua portuguesa selecionadas para o estudo. No quarto capítulo, o qual trata sobre o exame dos *corpora*, são trazidas as definições a respeito do tema presentes em cada um dos materiais, a fim de uma avaliação mais aprofundada das características apresentadas pelos autores.

2.4 RESUMO DO CAPÍTULO

Este capítulo teve como objetivo apresentar o referencial teórico no qual se ancora o presente trabalho. Para tanto, em um primeiro momento, discorreu-se sobre a teoria funcionalista, que, de caráter eminentemente empírico, procura compreender a competência comunicativa dos usuários a partir de fatores cognitivos e contextuais. Nesse sentido, a análise da capacidade dos falantes de empregarem de modo adequado e eficiente os recursos linguísticos é feita em função de interações sociais reais, na medida em que a língua é, sobretudo, instrumento de mediação – e não de estabelecimento – da comunicação.

Após explicitar algumas questões referentes aos modelos teóricos de Halliday (1985) e de Dik (1997), autores que entendem sofrer o sistema fortes pressões semânticas e pragmáticas, examinou-se o processo de gramaticalização, entendido como uma mudança categorial unidirecional, em que um item lexical (ou menos gramatical) assume função gramatical (ou mais gramatical), distanciando-se cada vez mais de seu sentido concreto. Em especial, mostrou-se a perspectiva de Heine *et al.* (1991), que entendem que o fenômeno da gramaticalização é estreitamente vinculado à noção de as gramáticas viabilizarem a produção de recursos linguísticos mais econômicos para as estruturas mais recorrentes no discurso dos usuários. Ademais, também foi apresentado o ponto de vista de Hopper e Traugott (1993), que partem de uma concepção plástica de língua, a partir da qual se considera que é a produtividade dos falantes que proporciona as inovações do sistema, as quais, em última instância, fazem a gramática ser emergente.

Com o objetivo de se verificar quais são as dificuldades que permeiam a definição das perífrases verbais, no final do capítulo, discorreu-se sobre os problemas encontrados na literatura especializada – Pontes (1973) e Lobato (1975) – em relação à descrição das

estruturas perifrásticas, no que se refere tanto à sua nomenclatura quanto à sua delimitação. Com base nisso, torna-se possível constatar em que medida os autores das gramáticas que são aqui analisadas conseguem apontar critérios adequados para a categorização de tais estruturas, ou, ao contrário, apresentam falhas presentes em obras de outros gramáticos.

No próximo capítulo, são apresentados os procedimentos metodológicos adotados neste trabalho, demonstrando e justificando a trajetória percorrida em relação à escolha do material a ser analisado. Após, é relatado de que forma as construções perifrásticas foram descritas pelos autores, a fim de evidenciar como foi constituído o *corpus* para a comparação.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Como se evidencia nos estudos empreendidos por Pontes (1973) e por Lobato (1975), a prescrição de construções perifrásticas apresenta certa variabilidade, a depender dos verbos que cada gramático assume como sendo auxiliares e de quais critérios de análise são adotados. Tendo em conta essa conjuntura, procurou-se, neste trabalho, a título de diagnóstico do cenário descritivo em que se encontram as construções perifrásticas, observar a forma como Marcos Bagno (2011) e Eduardo Raposo *et al.* (2013) apresentam as perífrases verbais, a partir do exame comparativo feito de suas obras. No entanto, esta pesquisa, diferentemente das propostas pelas autoras supracitadas, baseia-se em gramáticas que se pautam por uma concepção de língua tida como fruto da competência comunicativa dos falantes, por seus autores propiciarem uma percepção mais abrangente do sistema, ao contemplarem as escolhas linguísticas dos usuários frente a contextos enunciativos concretos e específicos.

Por essa razão, a escolha das gramáticas para este estudo foi centrada em autores que se norteiam por princípios funcionalistas, visto pressuporem a língua em sua dinamicidade.¹¹ Haja vista, ainda, o interesse em um exame do estado atual da língua, foram utilizadas obras lançadas neste século e, especificamente, na última década, tanto em Portugal quanto no Brasil: a *Gramática Pedagógica do Português Brasileiro*, de Marcos Bagno (2011), e a *Gramática do Português*, de Eduardo Raposo *et al.* (2013). Nas próximas seções, são brevemente trazidas as concepções de língua implicadas em tais obras, o *corpus* utilizado para a exemplificação dos fenômenos linguísticos e o público-alvo a que se destinam, na medida em que tais especificidades são determinantes para a posterior análise.

3.1 GRAMÁTICA PEDAGÓGICA DO PORTUGUÊS BRASILEIRO

A *Gramática Pedagógica do Português Brasileiro*, de Marcos Bagno (2011), apresenta-se como uma obra que intenta examinar e descrever características gramaticais específicas do português brasileiro contemporâneo, entendido como língua plena a partir de uma concepção de constituição pancrônica, na qual os fenômenos linguísticos são variáveis e mutantes. Além disso, é por consequência de ser histórica que a obra é também político-

¹¹ Apesar de se aproximarem de uma concepção de língua semelhante, por entenderem que o sistema deve ser encarado em sua funcionalidade, a Sociolinguística distancia-se do Funcionalismo ao considerar que as representações sociais influenciam as decisões linguísticas dos falantes. Para este estudo, no entanto, tal distinção não é assumida, tendo em conta o interesse em identificar quaisquer descrições que tomem a língua como um sistema em constante mutação.

ideológica, uma vez que, ao reconhecer o português brasileiro enquanto língua autônoma, promove a aceitação de suas regras tendo em conta os próprios princípios de funcionamento – e não o português europeu literário antigo, como, de acordo com o autor, costumeiramente é feito pela tradição gramatical que serve de base para muitos dos docentes formados ou em formação.

Assim, auto-intitulada como a primeira gramática propositiva de uma pedagogia do português brasileiro, assume a existência de uma *norma urbana culta real*, com base na qual deve ser feito o ensino de língua, uma vez que considera como válidos e corretos quaisquer usos linguísticos que já tenham sido incorporados no discurso dos falantes, no *vernáculo, escrito ou falado, geral brasileiro*. Com isso, Bagno (2011) intenta desvincular a percepção do uso de gramáticas na educação básica com um ensino taxonômico e técnico, para promover uma obra que favoreça a aquisição, por parte de usuários de outras variedades sociolinguísticas, da norma culta real – que, segundo o autor, apesar de distante, ainda é mais tangível que a *norma-padrão clássica*, tematizada pela tradição gramatical. Seguindo esse entendimento de língua, o linguista fomenta a adoção de atividades epilinguísticas, pois considera não ser relevante ao aluno o conhecimento da metalinguagem da área.

É buscando romper com esse cenário que esta gramática reclama para si o título de pedagógica, já que, por ter sido criada visando a dar assistência para a formação docente, não pretende oferecer uma descrição detalhada do português brasileiro, mas promover o (re)conhecimento de conteúdos que, segundo o autor, são fundamentais para um trabalho consciente, relevante e construtivo de educação linguística – entre eles, já presente na apresentação da obra, está o processo de gramaticalização. Nesse sentido, a reflexão sobre a língua e sobre a linguagem deve partir do uso real, de textos autênticos, para que fique evidente ao aluno que os recursos gramaticais estão a serviço da produção de sentido das interações sociais (de um conhecimento semântico-pragmático-discursivo, portanto). Nessa perspectiva, adota como *corpus* a coleta de dados feita pelo projeto Norma Urbana Culta (NURC), "material indispensável para qualquer pesquisa sobre a verdadeira língua dos brasileiros letrados" (BAGNO, 2011, p. 11), no qual são feitas gravações da fala de moradores brasileiros de zonas urbanas de algumas das principais capitais do país (Recife, Salvador, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre) e com o qual foi possível compor um banco de dados de textos multiautorais, com diferentes níveis de formalidade e em gêneros textuais diversos.

Com isso, por fim, o autor alinha-se a outros pesquisadores, como Ataliba de Castilhos e Mário Perini, ao contemplar, em sua análise, as especificidades do português brasileiro

frente a outras línguas – não devendo mais, portanto, ser encarado na dependente posição de variedade. Seria por conta do cenário assíncrono que permeia a tradição escolar (pautada na tradição gramatical), então, que a *Gramática Pedagógica do Português Brasileiro* intenta "contribuir na criação de um modelo de referência para as práticas sociais de linguagem que exigem maior grau de monitoramento estilístico na fala e na escrita" (BAGNO, 2011, p. 109), como consequência da interferência dos gêneros textuais e dos contextos de interação verbal no discurso dos usuários.

Ao propor tal tarefa pedagógica, Bagno (2011) fundamenta-se em diversas disciplinas que consideram o fenômeno linguístico como fenômeno social, tais como a análise do discurso, a linguística sociocognitiva e o funcionalismo, entre várias outras, retomando, então, nomes como Mikhail Bakhtin e Paul Hopper. A concepção de língua adotada, nesse sentido, também reflete a influência dos modelos teóricos na constituição da obra, ao assentar suas definições no discurso como elemento central da língua em uso, pois nele atuam, simultaneamente, sintaxe, semântica e pragmática. Isso posto, torna-se, segundo o linguista, contraproducente a escola tomar para si a função de ensinar a gramática, pois seus elementos estariam sempre em constante gramaticalização e seriam reflexo de um fenômeno panocrônico, em função de ser a dinâmica social – e não mecanismos internos ao próprio sistema – o que define quais formas linguísticas são conservadas e quais são alteradas.

Deriva de tal perspectiva a noção de que a língua não é homogênea, mas, sim, um polissistema, resultado das diversas variedades de que fazem uso os falantes de uma mesma população que compartilham vínculos sociocultural, sociogeográfico e sócio-histórico. Por conta disso, a descrição presente em uma gramática precisa de instituir, inevitavelmente, uma variedade sociolinguística específica, que, para Bagno, no português brasileiro, deve tomar como objeto a norma real, pois, embora ainda seja do domínio das classes sociais dominantes da sociedade (tal qual o é a norma prescrita pela tradição gramatical), resulta do emprego efetivo da língua na forma como esta é encontrada no mundo: em textos autênticos, sob a configuração de gêneros textuais. É, finalmente, em vista de tal concepção de língua que Bagno utiliza, para a formulação de suas descrições, as atualizações do sistema oriundas das gravações de fala do projeto Norma Urbana Culta (NURC), pois estas contemplam usos de diferentes variedades sociais, econômicas, geográficas, em contextos e em gêneros igualmente diversificados.

Na seção a seguir, são delineadas algumas características da *Gramática do Português*, de Eduardo Raposo *et al.* (2013), primeira gramática portuguesa descritiva que assume a

língua em uso pelos usuários. Apesar de se apresentar como uma gramática baseada no conhecimento intuitivo e informal dos leitores mais instruídos, com a análise das descrições, percebe-se que se propõe ser uma gramática mais especializada que a de Bagno (2011), até por conta de sua ampla extensão e de sua escrita conjunta.

3.2 GRAMÁTICA DO PORTUGUÊS

A *Gramática do Português*, de Eduardo Raposo *et al.* (2013), é constituída por três volumes (o último ainda a ser lançado) e dividida em cinco grandes partes: História e geografia do português, Léxico, Sintaxe e Semântica (que ocupa todo o segundo volume e parte dos primeiro e terceiro), Morfologia e Fonética e Fonologia. A obra é resultado de um projeto iniciado em 2001, sob o apoio da Fundação Calouste Gulbenkian, para o qual colaboraram quarenta autores, especialistas de diversos domínios, provenientes de universidades e de centros de investigação de Portugal, do Brasil, da Suécia, de Moçambique e dos Estados Unidos.

Como gramática precursora em Portugal, a obra, em sua primeira linha, já define o seu objetivo: “descreve[r], de modo tão exaustivo quanto possível, a língua portuguesa na sua variedade europeia contemporânea [...]” (RAPOSO *et al.*, 2013, p. XXV), na qual atuam, além de especificidades como a origem geográfica, o nível de escolaridade, a profissão e a idade dos falantes, também a individualidade dos falantes, os quais “usam a língua de maneira diferente também em função da formalidade da situação de comunicação ou do grau de familiaridade entre os interlocutores” (RAPOSO *et al.*, 2013, p. XXV). Em decorrência da escolha dos estudiosos de arrolarem diversos exemplos para, segundo eles, “sustentarem de forma direta a descrição dos fatos linguísticos em discussão” (RAPOSO *et al.*, 2013, XXVIII), algumas sentenças precisaram de ser construídas pelos próprios autores; a maior parte das abonações, entretanto, foi extraída de fontes textuais orais, formais e informais (de diferentes regiões e em diferentes contextos comunicativos) – como do arquivo sonoro do Atlas Linguístico-Etnográfico de Portugal e da Galiza (ALEPG) e do *Integrated Reference Corpora for Spoken Romance Languages (Corpus C-ORAL-ROM)* –, e escritas, de produções literárias, técnicas, científicas, publicitárias e jornalísticas – como do *Corpus de Referência do Português Contemporâneo (CRPC)*, do Projeto Norma Urbana Culta (NURC) e do *Corpus Dialectal para o Estudo da Sintaxe (CORDIAL-SIN)* –, o que permite à obra abranger diferentes usos de língua, ainda que de uma variedade em comum.

Por fim, ressalta-se que a obra, produzida a partir da variedade do *português-padrão*, dialeto falado nas zonas urbanas do litoral-centro, entre Lisboa e Coimbra, foi escrita visando também a atender um público que, com instrução média-alta, intuitiva e informalmente seria conhecedora da terminologia mais comum presente nas gramáticas tradicionais (substantivo, verbo, sujeito, predicado, objetos). Assim, partindo de uma nomenclatura pouco especializada, a gramática estaria inserida em uma posição intermediária, por não ser sucinta nem específica demais e por ser de fácil apreensão, tendo em conta um vocabulário menos técnico e mais simples, tanto quanto seja possível.

Concluída a apresentação dos materiais de análise deste estudo, na seção a seguir, são elucidadas as motivações para a escolha de cada uma das gramáticas, haja vista existirem outras, em contexto brasileiro, que se propõem fazer uma descrição de teor funcionalista da língua. Finalmente, explica-se os procedimentos adotados para a análise e para a comparação das supracitadas obras, de modo a esclarecer de que forma o *corpus* foi selecionado.

3.3 PROCESSOS DE ANÁLISE

As duas gramáticas anteriormente pontuadas foram escolhidas para este estudo por conta da importância, contemporaneamente, de suas descrições para a reflexão dos usos linguísticos feitos pelos falantes. A gramática brasileira foi selecionada devido à sua abrangência, quer em pontos relativos à análise da língua, de fato, quer em questões referentes à história do Português, e também por ser a mais recente obra descritiva, produzida sob influência de reflexões de autores que igualmente dão ênfase à língua falada culta, especificamente à do português do Brasil, o que é pertinente em um estudo que intenta a comparação de descrições linguísticas.¹² Assim, é uma obra que se dedica a descrever todas as classes de palavras a partir de um viés pedagógico, visando, então, a uma compreensão intuitiva dos mecanismos da língua, e que utiliza um *corpus* com dados variados, formais e informais, de gêneros mais e menos monitorados. Em relação à gramática portuguesa aqui analisada, apesar de ainda ser pouco conhecida em território brasileiro, ela é um material de

¹² Também as gramáticas de Mário Perini (2010), *Gramática do Português Brasileiro*, de Ataliba de Castilhos (2010), *Nova Gramática do Português Brasileiro*, e de Maria Helena de Moura Neves (2001), *Gramática de Usos do Português*, refletem uma concepção de língua voltada para o uso. Contudo, a primeira não é uma obra completa, pois não se dedica a todas as classes de palavras, a segunda é destinada ao público universitário e, portanto, não assume necessariamente um conhecimento intuitivo e informal da língua por parte de seus leitores, e a terceira é constituída por um *corpus* exclusivamente de língua escrita, em gêneros textuais mais monitorados. Para tornar esta pesquisa o mais uniforme possível, procurou-se por gramáticas com vasta descrição e com um *corpus* relativamente semelhante.

uso corrente em disciplinas de Universidades como a de Coimbra¹³, visto ser a primeira e a única gramática portuguesa que se propõe fazer, contemporaneamente, a descrição e não a prescrição do Português, nas suas mais diversas variedades. Sendo assim, é um material inovador em contexto português, por se propor fazer a descrição da língua sem trazer regras normativas que valorizem uma determinada variedade em detrimento de outra ou que considerem incorretas opções gramaticais que não sejam as do português-padrão.

Em cada um dos objetos de estudo, fez-se um movimento investigativo em que, primeiramente, buscou-se entender quais concepções de língua estavam neles implicados, qual *corpus* era utilizado para a exemplificação dos fenômenos linguísticos e para quem tais obras se destinavam. Após isso, foram verificadas as inserções, nas respectivas gramáticas, das abordagens acerca da gramaticalização, de verbos auxiliares e de perífrases verbais, para a constituição de dois critérios analíticos para a comparação: 1) o fenômeno da gramaticalização, com o intuito de analisar de que forma cada autor o considera como um fato da língua e 2) os verbos auxiliares e as perífrases verbais, com o propósito de averiguar o modo como cada autor descreve o uso de tais recursos. Destacados os dados, procurou-se evidenciar, a partir da comparação das descrições encontradas, de que forma os pressupostos linguísticos funcionalistas são intervenientes na exposição de estruturas perifrásticas, no sentido de as obras serem mais ou menos amplas no que se refere à aceitação de formas compostas utilizadas pelos usuários contemporaneamente.

No próximo capítulo, é então realizada a análise dos dados recolhidos no *corpus* deste estudo. Assim, para uma melhor apreensão das peculiaridades de cada descrição, o tópico a seguir foi segmentado em três diferentes seções, nas quais são ilustradas e comentadas as descrições das duas gramáticas e, por fim, são feitas algumas considerações em vista da comparação entre elas aqui visionada. As duas primeiras seções foram subdivididas em dois itens cada, de acordo os critérios analíticos elegidos para o trabalho: a gramaticalização, no sentido de verificar se os autores entendem sendo o fenômeno um fato da língua ou se fazem alguma menção a ele, e os verbos auxiliares e as construções perifrásticas, no intuito de averiguar quais e como tais estruturas são apresentadas nas gramáticas.

Assim, a primeira parte associa-se tanto às considerações de Halliday (1985) e de Dik (1997) referentes à Gramática Funcionalista, por buscar entrever uma visão de gramática emergente norteadas pela competência comunicativa e uma noção de língua enquanto sistema e instrumento de interação social suscetíveis a mudanças, quanto à discussão teórica de Heine

¹³ Cidade onde a presente autora estudou por seis meses, devido a um intercâmbio.

et al. (1991) e de Hopper e Traugott (1993), anteriormente apresentada, em relação ao processo de gramaticalização que acomete as palavras com propriedades mais lexicais. A segunda parte, intrinsecamente ligada à primeira, dialoga com as problemáticas de definição e de nomenclatura de verbos auxiliares apresentadas por Pontes (1973) e por Lobato (1975), na medida em que a forma como cada autor responde a elas se reflete na maneira como retratam a mudança na língua. Finalmente, a terceira seção conclui o exame proposto, de maneira a comparar qualitativa e quantitativamente a forma como cada tópico foi abordado nas gramáticas em questão.

4 ANÁLISE DOS DADOS

Neste capítulo, faz-se, em um primeiro momento, a análise particularizada das duas gramáticas, trazendo, em seções diferentes, mas naturalmente relacionadas, informações referentes tanto à apresentação do processo de gramaticalização quanto dos verbos auxiliares e das perífrases verbais. De forma mais ou menos similar, ambas as gramáticas delinearão a gramaticalização na parte inicial da obra, ligada à história e à mudança da Língua Portuguesa, e retomaram o fenômeno quando da explicação de verbos auxiliares. Além disso, tendo em conta a auxiliaridade ser resultado da necessidade de o falante expressar diferentes sentidos, procurou-se analisar também as categorias semânticas dos verbos, visto ser um tópico relacionado às perífrases. Isso posto, a seguir, é feito o exame da obra de Bagno (2011), primeiramente analisada por o seu conteúdo, mais breve, ser retomado diversas vezes na de Raposo *et al.* (2013), que assumem ser o objetivo central da gramática a descrição detalhada dos usos do português-padrão.

4.1 GRAMÁTICA PEDAGÓGICA DO PORTUGUÊS BRASILEIRO

Nesta seção, são expostas as descrições feitas por Bagno (2011) em sua gramática quanto à manifestação do fenômeno da gramaticalização e às propriedades dos verbos auxiliares e das perífrases verbais. Para tanto, o linguista retoma, ao longo dos tópicos, a interferência de questões de valor sociocultural nas escolhas dos falantes quando fazem uso o sistema da língua. Além disso, visto o público-alvo desta gramática ser toda a comunidade escolar, percebe-se o uso de uma linguagem simples e didática, que procura romper com a tradição gramatical ao pouco fazer menção a categorizações recorrentes nela.

4.1.1 Gramaticalização

O tema do sistema linguístico em constante modificação permeia toda a *Gramática Pedagógica do Português Brasileiro*, de Marcos Bagno (2011), para quem a gramaticalização é um dos processos mais produtivos da língua para o surgimento de novos mecanismos de expressão. Por conta disso, o fenômeno é retratado, diretamente, em capítulos referentes a verbos, a verbinominais¹⁴, a nomes, a preposições, a concordâncias verbais, a mudanças

¹⁴ Nomenclatura adotada por Bagno para se referir às formas nominais do verbo: participípio, gerúndio e infinitivo.

linguísticas e, indiretamente, em trechos mais específicos, como os que tratam, por exemplo, do uso fluido entre advérbios e adjetivos. Nesta seção, portanto, são assinalados os tópicos referentes à gramaticalização considerados relevantes para a discussão aqui empreendida para, posteriormente, compreender a confluência de tal tema na percepção do autor do que sejam verbos auxiliares e perífrases verbais.

Partindo do ponto de vista de ser a descrição de uma língua sempre provisória, visto que os elementos da gramática estão em ininterrupta modificação por conta dos processos cognitivos atualizados pelos falantes, o autor elucida, no início de sua gramática, os fatores que atuam sobre o sistema linguístico. Para tanto, discorre tanto sobre os fatores sociais, como as instituições sociais, a variação e o contato linguístico, quanto sobre os sociocognitivos, nos quais estão incluídas a economia linguística, a gramaticalização e a analogia. Estes, segundo o autor, são forças centrífugas no transcurso de mudança, na medida em que agem em função de um afastamento do sistema tal como se encontra em uma dada sincronia, sendo, então, resultado do processamento da língua no cognitivo do falante, como consequência de situações de interação social.

É nessa perspectiva que o linguista retrata a mudança promovida pela gramaticalização, entendida como “a produção de novos recursos gramaticais a partir de (re)processamentos cognitivos, por parte dos falantes, impostos aos recursos gramaticais já existentes” (BAGNO, 2011, p. 170). Assim, uma vez que a gramática está sempre atrelada ao discurso (visto a língua não ser uma entidade autônoma), seu objeto de descrição se constitui a partir das formas linguísticas empregadas pelos falantes. À medida que tais estruturas se mostram insuficientes para a produção de sentidos intentada pelos usuários, estes fazem emergir do sistema novos recursos, por meio da atualização de estruturas, de significações, de interpretações e de análises de recursos já existentes.

O linguista, remontando às análises de Heine *et al.* (1991) e de Hopper e Traugott (1993), apresenta, então, a metáfora como sendo o reprocessamento de maior destaque, a partir do qual os falantes transferem “uma palavra de um domínio semântico para outro, ao *expandir* seu significado de um sentido concreto para sentidos cada vez mais abstratos” (BAGNO, 2011, p. 172) [grifo do autor]. Dialogando com conceitos como o da abstratização, discutido no segundo capítulo deste trabalho, Bagno retrata os diferentes níveis em que a metáfora estaria presente no discurso – muitos de seus usos, contudo, estariam de tal forma cristalizados e gramaticalizados que não mais seriam percebidos pelos falantes como resultado de transferência de sentidos. Frente a esses três níveis, a saber, na superfície do

texto (em comparações, em usos figurados, em jogo de palavras, em expressões idiomáticas), no léxico (nos significados das palavras, que derivam de seu étimo) e na gramática (em elementos estruturais, como os artigos definidos e indefinidos), o autor passa a ilustrar, com diversos exemplos, inúmeras metáforas presentes no português, as quais partem “do léxico para a gramática, da coisa para a não-coisa, do universo empírico para o universo do discurso, do sensível para o cognoscível” (BAGNO, 2011, p. 172).

Para tanto, o gramático também retoma a escala de derivação metafórica proposta por Heine *et al.* (1991), a partir da qual explica e exemplifica algumas alterações de sentido das palavras. É com base nessa escala que, por exemplo, discute-se a metáfora entre espaço e tempo, em que aquele pode designar este (como as palavras *onde*, *logo* e *espaço*), mas este não pode indicar aquele (*quando*, *tempo*, *período*, *época*, entre outros, que são utilizados exclusivamente com designação temporal), uma vez que segue o princípio da unidirecionalidade, também abordado no referencial teórico deste trabalho. Isso posto, o autor retoma a discussão em torno do verbo *ir* com sentido gramaticalizado, temporal, que não é aceito pela tradição gramatical, tendo em conta uma suposta divergência semântica em sentenças como *vou dormir*, *vou ficar*, *vou pensar*, por sua denotação de movimento espacial se contrapor à estaticidade dos verbos principais com os quais se associa. Assim, o verbo *ir* é uma transformação lexical que acarreta uma reanálise sintática, uma vez que os falantes passam a interpretar e a organizar de forma diferente os elementos no eixo sintagmático, passando as locuções a serem analisadas como expressões de tempo: [*vou*] [*lavar o carro*] supõe um deslocamento no espaço em direção ao ato de lavar o carro, [*vou lavar*] [*o carro*], por sua vez, faz presumir um deslocamento espacial, em algum momento futuro, com o intuito de lavar o carro. Quer se considere o deslocamento espacial, quer o temporal, depreende-se, de qualquer modo, um estado de coisas futuro – e é precisamente por conta dessa semântica do verbo que ele costuma marcar o índice de futuridade.

Dessa forma, o verbo *ir*, semanticamente vazio, passa a se constituir como expressão de futuridade, papel desempenhado, em outras sincronias, pelo verbo *haver*, como elucidada o autor em uma imagem espiral (BAGNO, 2011, p. 187), na qual estão escritas as formas já utilizadas pelos falantes, do indo-europeu ao português brasileiro, para expressar o que, contemporaneamente, entende-se como futuro do presente: **canta** + ***bho**¹⁵ (*verbo indo-europeu com significado de “ser, existir, crescer”), gramaticalizado em > **cantabo**, convertido na perífrase verbal > **cantare habeo**, modificado para > **cantar hei**, transformado, pela erosão

¹⁵ A *Gramática do Português* (2013) trata a estrutura pré-latina que principiou a gramaticalização da forma de futuro do presente como *kanta bho*.

fonética, pelo enfraquecimento semântico e pela fixação morfossintática do verbo *haver*, em > **cantarei**, e substituído, progressivamente, por > **vou cantar**.¹⁶ O gramático ainda ressalta que, entre o raro uso da forma de futuro do presente simples – preconizada pela tradição gramatical – e o do verbo *ir* seguido de infinitivo – reproduzido pelo vernáculo geral brasileiro –, a opção dos usuários normalmente é a de utilizar, em gêneros textuais escritos mais monitorados, uma nova perífrase, resultado da ênfase na carga semântica de futuridade já implicada no verbo auxiliar: a do verbo *ir* no futuro seguido de infinitivo (*irei cantar*), como solução entre a formalidade e o coloquialismo de cada uma das variedades supracitadas.¹⁷

Assim sendo, a partir da metáfora e de outros processos de gramaticalização, nenhuma classe gramatical deve ser considerada fechada, pois a fluidez passa a ser uma característica obrigatória na definição das estruturas do sistema. Nesse sentido, o que inviabiliza a criação de limites bem definidos entre as classes é “precisamente a gramaticalização, que, por um lado, cristaliza algumas formas novas tornando-as prototípicas, ao mesmo tempo em que, pelo outro, desloca antigas formas para as bordas pouco consistentes da classe e força elas a entrar no domínio de outra classe gramatical” (BAGNO, 2011, p. 487). De forma breve, Bagno ainda cita outro importante agente de transformação do sistema (ao lado da analogia, da recategorização, da reanálise sintática, da relação icônica): a metonímia, um dos princípios da gramaticalização abordado por Heine *et al.* (1991) e por Hopper e Traugott (1993). Diferentemente da metáfora, que funciona por meio do “transporte” do significado de um termo para outro, em uma comparação implícita, a metonímia atua pela contiguidade semântica entre os termos, já que um e outro mantêm estreita relação.

Na próxima seção, são verificadas as descrições a respeito de verbos auxiliares e de perífrases verbais presentes nesta gramática, para se perceber, com base no *corpus* da obra, de que maneira os falantes fazem uso de tais formas gramaticalizadas. Baseado nesse exame, posteriormente é feita uma comparação entre as duas gramáticas aqui analisadas, a fim de se averiguarem as diferenças e as semelhanças na exposição sobre o tema em questão.

¹⁶ Essa afirmação pode ser verificada no *corpus* do NURC-Brasil, no qual são empregadas sessenta e quatro vezes futuros com *vou* + infinitivo, contra apenas nove futuros simples (utilizados por somente dois falantes – um deles, em contexto acadêmico).

¹⁷ Bagno (2011) ressalta que tal construção intermediária não reflete o vernáculo geral brasileiro ao indicar que, no *corpus* do NURC-Brasil, existe apenas uma ocorrência desse tipo de estrutura.

4.1.2 Verbos Auxiliares e Perífrases Verbais

Para a avaliação aqui empreendida quanto a verbos auxiliares e a perífrases verbais, foram pesquisados tópicos que abordassem, direta ou indiretamente, a propriedade de auxiliaridade dos verbos antes plenos. Tomando como ponto de partida o componente aspectual do verbo, o qual expressa a forma como o falante percebe, entende e avalia o estado de coisas enunciado, Bagno (2011) apresenta estruturas verbais capazes de refletir a apreciação que o falante faz daquilo que considera acontecer. Como consequência da percepção dos usuários em relação aos fatos do mundo com os quais eles interagem, surgem, no sistema, perífrases verbais que, embora renegadas pela tradição gramatical, agregam novos sentidos aos enunciados, quer qualitativos, quer quantitativos. A partir disso, então, o autor expõe um quadro da tipologia do aspecto verbal (BAGNO, 2011, p. 549), na qual a avaliação qualitativa é dividida em perfectivo, relacionado a eventos totalmente finalizados, e em imperfectivo, referente a eventos parcialmente concluídos; e em que a análise quantitativa é separada em iterativo e semelfactivo, a depender da frequência das ações (repetidas vezes ou uma única vez, respectivamente). Com base nessa classificação, passam a ser listados inúmeros exemplos de enunciados que demonstram ser natural o uso de perífrases verbais que atendam às necessidades semânticas dos falantes, apesar de não terem sido incorporadas pelas gramáticas tradicionais.

Isso posto, o linguista esclarece que tempo e aspecto verbais não podem ser considerados uma mesma categoria, apesar de o ensino gramatical tradicional ignorar o papel do aspecto na codificação do tempo verbal ao assumir, por exemplo, que o pretérito perfeito e que o pretérito imperfeito são tempos distintos – enquanto, na realidade, seriam ambos formados no passado, a partir de diferentes aspectos. A título de exemplificação, o autor lista enunciados que descrevem um evento ocorrido no passado, mas cujo aspecto nem sempre é coincidente com a morfologia verbal (as desinências de tempo), por aludir a outras percepções dos falantes, como *O voo tinha partido às 9 horas e 45 minutos*, que descreve “um evento que já se concluiu, que terminou, em relação ao momento presente” (BAGNO, 2011, p. 548), e *O voo teria partido às 9 horas e 45 minutos*, que descreve “um evento sobre o qual não se tem absoluta certeza de ter ocorrido no passado e sobre o qual o locutor não quer assumir responsabilidades” (BAGNO, 2011, p. 548). Ademais, a crítica de Bagno em relação à omissão do aspecto verbal na prescrição gramatical fundamenta-se também no fato de tais

obras não catalogarem outras expressões – afora as costumeiramente compiladas¹⁸, aceitas por uma análise que considera tão somente o tempo verbal – de uso recorrente no vernáculo do português brasileiro, como *O voo estava partindo às 9 horas e 45 minutos* e *O voo estaria partindo às 9 horas e 45 minutos*.^{19 20}

A partir desses e de outros exemplos, Bagno apresenta a categorização do aspecto verbal, que se constitui pela necessidade de o falante expressar eventos iniciais (inceptivos), em andamento (cursivos) ou perto de acabar (terminativos) – em enunciados imperfectivos –, bem como ações pontuais e resultativas – em enunciados perfectivos –, praticadas frequentemente/repetidas vezes – em enunciados iterativos – ou uma única vez (por conta da carga semântica do próprio verbo, como *piscar, espirrar, reconhecer*) – em enunciados semelfactivos. Em relação a tais usos, o gramático faz menção à classificação existente no inglês para se referir a perífrases gerundivas – *continuous* –, que, no português brasileiro, é uma das construções mais produtivas para explicitar o aspecto cursivo do evento (principalmente com o verbo auxiliar *estar*) ou, mais raramente, o iterativo (construção comum com o verbo auxiliar *ir*), mas sobre a qual ainda não existe classificação nas gramáticas tradicionais. Para finalizar, então, a problemática a respeito da relação entre tempo e aspecto verbais, o linguista propõe um quadro (BAGNO, 2011, p. 552) no qual sistematiza os aspectos perfectivo e imperfectivo a partir de estruturas verbais presentes no vernáculo geral brasileiro. Nele, portanto, baseado na simbologia da linha reta com um ponto (representativo do perfectivo) e da linha pontilhada com uma seta que indica prosseguimento (representativo do imperfectivo), o autor confere às construções que habitual e inconscientemente são utilizadas pelos falantes uma ordem, uma estrutura regular.

A análise das categorias semânticas dos verbos prossegue na obra com a apresentação do modo (BAGNO, 2011, p.555-574), o qual engloba diferentes tempos verbais, diferentemente do aspecto verbal, que traduz a apreciação do falante frente a um segmento temporal específico. Assim, são transversais a qualquer tempo expressões que transmitem

¹⁸ Com base no enunciado ilustrativo de Bagno, *O voo X às 9 horas e 45 minutos*, em que X pode ser preenchido com as expressões verbais *partiu, partia, tinha partido, partiria, tem partido, teria partido* (BAGNO, 2011, p. 548).

¹⁹ Outras expressões elencadas por Bagno são *ia estar partindo, ia partir, iria partir, andou partindo, havia de partir, havia de estar partindo, haveria de partir, vinha partindo, voltaria a partir, tinha acabado de partir, começava a partir* (BAGNO, 2011, p. 548).

²⁰ As diversas possibilidades de expressão do aspecto verbal tornam evidente a produtividade que o gerúndio assume na norma urbana culta real, sem que isso recaia, contudo, no emprego errôneo de tal construção perifrástica. A problemática do gerundismo não se encontra no uso, cada vez mais recorrente, de múltiplos auxiliares em sequência seguidos por um verbo no gerúndio, mas, sim, pelo uso de tal perífrase em expressões que tratam de ações pontuais ou de ações perfectivas, nas quais não se aplica o aspecto durativo próprio do gerúndio (BAGNO, 2011, p. 639).

estados de coisas reais (modo indicativo), irrealis (modo subjuntivo), desejáveis (modo optativo), sujeito a conjunturas particulares (como condicional) ou exigidas/solicitadas por outrem (modos imperativo e causativo), a despeito de os compêndios gramaticais somente citarem os modos indicativo, subjuntivo e imperativo. Percebe-se, por conseguinte, que, assim como acontece com os modos optativo e condicional, comumente suprimidos pela tradição gramatical, também os verbos auxiliares pouco são catalogados em tais obras. Essa ausência decorre do pressuposto teórico adjacente a essas prescrições, que assume a língua como um todo imutável e homogêneo que não emerge do discurso. A partir disso, faz-se obrigatória a não-consideração da existência, por exemplo, de verbos modais, uma vez que estes são produto de um processo de gramaticalização, em que o verbo, antes pleno, sofre enfraquecimento semântico e enrijecimento sintático.²¹

Por refutar tal perspectiva, Bagno (2011, p.572) destaca, então, que, para além dos modos gramaticalizados em cada um dos paradigmas morfológicos, também existe a modalização expressa por verbos auxiliares, os quais são classificados como verbos modais. Tal qual ocorre com a auxiliaridade, também os verbos modais compartilham o mesmo sujeito com o verbo principal, que, conjugado no infinitivo, funciona como complemento direto do verbo modalizador e que pode vir ou não seguido por outro complemento, direto ou indireto, a depender de sua transitividade. A partir disso, Bagno indica a existência de uma escala de modalização (BAGNO, 2011, p.572), distribuída desde a modalização epistêmica (que expressa uma maior probabilidade e possibilidade de certeza acerca do estado de coisas enunciado) até a deôntica (que expressa a necessidade, o dever, a obrigação em relação ao estado de coisas enunciado), passando pela volitiva (que expressa a vontade, o desejo frente ao estado de coisas enunciado), as quais seriam traduzidas, prototipicamente, pelos verbos *poder*, *dever* e *querer*, respectivamente. Posterior a essa gradação, o autor apresenta um quadro com os principais verbos modais do português brasileiro e com os modos com que eles se relacionam²², para, subsequentemente, ilustrar tais usos a partir de exemplos extraídos do NURC e listar outros verbos que, com menor frequência, funcionam como modais.²³

²¹ O autor exemplifica tal percurso com o verbo *poder*, que deixa de significar, exclusivamente, “ter autoridade, condições, força” para ter o sentido de “probabilidade”. Com isso, torna-se sintaticamente preso, ao vir sempre em posição anterior ao verbo principal, e sofre erosão fonológica, transformando-se em uma partícula proclítica ao infinitivo (*Pó-parar com isso!*) (BAGNO, 2011, p. 574).

²² *Dever* (epistêmico e deôntico); *parecer* (epistêmico); *poder* (epistêmico e deôntico); *precisar* (deôntico); *preferir* (volitivo); *pretender* (volitivo); *querer* (volitivo); *tentar* (volitivo); *ter de* e *ter que* (deôntico) (BAGNO, 2011, p. 573).

²³ De modalização epistêmica: *acreditar*, *crer*, *pensar*, *imaginar*, *saber*, *julgar*, *considerar*, *supor*. De modalização deôntica: *necessitar*, *carecer*. De modalização volitiva: *desejar*, *sonhar*, *almejar*, *buscar*, *ansiar*, *esperar* (BAGNO, 2011, p. 573).

Em relação a isso, Bagno ressalta que o tempo verbal, dividido, na língua portuguesa, em passado, presente e futuro, é igualmente relevante para o estudo dos usos de perífrases verbais, tendo em vista o constante emprego de construções compostas, em contraposição à forma simples existente na língua. Nessa seção (BAGNO, 2011, p. 574-580), o autor destaca, entre outros temas, o uso, no vernáculo do português brasileiro, do pretérito mais-que-perfeito em sua forma composta com o verbo *ter*, em detrimento da forma simples preconizada pela tradição gramatical – exclusas algumas construções estereotipadas, como *pudera, quisera, quem dera*. No entanto, em gêneros textuais mais monitorados, o uso da forma composta, por efeitos de hipercorreção (tal qual acontece com construções como *irei cantar*), costuma ser alterada pela substituição do verbo auxiliar por *haver*, tendo em conta o estatuto de menor prestígio do verbo *ter*, por a tradição considerar incorreto o seu emprego com sentido existencial. Essa variedade de usos é, juntamente a outras, ilustrada na forma de um quadro (BAGNO, 2011, p. 579), no qual os tempos verbais são listados desde o vernáculo geral brasileiro (à esquerda) até à preconização da tradição gramatical (à direita). É interessante notar que todos os termos à esquerda, à exceção do modo condicional, são construídos com perífrases verbais: *tinha falado* (pretérito mais-que-perfeito composto), *vou falar* (futuro do presente composto), *ia falar* (futuro do pretérito composto) e *vamos falar!* (imperativo composto), indo de encontro ao que prevê a tradição. Em contraposição, à direita estão dispostos os mesmos tempos verbais, mas na forma simples – algumas destas só sendo utilizadas, no português brasileiro, em gêneros textuais escritos mais monitorados: *falara* (pretérito mais-que-perfeito simples), *falarei* (futuro do presente simples), *falaria* (futuro do pretérito simples) e *falemos!* (imperativo simples).

Por fim, a última categoria semântica do verbo em que se faz perceber, na descrição de Bagno, o uso de perífrases verbais, é a da voz (BAGNO, 2011, p. 580-583), propriedade que evidencia o papel semântico entre agente e paciente a partir de estruturas ativas ou passivas. Quanto a isso, o linguista assume como exclusiva, no português brasileiro, a construção da voz passiva analítica, formada, predominantemente, pelo verbo auxiliar *ser* + particípio passado. Apesar de essa ser a única estrutura reconhecida pela tradição gramatical, a ela podem ser associados outros verbos auxiliares, como *estar, ficar, ir, vir, seguir, continuar*, que, por acrescentarem valores aspectuais à passividade, são empregadas intuitivamente pelos usuários.²⁴

²⁴ Esses auxiliares, cuja gramaticalização é negada pela norma padrão, são retomados pelo autor no capítulo específico dos verbos auxiliares, no qual se discute, pormenorizadamente, a que formas nominais cada termo gramaticalizado se une.

Repercutindo a importância dos verbos auxiliares, já evidenciada pela discussão em relação à gramaticalização e às categorias semânticas dos verbos, Bagno elabora uma seção específica para tratar dos verbos auxiliares (BAGNO, 2011, p. 603-620), na qual descreve a história de alguns verbos para demonstrar o percurso que os conduziu à gramaticalização. Assim sendo, inicia o tópico apresentando as características que definem as perífrases verbais ou locuções verbais²⁵, entendidas como a junção de v¹+v² na formação de um único sintagma verbal, em que o primeiro elemento, o verbo auxiliar, funciona como especificador, e o segundo, o principal, como núcleo do predicado verbal (podendo ou não ter um complemento, a depender de sua transitividade). Bagno, a partir dessa estruturação, ainda fornece três características, segundo ele, "bem marcadas" das construções perifrásticas (BAGNO, 2011, p. 603), as quais, juntamente com a questão da ordem dos elementos (v¹+v²), reincidem em algumas das problemáticas levantadas por Pontes (1973) e por Lobato (1975) em relação à definição dos traços inerentes às perífrases: 1) somente o verbo auxiliar comporta a morfologia de modo, de tempo e de pessoa; 2) o verbo principal deve ser um verbinominal (particípio, gerúndio ou infinitivo); 3) ambos os verbos compartilham, sempre, o mesmo sujeito.

Como se nota, Bagno (2011) remonta à descrição de perífrase verbal constituída por um verbo auxiliar na forma flexionada seguido por um verbo principal conjugado em alguma das formas nominais (particípio, gerúndio ou infinitivo), definição que, segundo Pontes (1973) e Lobato (1975), ignora usos em que o verbo auxiliar é posposto ao verbo principal (comum em enunciados estereotipados, como *Louvado seja Nosso Senhor*), e em que dois verbos subsequentes representam duas orações (uma delas reduzida), e não um único sintagma (como em *Chorou vendo o filme*). Quanto à terceira e à última característica descrita pelo linguista, observa-se, pelo emprego do advérbio de tempo *sempre*, que ele não considera poder o verbo auxiliar se relacionar ao locutor e não ao sujeito gramatical; contudo, como foi anteriormente apontado, Bagno admite terem alguns verbos auxiliares o papel de modalizadores – o que comprova que, em alguns contextos, os verbos auxiliares ligam-se mais proximamente ao locutor.

Consecutiva à definição mais geral, o autor explicita a sua crítica à classificação de auxiliares feita pela tradição gramatical, segundo a qual "apenas os verbos *ter* e *haver*, quando entram nos chamados tempos compostos (*tenho viajado; havia chegado*), e o verbo *ser* nas construções passivas (*é considerado o melhor*)" (BAGNO, 2011, p. 603) são classificados

²⁵ O autor apresenta ambas as terminologias como sendo equivalentes, embora priorize o uso do termo "perífrase verbal".

como auxiliares, apesar da amplitude de tal fenômeno. Frente à prescrição de tal definição, o linguista inicia sua contestação recordando, com o arrolamento de diversas construções perifrásticas²⁶, que, mais do que representarem aspecto e modo, os verbos *estar* e *ir* também são, como *ter* e *haver* com particípio, auxiliares que formam tempos compostos, embora sejam empregados com gerúndio e com infinitivo para a representação, principalmente, do tempo contínuo.

A partir dessa lacuna da prescrição gramatical, o linguista apresenta um quadro (BAGNO, 2011, p. 604-605) no qual constam trinta e seis verbos (fora seus sinônimos) que funcionariam, no português brasileiro, como auxiliares.²⁷ A forma nominal mais produtiva, com base nesse quadro, é o infinitivo, com o qual se unem vinte e cinco diferentes verbos auxiliares (dos quais vinte e três são restritos a tal uso), forma esta que é seguida pelo gerúndio, construído com dez auxiliares, e pelo particípio, com sete. Em vista dessa descrição, Bagno enfatiza a construção perifrástica com o particípio passado, pois os únicos três auxiliares prescritos pela gramática tradicional (*haver*, *ter* e *ser*) – por já terem concluído o seu processo de gramaticalização – são justamente aqueles que formam tanto a voz passiva quanto os tempos compostos. Os quatro verbos restantes (*estar*, *ficar*, *ir* e *seguir*), que também formam locução com o particípio passado, igualmente produzem estruturas na voz passiva (*Ana está/fica/vai/segue acompanhada pelo marido*), mas não no tempo composto, visto que apenas acrescentam um valor aspectual às estruturas (*Ana estava/ficava/ia/seguia viajando na companhia do marido*).

Assente nisso, o autor discorre sobre a etimologia e a história de quatro verbos plenos que, gramaticalizados, passaram a exercer também a função de auxiliares: *haver*, *ser*, *estar* e *ir*. Para tanto, Bagno inicia sua explicação com uma figura (BAGNO, 2011, p. 606) que retrata a gradual gramaticalização do verbo *haver*: como verbo pleno (sentido de "possuir objeto" [+concreto] ou [+abstrato], *Aquela família havia de tudo*), como verbo apresentacional (sentido de "possuir existência" [+abstrato], *Só há um homem neste mundo com quem me casaria*), como verbo auxiliar (*Escrever hei, quando tiver tempo*), como

²⁶ Presente do Indicativo Contínuo (*estou falando*); Imperfeito do Indicativo Contínuo (*estava falando*); Condicional/Futuro do Pretérito Contínuo¹ (*estaria falando*); Condicional/Futuro do Pretérito Contínuo² (*ia estar falando*); Perfeito do Indicativo Contínuo (*estive falando*); Presente do Subjuntivo Contínuo (*esteja falando*); Imperfeito do Subjuntivo Contínuo (*estivesse falando*); Futuro do Subjuntivo Contínuo (*estiver falando*); Futuro do Presente (*vou falar*); Futuro do Presente Contínuo (*vou estar falando*). A essas formas ainda se pode acrescentar *estarei falando*, *irei falar*, *iria falar*, que ocorrem em gêneros textuais mais monitorados (BAGNO, 2011, p. 603-604).

²⁷ *Acabar de/por; andar; cessar de; começar a; conseguir; costumar; deitar a; deixar de; desistir de; dever; estar; ficar; habituar-se a; haver de; ir; necessitar; parar de; parecer; passar a; pegar a; permanecer; poder; pôr-se a; precisar; querer; saber; seguir; ser; ter; terminar de; vir; viver.*

desinência de tempo (*Escreverei para você*), como verbo funcional (impessoal, *Haverá reuniões daqui a pouco*), como verbo auxiliar (portador das desinências de tempo, de modo e de pessoa para o verbo principal, *Era melhor que não houvesse dito nada*) e como advérbio (invariável, *Há cinco anos estou estudando*). Apesar do vasto uso possível, o autor sublinha que, em muitos casos, *haver* é substituído por outra construção, quer pela formalidade que o subjaz, quer pelas restrições gramaticais a que está submetido. Assim, por exemplo, com função apresentacional ou de auxiliaridade de tempos compostos, o verbo vem sendo, progressivamente, substituído por *ter* – exceto em gêneros textuais mais monitorados. No vernáculo brasileiro, também já foi internalizada a metaforização de *haver* (do latim *habere*, "ter, conter, possuir") com o significado de "existir" ao invés de "possuir", tal qual sua etimologia; em seu lugar, admite-se o uso do verbo *ter* (do latim *tenere*, "segurar, reter, manter"), embora tal emprego seja repudiado pela tradição gramatical. Ademais, a tradição também não reconhece a gramaticalização pela qual passou o verbo *haver* na formação do advérbio *há*; a respeito disso, Bagno aponta que as gramáticas normativas persistem em prescrever uma correlação temporal entre *haver* e o verbo principal (*Havia anos que ela não visitava os pais*), embora isso signifique retroceder na escala de gramaticalização do verbo, exigindo dele uma característica de plenitude que não mais ele carrega.

O autor continua sua investigação quanto às origens da gramaticalização de alguns verbos auxiliares retomando a história de *ser* e de *estar*, que, no princípio, significavam "estar sentado" e "estar de pé", respectivamente. Como consequência da reinterpretação de tais verbos, estes passaram a exprimir, metaforicamente, a ideia de permanência e de transitoriedade, diferenciação comum nas línguas do grupo espanhol e português (BAGNO, 2011). A partir disso, *ser* e *estar* perderam, paulatinamente, seus atributos de verbos plenos e, por isso, tornaram-se verbos copulativos, sem mais o papel de predicação. Semanticamente vazios, sofreram nova gramaticalização, transfigurando-se em auxiliares e formando locuções passivas – todavia, a despeito de o verbo *estar* unir-se adequadamente ao particípio, a tradição gramatical não o considera um verbo auxiliar pleno, por não reconhecer a existência do tempo composto contínuo, do qual *estar* é o principal formador.

Finalmente, o autor apresenta o percurso trilhado pelo verbo *ir*, considerado um dos mais importantes da língua por expressar a categoria de movimento, essencial à percepção dos falantes sobre o mundo. Da mesma maneira como ocorreu com os verbos anteriores, o seu constante emprego promoveu a sua gramaticalização: de verbo espacial, mais concreto, passou a designar o temporal, mais abstrato, seguindo a escala de derivação metafórica das

estruturas gramaticais proposta por Heine *et al.* (1991). Com isso, as locuções com o verbo *ir*+infinitivo passaram a ser interpretadas como expressões temporais (nas quais *ir* funciona como partícula de futuridade), admitindo-se, então, construções com verbos principais que denotam estaticidade (*Vou ficar*), movimento contrário ao de *ir* (*Vou voltar*) e sentidos outros, nunca empregados com a acepção de movimento (*Vou morrer*). Além desses casos, a auxiliaridade de *ir* também passou a se manifestar em locuções com gerúndio (*Ia caminhando*), de aspecto iterativo (*Ia juntando todo o lixo do chão*) e com particípio passado (*O agradecimento vai dirigido ao professor*), embora este último emprego seja mais raro. Frente a tais aplicações, a tradição gramatical critica especificamente construções que ligam *ir* a um verbo de movimento contrário – embora os outros empregos igualmente oponham-se semanticamente ao verbo auxiliar –, e também desconsidera os usos com gerúndio e com particípio, tomando-os todos como desvirtuamentos da norma padrão.

A descrição que Bagno apresenta sobre as perífrases verbais é pautada, então, em um primeiro plano, nas categorias semânticas dos verbos, as quais se configuram em torno do uso de verbos auxiliares (e, portanto, também de modais), e, em um segundo, na própria auxiliaridade, tendo como norteador uma visão diacrônica a respeito dos verbos mais empregados. Antes de definir tais estruturas, o autor ainda discute, em dois momentos distintos e complementares, as noções centrais da gramaticalização, fenômeno a partir do qual é possível compreender as transformações que acometem a língua.

Partindo dos dois critérios analíticos empregados no exame da *Gramática Pedagógica* – quais sejam, de 1) verificar de que forma o autor considera o fenômeno da gramaticalização como um fato da língua e de 2) apurar a maneira como o autor descreve o uso de verbos auxiliares e de perífrases verbais –, na próxima seção, é feita a análise da *Gramática do Português*, de Eduardo Raposo *et al.*(2013). Para tanto, utilizou-se dois dos três volumes da obra, nos quais se faz presente a exposição a respeito da Sintaxe e da Semântica, componentes linguísticos que constituem uma única parte na *Gramática*, tendo em vista a sua mútua interferência.

4.2 GRAMÁTICA DO PORTUGUÊS

Nesta seção, são expostas as descrições propostas por Eduardo Raposo *et al.* (2013) a respeito dos verbos auxiliares (e semiauxiliares, segundo divisão dos autores) e das perífrases verbais, sendo anteriormente tratados também os aspectos referentes à gramaticalização,

essencial para entender de que forma verbos plenos adquiriram propriedades de auxiliaridade.²⁸ Com base em tais descrições, faz-se, posteriormente, uma leitura comparativa entre os dois modelos de descrição gramatical, procurando avaliá-los qualitativa e quantitativamente, tendo em conta o público-alvo pretendido e a concepção de língua adotada pelos autores.

4.2.1 Gramaticalização

Eduardo Raposo *et al.* (2013), em sua *Gramática do Português*, iniciam tratando da história e da geografia da língua portuguesa, apresentando, para tanto, as origens e a formação do português, sendo logo depois discutida a reanálise, apresentada logo no início do primeiro volume, no trecho que trata dos fenômenos de mudança na história do Português. Nesse tópico, entre leis fonéticas e processos de analogia, a reanálise aparece sendo, “genericamente, como um processo de interpretação criativa de dados linguísticos ambíguos” (RAPOSO *ET AL.*, 2013, p. 34), o que pode provocar mudanças morfofonológicas e, mais frequentemente, sintáticas. São nestas últimas que se inclui a alteração do comportamento sintático dos verbos *ser*, *estar*, *haver* e *ter*, os quais eram locativos em latim, por serem empregados para localizar um elemento do mundo real em um espaço físico ou sob domínio de um possuidor. Já nessa época o processo de gramaticalização podia ser notado, especificamente por conta do uso do verbo *ser* (*esse*) como auxiliar de construções passivas, copulativas e de tempos compostos; no português antigo, por sua vez, o fenômeno podia ser percebido pela coexistência de dois verbos para predicados locativos (*seer* e *estar*), possessivos (*teer* e *aver*) e existenciais (*seer* e *haver*) (RAPOSO *ET AL.*, 2013, p. 40-44).

Foi somente a partir do século XVI que essa multiplicidade de usos de cada verbo (na *Gramática*, são elencadas dezesseis diferentes possibilidades de emprego dos verbos *seer*, *estar*, *aver* e *teer* até tal período) passou a se estabilizar, tendo os falantes optado, preferencialmente, por uma forma em detrimento da outra. Assim, contemporaneamente, o valor locativo é encontrado, de acordo com os autores, em construções existenciais com *haver* (embora, no Brasil, tenha prevalecido o verbo *ter*), de posse com *ter*, de localização com *estar*, de tempo composto com *ter*, de voz passiva com *ser* e copulativas de predicados

²⁸ Haja vista ser uma obra para cuja leitura faz-se necessário o conhecimento de termos e de conceitos específicos do campo linguístico (oportunamente explicados), por vezes, optou-se por descrever de forma mais global algumas categorizações demasiado especializadas.

estáveis com *ser*, e de predicados episódicos com *estar* (RAPOSO ET AL., 2013, p. 40-44).²⁹ Concluindo, então, o debate sobre a reanálise dos quatro verbos supracitados, os autores retomam o mecanismo exposto por Heine (1991), com base no qual se percebem quatro níveis de gramaticalização: a perda de conteúdo semântico, a generalização de contextos, a perda de propriedades morfosintáticas e a redução fonética.

Partindo, assim, de um processo mais geral como o da reanálise, os autores passam a focar o léxico de maneira mais detalhada no capítulo referente aos processos de gramaticalização; a partir desse novo tópico, conceitua-se, pela primeira vez, a gramaticalização, tido como “um processo progressivo e contínuo de passagem de certas unidades linguísticas de uma classe lexical para uma classe gramatical ou de uma classe menos gramatical para uma mais gramatical” (RAPOSO ET AL., 2013, p. 249). A recategorização tal qual propõem os autores assume, portanto, a influência de Heine *et al.* (1991) e de Hopper e Traugott (1993), para quem o léxico não é dividido em dois grupos estanques (classes abertas, itens lexicais vs. classes fechadas, itens gramaticais), mas é resultado de um *continuum*³⁰, de uma evolução unidirecional do mais lexical ao mais gramatical.³¹ Ademais, o fenômeno tem, segundo os autores, mais propensão a atingir estruturas linguísticas pertencentes a determinadas áreas conceituais do léxico, independente da língua que seja posta sob análise, como é o caso da recategorização sofrida por verbos plenos com valor de posse, no sentido de se tornarem auxiliares em tempos compostos.

Com base em tais propriedades, os autores apresentam um quadro (RAPOSO ET AL., 2013, p. 258) com dois polos opostos (+ lexical, + pleno, + independente e outro, + gramatical, + funcional, + dependente), no qual estão organizadas as classes de palavras de acordo com o seu grau de gramaticalidade. Os verbos, por exemplo, não se enquadram totalmente em um único polo, já que gradualmente adquirem valor mais gramatical (podendo se transformar em semiauxiliares ou auxiliares) à medida que se gramaticalizam e desenvolvem perífrases. Assim, a partir desse panorama, apreende-se a inclusão do verbo auxiliar *ter* nos tempos compostos (*Tu terias apreciado este livro*) e a do verbo *ser* na voz

²⁹ Construções existenciais (*Há muitos livros na biblioteca*), de posse (*A biblioteca tem milhares de livros*), de localização (*O meu livro está em cima da mesa*), de tempo composto (*A biblioteca tem aberto aos domingos*), de voz passiva (*As bibliotecas foram fechadas por causa da chuva*) e copulativas de predicados estáveis (*Os livros são pesados*) e de predicados episódicos (*A biblioteca está cheia*).

³⁰ Refletindo a dupla influência presente na *Gramática*, Raposo *et al.* (2013) fazem uso não só do termo de Heine *et al.* (1991), *continuum*, mas também do de Hopper e Traugott (1993), *cline*.

³¹ Raposo *et al.* (2013) assinalam, a despeito de a generalidade das gramaticalizações ocorrer no sentido de uma classe lexical ou menos gramatical em direção a uma mais gramatical, a existência de casos em que houve a desgramaticalização da estrutura linguística. Apesar de os autores elencarem os principais exemplos de tal ocorrência no português, considerou-se que estes não são relevantes para o estudo aqui empreendido, uma vez que envolvem, frequentemente, a passagem de afixos a palavras autônomas.

passiva (*Essa questão é referida pelo autor em seu livro*) como representativos do estágio do processo de gramaticalização mais incipiente, em que não há alterações na forma ou nas propriedades flexionais, mas no estatuto categorial, no sentido de adquirirem valor mais gramatical do que os verbos plenos que lhes deram origem (RAPOSO ET AL., 2013, p. 261-263).³² Também estágios mais avançados, em que a gramaticalização acarreta redução morfológica e cliticização, podem ser percebidos em tal quadro; nesse sentido, o verbo auxiliar que mais amplamente ilustra a passagem por todo o *continuum* é *haver*, que se cliticizou e juntou-se à forma infinitiva dos verbos com que se relacionava em latim, adquirindo valor de futuro. Nesse sentido, apesar de ter atingido o grau máximo de gramaticalidade ao funcionar como afixo flexional na formação do futuro do presente e do condicional, ainda o verbo carrega resquícios de seu valor pleno: o fato de somente esses dois tempos verbais exigirem a mesóclise revela a origem de suas formações e, ao mesmo tempo, o processo de gramaticalização por que passou o verbo pleno, na medida em que o clítico divide a construção verbal (*Amar-te-ei*), deixando-a morfológicamente segmentada de acordo com as formas precedentes (*Amar hei*) (RAPOSO ET AL., 2013, p. 266-673). Além disso, haja vista a estabilidade em que se encontra a construção de futuro simples, uma nova forma surgiu para expressar o mesmo significado, como frequentemente acontece no processo de gramaticalização: a forma composta *ir* + infinitivo, que passa a concorrer com a forma simples para expressar a ideia de futuridade.³³

Retomando, dessa forma, a escala de derivação metafórica (HEINE ET AL., 1991), os autores mostram o percurso de abstratização dos verbos *ir* e *vir*, que, inicialmente, tinham valor espacial e que passaram a exprimir tempo (RAPOSO ET AL., 2013, p. 276). Para tanto, são apresentados alguns exemplos de uso que demonstram a sua gradual modificação; assim, enquanto verbo pleno, *ir* ocorre em frases formadas com duas orações (*Ela vai à confeitaria comer uma fatia de torta*), de modo que cada verbo seja complementado por seus respectivos objetos – embora já possa ser entendida, pragmaticamente, a futuridade adjacente ao verbo que denota deslocamento. O valor temporal pode ser mais facilmente percebido em construções em que ambos os verbos estejam adjacentes um ao outro (*Ela vai comer uma fatia de torta à confeitaria*)³⁴ e, mais ainda, em sentenças em que o verbo de deslocamento

³² Também *estar* em construções predicativas (*Ele está cansado depois de um dia de treino*) figura entre os verbos no estágio inicial de gramaticalização; contudo, como não forma uma perífrase verbal – por ser construída com adjetivos, e não com outros verbos –, decidiu-se não descrevê-la com maiores detalhes.

³³ Raposo et al. (2013) apresentam a construção *haver de* como sendo também concorrente do futuro simples. Contudo, entre as três formas possíveis (*cantarei*; *vou cantar*; *hei de cantar*), sabe-se que tal estrutura é a menos acionada pelos falantes, por conta de seu grau de formalidade mais acentuado.

³⁴ Faz-se notar que esta não é uma construção usual no português brasileiro.

não seja complementado por seu locativo (*Ela vai comer uma fatia de torta*). Frases como esta, em que *ir* se une a um predicado eventivo, costumeiramente são ambíguas, porque não necessariamente envolvem o deslocamento do agente verbal – a despeito de sempre conotarem uma interpretação temporal de futuridade.

Por conta da eminência do valor temporal de *ir*, a gramaticalização do verbo se processou, para Raposo *et al.* (2013) no sentido de funcionar tanto como semiauxiliar de futuro em perífrases com verbos que não implicam deslocamento (*Ele vai gostar do bolo*), quanto como auxiliar, também de futuro, mas com verbos de movimento, o que demonstra o valor inteiramente temporal de *ir* (*Ele vai viajar*). Além de formar perífrase com o infinitivo, tal verbo também pode ocorrer com gerúndio, carregando, então, um valor progressivo (*Ela ia adiando a notícia desde a gravidez*). Do mesmo modo, *vir* passou por uma metaforização, tendo adquirido valor de duratividade quando utilizado em perífrases com gerúndio, acompanhado ou não de um início expresso (*Ele vem chamando a atenção das autoridades para o problema [desde o início da investigação]*) (RAPOSO ET AL., 2013, p. 276-277).

Após expressarem esse e outros estágios do processo de gramaticalização³⁵, os autores retomam a reanálise, retratada no princípio da obra, a fim de explicar os dois principais processos cognitivos que promovem mudança na língua: a metáfora e a metonímia (na qual é atuante a rotinização). Assentes em Heine *et al.* (1991) e em Hopper e Traugott (1993), Raposo *et al.* (2013) entendem que ambos os processos atuam na gramaticalização, sem haver uma sobreposição entre eles, na medida em que derivam de interpretações diferentes (RAPOSO ET AL., 2013, p. 273-274). A partir disso, então, é apresentada a escala de categorias conceituais de derivação metafórica proposta por Heine *et al.* (1991), por meio da qual são oferecidos diversos exemplos (ilustrados na seção seguinte) que confirmam a adequação aos fenômenos encontrados no discurso (RAPOSO ET AL., 2013, p. 274-280). Assim, apesar das particularidades de cada palavra, é comum à grande parte delas ter maior frequência de uso e significado menos preciso, pois isso as torna mais suscetíveis à gramaticalização; nesse sentido, não surpreende o apontamento de Raposo *et al.*, segundo os quais os verbos mais empregados pelos falantes são, com base no *corpus* de análise, em ordem decrescente, *ser, ter, estar, fazer, ir, haver e poder*³⁶. Todos esses verbos sofreram

³⁵ Os autores propõem uma gradação do fenômeno, desde as estruturas gramaticalizadas que não tiveram nenhuma alteração formal, até as que sofreram redução morfológica e cliticização (nas quais se inclui o verbo *haver*), passando por aquelas que perderam suas propriedades flexionais (RAPOSO ET AL., 2013, p. 258).

³⁶ As frequências e, portanto, a ordenação, são resultado do *corpus* Dicionário de Combinatórias do Português (DCP), do Centro de Linguística da Universidade de Lisboa. Apesar de os dados terem sido extraídos especificamente desse *corpus*, os autores salientam que os resultados obtidos de outros dois *corpora* (o *subcorpus* escrito do *Corpus* de Referência do Português Contemporâneo e o *corpus* de língua falada Português

algum tipo de recategorização, ou como verbos auxiliares (*ser, estar, ter*); ou como semiauxiliares com valor temporal futuro (*ir + infinitivo e haver de + infinitivo*) ou com valor modal (*ter de*); ou como copulativos (*ser e estar*); ou como afixo verbal com valor de futuro (*haver*) (RAPOSO ET AL., 2013, p. 255).³⁷

Tendo em conta, então, que os verbos plenos cooptados para exercer uma função de auxiliaridade perdem o seu sentido descritivo em diferentes graus, Raposo *et al.* (2013) propõem uma divisão entre os verbos gramaticalizados, já que estes não seguiriam os mesmos critérios semânticos e sintáticos (tratados na próxima seção). Os semiauxiliares, desse modo, estariam em uma posição intermediária de gramaticalização, ainda carregando conteúdo semântico, comum aos verbos plenos, e podendo a negação ter escopo tanto no verbo semiauxiliar como no principal (*Eu não devo não comer chocolate*), ao contrário dos auxiliares, que carregariam apenas o conteúdo gramatical (de valor aspectual, modal ou temporal) e que, portanto, formariam uma unidade verbal que somente poderia ser negada na sua totalidade (*Eu não vou comer chocolate*). Finalizando, então, a exposição sobre as diferentes fases da gramaticalização em relação aos verbos, os autores apresentam um quadro das categorias conceituais e dos processos de subjetivação de itens verbais (RAPOSO ET AL., 2013, p. 280), no qual está esquematizado quais verbos estão incluídos em cada uma das quatro categorias (verbo pleno, verbos semiauxiliar e copulativo, verbo auxiliar e desinência verbal) e qual é a leitura que promovem (aspecto, modalidade, tempo, espaço, qualidade, existência). Os verbos elencados nesse quadro (*ser, estar, ir, vir, ter e haver*), analisados a partir de seu deslizamento semântico e de sua tendência à abstratização, são posteriormente tematizados de acordo com a categoria (de tempo, de aspecto, de modalidade) com a qual se relacionam. Assim, os autores, concomitantemente a uma visão diacrônica, apresentam uma visão sincrônica, em que esses e outros verbos são postos sob exame em contextos discursivos contemporâneos – e é a respeito disso que se descreve na próxima seção.

4.2.2 Verbos Auxiliares e Perífrases Verbais

Para Raposo *et al.* (2013), os verbos auxiliares e semiauxiliares são aqueles que acrescentam aos verbos plenos a que se conectam informações temporais, modais e

Fundamental) reiteram essa mesma lista de verbos, embora estes apareçam em outra ordem (RAPOSO ET AL., 2013, p. 255)

³⁷ Os autores desta gramática não fazem referência à expressão *há*; a respeito disso, existe apenas uma nota de rodapé (RAPOSO ET AL., 2013, p. 279) indicando a leitura de outro autor, segundo o qual *há* carrega propriedades tanto de predicador verbal quanto de conector do tipo preposicional.

aspectuais, uma vez que tais domínios (chamados “TMA”³⁸ pelos autores) seriam também veiculados pelos verbos plenos; a contribuição das formas gramaticalizadas dar-se-ia, portanto, no sentido de enriquecer a flexão verbal TMA inerente aos verbos plenos, “permitindo a expressão de valores e de gradações que não poderiam ser veiculados de maneira econômica apenas por aquele sistema” (RAPOSO *ET AL.*, 2013, p. 1222). Assim, quando ocorre a junção da forma gramaticalizada com um verbo pleno (formando o que se conhece como perífrase verbal ou construção perifrástica), seus elementos passam a funcionar como um único verbo e como um núcleo semântico do sintagma verbal, em que o primeiro constituinte expressa os domínios TMA e o último, o componente descritivo, seleciona os argumentos.

Visando a se contraporem, todavia, às definições imprecisas das gramáticas tradicionais, a partir das quais normalmente se entende que verbos auxiliares são todos aqueles que se combinam a outro verbo na forma não finita, os autores expõem explicitamente as propriedades dos verbos auxiliares, enfatizando que a lista de verbos, proposta na *Gramática* a partir dessa caracterização, apresenta algumas limitações (RAPOSO *ET AL.*, 2013, p. 1230-1253). Tendo em consideração que os juízos dos falantes frente ao comportamento dos verbos não são consensuais e que a análise de todos os verbos que podem ser combinados com formas não finitas de outros verbos é metodologicamente impossível, os autores tomam como ponto de partida listas de gramáticas anteriores, mas a elas acrescentam seus próprios critérios, separados em dois vieses: um semântico, que aponta para propriedades que refletem o fraco ou nulo conteúdo descritivo que os verbos auxiliares acrescentam às perífrases³⁹, e outro, sintático, que marca as propriedades formais que certificam a tais estruturas uma coesão interna com o verbo pleno.⁴⁰

Como os autores se propõem fazer uma vasta descrição e uma categorização detalhada do tema (tratando a questão dos verbos auxiliares e das perífrases verbais em relação às suas propriedades semânticas e sintáticas e às categorias semânticas de tempo, de aspecto, de modalidade e de modo⁴¹), foram aqui são selecionados os itens mais relevantes e menos

³⁸ Iniciais de “tempo”, “modalidade” e “aspecto”.

³⁹ "Os verbos auxiliares não selecionam argumentos"; "Os verbos auxiliares podem ocorrer com verbos impessoais em orações simples" (RAPOSO *ET AL.*, 2013, p. 1231).

⁴⁰ "Os verbos auxiliares não selecionam orações subordinadas finitas introduzidas pelo complementador *que*"; "Os verbos auxiliares não se combinam com um verbo no infinitivo flexionado"; "A negação frásica incide (apenas) sobre toda a perífrase verbal"; *etc.* (RAPOSO *ET AL.*, 2013, p. 1231).

⁴¹ Os autores (2013) não incluem a voz como uma das categorias semânticas dos verbos e propõem uma separação entre modo e modalidade, em que aquele se refere à flexão verbal, e este, à expressão de atitudes e opiniões do enunciador frente ao conteúdo proposicional dos enunciados que produz. Apesar da distinção,

particulares de cada uma das categorias semânticas. Nesse sentido, não estão incluídos, nesta exposição, os seguintes tópicos de cada uma das categorias supracitadas: os tempos compostos do conjuntivo (no tocante ao tempo verbal), os tipos de eventos – processos, processos culminados, culminações, pontos – (em relação ao aspecto)⁴²; a ambiguidade entre tipos de modalidades e a relação entre verbos modais e negações interna (no que diz respeito à modalidade).

Assim, Raposo *et al.* (2013, p. 513-533) introduzem a descrição sobre as categorias semânticas com a de tempo, dividida entre os tempos do indicativo, com seis formas simples (presente, pretérito perfeito, pretérito imperfeito, pretérito mais-que-perfeito, futuro [do presente] e condicional [futuro do pretérito]) e quatro compostas (pretérito perfeito, pretérito mais-que-perfeito, futuro e condicional), e os do conjuntivo, em menor número, com três formas simples (presente, pretérito imperfeito e futuro) e três compostas (pretérito perfeito, pretérito mais-que-perfeito e futuro). Todos os tempos compostos, construídos com o verbo *ter*⁴³ em tempos finitos específicos, correspondem, segundo a tradição gramatical, a tempos simples e, por isso, podem ser substituídos por tais formas, a despeito de a análise temporal ser alterada.⁴⁴

Iniciando, então, o exame dos tempos verbais compostos, Raposo *et al.* (2013, p. 528-530) analisam as construções perifrásticas com o pretérito perfeito do indicativo, que introduzem, com predicados que detonam estados episódicos, valores de continuidade temporal, de situações que se prolongam desde o seu início no passado até o presente, podendo, ainda, continuar no futuro (*Ela tem estado doente[desde que seu pai faleceu]*), e, com predicados que correspondem a eventos, de situações que se repetem durante um determinado período de tempo, podendo ou não se prolongar para além do momento da enunciação (*Ela tem nadado [todas as semanas]*). Os adjuntos adverbiais, expressos entre colchetes, são, segundo os autores, dispensáveis, porque apenas funcionariam para reforçar o valor aspectual inerente a tais perífrases – valor este que não se mantém caso as formas compostas sejam substituídas pelas simples (*Ela esteve doente e Ela nadou*). A forma

Raposo *et al.* (2013) assumem que o modo também atualiza, no sistema verbal, valores da modalidade, mas, tendo em conta a seção não tratar de construções perifrásticas, esta não é aqui analisada.

⁴² Apesar de os predicados eventivos constituírem, para Raposo *et al.* (2013), uma das duas classes aspectuais básicas, optou-se por dar ênfase aos predicados estativos, por suas particularidades serem mais fácil e intuitivamente percebidas e por esta classe não apresentar uma subdivisão extensa.

⁴³ O verbo *haver* também pode ser utilizado nas construções compostas, mas o seu uso é mais frequente no Brasil (em Portugal, restringe-se a registros mais arcaizantes), principalmente no pretérito mais-que-perfeito composto e no condicional composto, ambos do indicativo.

⁴⁴ Para este trabalho, optou-se por expor exclusivamente as formas compostas do indicativo, por conta das maiores especificidades sintática e contextual das formas do conjuntivo.

composta do português evidencia, na realidade, um caráter iterativo, com o qual não é necessário o emprego de nenhum advérbio de tempo; aliado a isso, também a perífrase sugere o valor de duração, já que pressupõe a passagem de certo intervalo de tempo. Isso pode ser comprovado com enunciados cujo verbo principal indica uma ação pontual, como *tossir* ou *espirrar*: *O rapaz tem tossido?* indica, simultaneamente, iteração e duração, enquanto tais características só se fazem presentes na forma simples com o auxílio de um advérbio, como *O rapaz tosse/tossia/tossiu a noite toda*. Ademais, em construções com predicados que denotam estados episódicos (e que, portanto, suscitam uma leitura de continuidade temporal), o uso de determinados adjuntos adverbiais possibilita a assimilação também da iteração, como em *Em todas as primaveras, ela tem estado doente*.

Subsequentes ao pretérito perfeito do indicativo, o pretérito mais-que-perfeito e o futuro, ambos do indicativo, são descritos a partir dos tempos verbais aos quais se relacionam e das leituras aspectuais que suscitam (RAPOSO ET AL., 2013, p. 530-532). Como a descrição desses dois tempos não apresenta nenhuma problemática, mas tão somente a definição e a categorização de seus empregos, decidiu-se não a expor aqui de forma mais detalhada; contudo, faz-se notar uma das análises propostas pelos autores: a do uso do futuro composto quando este é empregado com um tempo de enunciação passado ou presente. O uso habitual do futuro, qual seja, o com tempo de enunciação futuro, com leitura temporal, é facilmente percebido no português brasileiro (*Daqui a um mês, ela terá terminado a tese*), mas a sua aplicação com os tempos passado (*Ontem ele terá passado todo o dia em frente do computador*) ou presente (*Neste momento, o Papa terá aterrissado em Lisboa*), ambas de leitura tão somente modal, não são assim. Os dois tipos de construção supracitados, apesar de provocarem uma leitura modal de incerteza ou de não comprometimento do falante frente à situação que enuncia, não são postos em uso pelos falantes brasileiros, que, provavelmente, optariam por construções em que a sua incerteza estivesse expressa com o auxílio de outros verbos (*Dizem que ontem ele passou todo o dia em frente ao computador* ou *Neste momento, acredita-se que o Papa tenha aterrissado/aterrissou em Lisboa*).

Por fim, o último tempo composto do indicativo analisado, o condicional, veicula também uma leitura temporal, mas esta é sobreposta pela modal ou pela contrafactual (RAPOSO ET AL., 2013, p. 532-533). Assim, em sentenças como *Ontem ele não estava em casa; teria ido ao cinema*, percebe-se a incerteza daquele que enuncia frente à sua própria enunciação, enquanto o valor temporal, de a possível ida ao cinema ser anterior à situação de não estar em casa, é apenas o contexto no qual se desenvolve a interpretação modal –

evidência disso é quando se substitui o condicional pelo pretérito mais-que-perfeito, o qual indica somente uma leitura temporal, destacando a sobressalência de uma leitura frente à outra (*Ontem ele não estava em casa, tinha ido ao cinema*). A leitura temporal também é secundária, por fim, nas perífrases de leitura contrafactual, em que as situações descritas de fato não ocorreram, porque são interpretadas como condições (*Se ela tivesse acabado o relatório, teríamos ido à festa*).

A segunda categoria semântica apresentada na *Gramática do Português* é a do aspecto, entendido como a estrutura temporal interna das situações expressas nas orações, a qual pode ser destacada com o uso de “verbos de operação aspectual” (VAsp) – a maioria, verbos semiauxiliares (RAPOSO ET AL., 2013, p. 608-613). Para tal definição, os autores agrupam os verbos de acordo com o significado, qualitativo ou quantitativo, que acrescentam ao verbo pleno. Assim, os aspectos são divididos entre ingressivo, continuativo, cessativo, terminativo e resultativo, cujas situações ainda podem ser distintas de acordo com o seu padrão de repetição: repetição simples, em que as situações, apesar de repetitivas, são definidas como realizações particulares e autônomas (*Na semana passada, ela foi ao cinema várias vezes*); iteração, em que as situações, igualmente repetitivas, são consideradas como um evento único, por acontecerem em uma porção espaço-temporal delimitada (*Ela espirrou durante meia hora*); e repetição habitual, em que as situações apresentam um padrão de repetição (*Ela pinta quadros*) (RAPOSO ET AL., 2013, p. 586). A partir disso, então, são definidas algumas das características dos verbos *ser* e *estar*; *estar a* e *andar a*; *começar a*, *passar a* e *continuar a*; *deixar de*, *parar de* e *acabar de*, sendo cada um analisado quanto à aplicação a classes aspectuais definidas como de estado não faseável, de estado faseável, de processo, de processo culminado, de culminação e de ponto.⁴⁵ Antes disso, todavia, os autores apresentam a classificação adotada, buscando definir as características essenciais à delimitação de cada uma das classes aspectuais básicas.

Primeiramente, então, as classes são divididas em dois grandes grupos, tendo em conta a sua propriedade de contemplar fases sucessivas, fazendo-se notar a progressão da situação: o dinâmico e o não dinâmico (RAPOSO ET AL., 2013, p. 591-600). Este se relacionaria a estados, por sua estrutura interna ser uniforme na maioria dos contextos; aquele, a eventos, caracterizados pela dinamicidade, por apresentar uma série de subfases em sucessão. Entre os

⁴⁵ Tendo em conta a nomenclatura adotada ser fruto de uma categorização extremamente detalhada de cada construção, esta não tem grande enfoque na descrição aqui feita. No lugar disso, optou-se por mostrar mais genericamente o emprego de cada um dos operadores aspectuais, fazendo uso tão somente da oposição entre predicados estativos (estáveis, episódicos e faseáveis) e predicados eventivos (cuja tipologia, acima mencionada, não é aplicada neste trabalho).

predicados não dinâmicos (estativos), existiriam três diferentes subtipos, a depender do grau de estaticidade da situação a que se ligam: estáveis, episódicos e faseáveis. A diferenciação entre os verbos *ser* e *estar*, por exemplo, evidencia essa classificação, pois se assume que *ser* é marca de predicados estativos estáveis (que denotam situações não dinâmicas com propriedades que perduram por longo período), enquanto *estar* é característico de predicados estativos episódicos (que denotam situações não dinâmicas com propriedades que podem sofrer mudança). Frente a essa classificação, Raposo *et al.* (2013, p. 596-598) elucidam ainda a existência de predicados estativos que se aproximam dos predicados eventivos por estarem sujeitos a traços que evidenciam sua dinamicidade, embora ainda partilhem propriedades semânticas significativas com a classe estativa, como em *ser sincero, viver em Paris, gostar de linguística*. Esses predicados são designados faseáveis, em oposição aos não faseáveis, nos quais se incluem, por conseguinte, os predicados estáveis e os episódicos.⁴⁶

A partir dessa exposição inicial, os autores propõem, então, o exame dos principais verbos auxiliares e operadores aspectuais, salientando, também, a construção com predicados eventivos, como é o caso de *estar a* + infinitivo, na norma-padrão do português europeu, e *estar* + gerúndio, na norma culta do português brasileiro (e também em alguns registros do português europeu), um dos principais recursos da auxiliaridade, principalmente por exprimir o que os autores tomam como sendo o “verdadeiro presente contínuo”, em contraposição à forma simples do presente do indicativo. A sua principal função, de exprimir a progressão ou decurso de uma situação, pode ser percebida em alguns contextos comunicativos em que se torna evidente a limitação temporal de verbos no presente simples – por exemplo, em resposta a *Você ainda está longe?*, é aceitável a forma *Não, estou a chegar / estou chegando*, mas é incoerente a construção *Não, chego*, pois o presente morfológico é lido, tipicamente, como um evento habitual – o qual pode ser realçado com o uso da expressão adverbial *habitualmente*, com predicados eventivos (*Ela nada habitualmente*).⁴⁷ Por fim, a perífrase com *andar a* + infinitivo aproxima-se da com *estar a*, na medida em que ambas não aceitam sua construção com predicados não faseáveis (**O lobo anda a ser preto; *O lobo está a ser preto*). Todavia, semanticamente, *andar a* relaciona-se com a leitura promovida com o presente do indicativo, que, na maioria dos contextos, promove uma interpretação de habitualidade (*Ela anda a nadar*) (RAPOSO ET AL., 2013, p. 608-609).

⁴⁶ Evidência da aproximação entre classes estativas e eventivas é a possibilidade de predicados faseáveis serem construídos com *estar a*, *andar a* e *começar a*, verbos que denotam a dinamicidade da situação: *Ela está a ser/está sendo sincera; Ele anda a viver em Paris; Eles começam a gostar de linguística* (RAPOSO ET AL., 2013, p. 596-598).

⁴⁷ Além disso, o presente do indicativo, além de promover uma leitura habitual, também aceita leituras iterativas, quando com advérbios que quantificam as situações (*Ela nada habitualmente todos os dias*).

Começar a, passar a e continuar a, por sua vez, são três operadores que se relacionam aos aspectos ingressivo e continuativo de uma da situação, cada qual suscitando uma leitura diferente (RAPOSO ET AL., 2013, p. 609-611). Assim, *começar a* manifesta o estado inicial de situações durativas que, necessariamente, admitam a presença de intervalos passíveis de modificação (ocorrência que pode ser comprovada pela utilização de adjuntos adverbiais de natureza pontual, como *Ele começou a marcar o gol em todos os jogos*). *Passar a*, ao contrário, ocorre exclusivamente com predicados estativos não-faseáveis, não podendo, então, ser utilizado com predicados eventivos (**Ele passou a marcar o gol*) e, por isso, não comportando também o uso de adjuntos adverbiais que denotem localização temporal pontual (**Ela passou a ser feliz em dois anos*). Por fim, *continuar a*, de mesmo modo que *estar a*, é um operador que promove uma leitura de continuidade ou de prolongamento, mas, obrigatoriamente, em situações durativas. Nesse sentido, é compatível com predicados estativos estáveis (*Ele continuou a ser baixo*), mas não com alguns tipos de predicados eventivos (**Ele continuou a marcar o gol*), diferentemente do que acontece com *estar a*, que não pode ser construído com predicados estativos estáveis (**Ele está a ser baixo*), porém aceita predicados eventivos (*Ele está a marcar o gol*).

Os últimos operadores aspectuais apontados por Raposo *et al.* (2013, p. 611-613) são, então, os que adicionam um valor de suspensão do estado de alguma situação: *deixar de, parar de e acabar de*. O primeiro, nesse sentido, aplica-se a predicados estativos (*Ele deixou de ser brasileiro*) e eventivos quando com leitura habitual (*Ele deixou de ler o livro*), e, como perspectiva não somente a suspensão de determinada situação, mas também o momento posterior, cessativo, adequam-se a ele tantos adjuntos adverbiais de tempo pontual (*Ele deixou de ser agressivo às dez da noite*) como de tempo durativo (*Ele deixou de ser agressivo durante dois meses*). *Parar de*, em contrapartida, relaciona-se a predicados eventivos (**Ele parou de ser brasileiro*), e é por conta do escopo de aplicação desses dois operadores que é possível uma interpretação diferenciada para cada uso: enquanto com *Ela deixou de fumar* existe um estado (ser fumante) que foi interrompido, com *Ela parou de fumar*, há uma situação dinâmica (de fumo), delimitada em um espaço e em um tempo específicos, que foi interrompida pelo próprio indivíduo. *Acabar de*, por fim, assemelha-se a *parar de* por ser utilizado com a maioria dos predicados eventivos, embora, por remeter à fase terminal das situações, suscite outra espécie de interpretação. Assim, enquanto este operador denota o cessar de determinada situação sem, contudo, supor a sua completude (*Ele parou de ler o livro*) – podendo, portanto, o agente da ação retomar o processo temporariamente

interrompido –, aquele admite que a ação foi concluída em sua totalidade (*Ele acabou de ler o livro*).

Após apresentar os principais operadores aspectuais, Raposo *et al.* (2013, p. 623-654; p. 659-662) passam a tematizar a última categoria semântica aqui selecionada para a análise comparativa: o valor modal, o qual pode ser expresso por verbos semiauxiliares modais, como *dever, poder, ter de e haver de*, e por verbos plenos com valor modal, como *obrigar, permitir, autorizar, proibir, desejar, querer, esperar, saber e crer*.⁴⁸ Dando prosseguimento à forma minuciosamente extensa que orienta o exame da língua portuguesa na obra, os autores, também nesta seção, mostram os diversos contextos nos quais é possível ou não o uso de cada um dos verbos supracitados, principalmente no que se refere aos predicados (episódicos ou eventivos, com suas subdivisões) e aos domínios de modalidade (comentados a seguir).⁴⁹

Principiando, então, o exame das perífrases com verbos modais, Raposo *et al.* (2013) elucidam as características dos domínios semânticos fundamentais à modalidade: o epistêmico, o deôntico, o interno ao participante, o externo ao participante e o desiderativo (RAPOSO ET AL., 2013, p. 630-637). A modalidade epistêmica, assim, está relacionada ao maior ou ao menor grau de certeza ou de incerteza do falante frente ao conteúdo proposicional enunciado; nesse sentido, é de acordo com o nível desse conhecimento que são atualizadas no discurso as dimensões de possibilidade (cujas construções de referência são a locução *ser capaz de* e o verbo *poder*) e de necessidade (orientada por estruturas como *ter de e dever*). A essa modalidade está ligada a deôntica, que veicula os juízos por meio dos quais o falante procura agir sobre seu interlocutor, quer pela permissão, ligada ao domínio da possibilidade (identificado em verbos como *poder e permitir*), quer pela obrigação, relacionada ao domínio da necessidade (verificado em verbos como *obrigar, ter de, dever*). A possibilidade e a necessidade atingem, ainda, os participantes tanto de forma interna, quando envolvem noções associadas às suas próprias possibilidade e necessidade em situações controláveis por eles (domínio expresso por verbos como *poder, saber, conseguir, ser capaz de, precisar, necessitar*), quanto de forma externa, quando tais dimensões são impostas por circunstâncias exteriores aos participantes, em situações não controláveis (modalidade manifestada por

⁴⁸ Os autores ainda fazem referência a outras formas e a construções que propiciam leituras modais, tais como advérbios e locuções verbais, adjetivos, nomes, sufixos derivacionais, tempos gramaticais e modos.

⁴⁹ Como, novamente, o propósito deste trabalho é fazer um exame comparativo das gramáticas brasileira e portuguesa, tentou-se fazer uma leitura global do tocante a tais verbos, para, finalmente, tratar sobre o capítulo referente às perífrases verbais em específico.

verbos como *poder*, *ter de* e *dever*).⁵⁰ Por fim, o domínio desiderativo (representado pelo verbo *querer* e pelo tempo imperfeito) é aquele que transmite situações de desejo, de vontade e de esperança e que pode, por isso, ser aproximado de definições da modalidade deôntica, da modalidade interna e da modalidade externa ao participante.

Isso posto, os autores iniciam a explicação dos principais verbos modais com a perífrase *dever* + infinitivo (ou nas construções compostas *dever* + *ter* + particípio e *dever* + *estar a* + infinitivo), apresentado-a como a construção que menos tempos verbais aceita, por ser construída apenas com o presente e com o pretérito imperfeito do indicativo e do conjuntivo e com o futuro e com o condicional do indicativo (RAPOSO ET AL., 2013, p. 637-643). A ela estão associadas, principalmente, as leituras deônticas de obrigação (*Deves entregar o trabalho até amanhã*) e as epistêmicas de necessidade (*Deve haver alguma festa no vizinho, com todo esse barulho*)⁵¹ – podendo ser possível ainda a coexistência de ambas as leituras em alguns enunciados (*Ele deve tocar piano*), embora uma sempre seja preferencial à outra. Por fim, os autores salientam a possibilidade de *dever* com valor deôntico ser modalizado com o uso de tempos verbais que atenuem a sua força de obrigatoriedade (já fraca, em relação a *ter de*, de necessidade e/ou de obrigação forte); é o caso do pretérito imperfeito (*Devias comer bem*), do futuro (*Deverás comer bem*) e do condicional (*Deverias comer bem*), cujas informações temporais são menos significativas que as modais.

O verbo *poder* + infinitivo, empregado em tempos simples e compostos do indicativo e do conjuntivo, por sua vez, pode ter quatro das cinco leituras possíveis: a epistêmica de possibilidade (*O evento pode vir a ser adiado*), a deôntica de permissão (*Pelo bom comportamento, você pode ir à festa*), a interna ao participante (*Ela não pode ler sem óculos*) e a externa ao participante (*O senhor pode seguir por esta rua*) (RAPOSO ET AL., 2013, p. 643-646). Além disso, o uso de *poder* especificamente no pretérito imperfeito pode ser associado tanto a uma leitura deôntica mais fraca, de conselho ou de sugestão (*Podias comer um pedaço de bolo*), quanto a uma contrafactual, que denota que o falante deveria ter realizado uma ação, mas que não o fez (*Podias ter dito isso antes*). Ademais, quando *poder* é seguido por infinitivo composto (*poder* + *ter* + particípio) ou por auxiliar progressivo (*poder* + *estar a* + infinitivo), a leitura tende a ser de menor grau de certeza (epistêmica de possibilidade), quer em predicados estativos (*Ele pode ter sido alto; Ele pode estar a ser*

⁵⁰ *Dever* e *poder*, enquanto verbos representativos dos valores de obrigação e de possibilidade, respectivamente, são ilustrativos de como os semiauxiliares carregam resquícios de seus significados de verbos plenos. É, portanto, exatamente por conta da perda apenas parcial de seu significado que eles adquirem papel modal.

⁵¹ *Dever* também produz leituras externas aos participantes, apesar de esta ser mais rara (*Para voltar para casa, deve seguir as indicações da rua*).

simpático), quer em eventivos (*Ele pode ter viajado; Ele pode estar a chegar*), embora a perífrase de valor progressivo possa ser interpretada a partir de uma leitura deôntica de permissão, quando os predicados expõem situações de maior controle dos participantes (*Ela pode estar a ler o livro*).

O verbo semiauxiliar *ter de* + infinitivo (e também as formas compostas *ter de* + *ter* + particípio e *ter de* + *estar a* + infinitivo) é outro que, a despeito de seu significado original de posse, contemporaneamente é empregado não somente como auxiliar de tempos compostos (como já comentado neste trabalho), mas também como semiauxiliar de valor modal (*Ela tem de telefonar à amiga*) (RAPOSO ET AL., 2013, p. 646-649). As leituras mais produtivas são a deôntica de obrigação (*Eu tenho de acabar o trabalho*) e a externa aos participantes (*Tem de se construir um novo aeroporto*); apesar de a epistêmica e a interna aos participantes serem igualmente aceitas, a primeira é tida, em alguns contextos, como menos natural, por denotar uma necessidade, uma obrigação ou uma probabilidade mais forte que com o modal *dever* (*Tens de estar cansado, depois de tão longa viagem* vs. *Deves estar cansado, depois de tão longa viagem*). Por conta disso, a leitura deôntica forte de *ter de* sobrepõe-se à epistêmica, ao passo que, com *dever*, a leitura epistêmica é preferencial em relação à deôntica.⁵² Por fim, assim como acontece com outros modais, o uso no pretérito imperfeito e no condicional também ocasionam restrições de leitura, adicionando uma leitura contrafactual: *Tinhas de mudar de estratégia; Terias de mudar de estratégia; Terias tido de mudar de estratégia*.

Incluída na lista de expressões que denotam valor modal, *ser capaz de* é a única locução verbal retratada pelos autores, sendo sua leitura preferencialmente de domínio de capacidade interna – recuperando a acepção supramencionada de *poder* –, pois resgata o significado do adjetivo *capaz* ao predicar situações que expressam a capacidade dos participantes frente a algum evento (*Ele é capaz de/pode saltar dois metros de distância*) (RAPOSO ET AL., 2013, p. 649-650). Além dessa modalidade, a locução verbal (e também sua forma composta, *ser capaz de* + *ter* + particípio) pode ainda retomar a epistêmica de possibilidade, como acontece de forma semelhante com *poder* (*É capaz de correr*); contudo, essa leitura é bloqueada quando a sentença está no pretérito perfeito (*Ele foi capaz de correr*), tempo verbal que admite somente a leitura de capacidade interna.

⁵² A despeito de tal tendência de interpretação, *ter de* tende a ser empregado na posição de *dever*, principalmente em domínios deônticos de obrigação e externos aos participantes, por se adequar a todos os tempos verbais (em oposição à restrição de uso de *dever*).

Finalmente, o último verbo modal examinado em detalhe pelos autores é *haver de* + infinitivo, cuja leitura deôntica de obrigação compete com a leitura temporal de futuridade (RAPOSO ET AL., 2013, p. 650-651). Esse valor duplo pode ser percebido quando o verbo semiauxiliar está no presente do indicativo (*Eu hei de ver esse filme*), tempo no qual o domínio temporal é dominante por conta de o deôntico, comumente, referir-se a um período posterior ao da enunciação, quando a obrigação será cumprida. Quando, todavia, a perífrase é empregada no pretérito imperfeito do indicativo, a leitura deôntica sobrepõe-se à temporal e, de forma semelhante a outros modais, passa, pela modalização, a indicar uma obrigação mais fraca, como um conselho, uma sugestão ou uma ordem comunicada delicadamente (*Ele havia de ver se as janelas estão bem fechadas*).⁵³ Além disso, também a leitura desiderativa é bastante produtiva, tendo em conta ser possível a interpretação de que o falante está a expressar um desejo (*Ele há de ser feliz*) ou uma intenção (*Eu hei de ver esse filme*) – concorrendo, portanto, com a leitura deôntica de obrigação em alguns contextos.

Após a exposição das referidas formas, Raposo e seus colaboradores (2013) passam a versar sobre verbos plenos cujos sentidos descritivos se aproximam semanticamente dos valores dos semiauxiliares modais por praticamente se situarem em um dos domínios TMA, mas que são construídos, na maioria dos contextos, com orações subordinadas substantivas finitas ou não finitas (RAPOSO ET AL., 2013, p. 659-662). Desse modo, tais estruturas não compõem um único sintagma verbal (regido por um verbo pleno que seleciona os argumentos da sentença), mas estabelecem uma subordinação entre dois sintagmas verbais, que não compartilham, necessariamente, o mesmo sujeito (e que, portanto, não possuem os mesmos argumentos). Entre os inúmeros verbos que estariam incluídos nessa categoria, os autores destacam três conjuntos, agrupados consoante o significado básico que representam. Assim, no primeiro grupo, estão incluídos verbos como *obrigar*, *permitir*, *autorizar* e *proibir*, lidos com sentido deôntico (*Ela obrigou/permitiu/proibiu que ele lesse a carta*) ou externo ao participante (*As circunstâncias obrigaram/permitiram/proibiram que ele lesse a carta*); no segundo, os autores apontam os verbos *desejar*, *querer* e *esperar*, interpretados a partir da modalidade desiderativa (*Ela deseja/quer/espera encontrar um bom trabalho na nova cidade*), na medida em que estão associados à vontade e ao desejo (e, por isso, seu valor igualmente é próximo ao do domínio interno ao participante); e, por fim, no terceiro, estão compreendidos os verbos *saber* e *crer*, ligados ao domínio do saber e da crença,

⁵³ Novamente, os autores descrevem uma construção perifrástica pouco comum em contexto brasileiro, principalmente quando com sentido de conselho ou de sugestão.

respectivamente.⁵⁴ Em relação a estes, as interpretações suscitadas são alteradas de acordo com a construção sintática em foco, podendo-se ler o verbo *saber* tanto como factivo (*Ela [não] sabe que ele chega amanhã*) quanto como não-factivo (*Ela [não] sabe se ele chega amanhã*), e o verbo *crer* como associado à necessidade, em um sentido de "crença forte" (*Creio na reencarnação; Creio que existe vida depois da morte*) ou como vinculado à possibilidade e à probabilidade, em um valor de "crença fraca" (*Creio que vai chover amanhã*). Com a apresentação de verbos plenos com valor modal, os autores finalizam, então, a sua descrição a respeito da modalidade e encerram o tópico das categorias semânticas no tocante ao foco deste trabalho.⁵⁵

Dessa maneira, com base na exposição aqui proposta a partir das descrições acerca de gramaticalização, de verbos auxiliares e de perífrases verbais presentes na *Gramática Pedagógica do Português Brasileiro*, de Marcos Bagno (2011) e na *Gramática do Português*, de Eduardo Raposo *et al.* (2013), na próxima seção, são feitas as apreciações qualitativa e quantitativa dos materiais postos sob comparação. A avaliação também leva em consideração o público-alvo de cada obra e a concepção de língua adotada pelos autores, visto estes serem aspectos que intervêm na descrição do sistema em uso, no discurso.

4.3 EXAME COMPARATIVO

Nesta última seção, procura-se delinear as principais características da descrição presente nas gramáticas analisadas. Para tanto, primeiramente, é discutido se a forma como é composta e escrita cada obra está de acordo com o público-alvo que ambas se propõem, tendo em conta esse ter sido um ponto que, ao longo da leitura das obras, mostrou-se problemático. Após isso, trata-se em específico de cada um dos tópicos norteadores dos capítulos anteriores, como as definições sobre o fenômeno da gramaticalização, sobre as categorias semânticas dos verbos (nas quais estão incluídas o aspecto, o tempo, o modo – e a modalização – e a voz), sobre os verbos auxiliares e sobre as perífrases verbais. Ao fim, avalia-se qual entre elas utiliza, de forma mais pertinente, a teoria funcionalista na qual está embasado este trabalho.

Assim, a primeira questão a ser discutida é em relação ao modo como os autores fornecem as descrições gramaticais no que toca tanto ao vocabulário e à nomenclatura utilizados, quanto à categorização e aos dados fornecidos. Percebe-se, desde o princípio da

⁵⁴ Também pertencem a esse grupo, apesar de não intitularem o item da seção, os verbos *ignorar, duvidar, achar, acreditar, julgar, pensar, calcular, imaginar* e *considerar*.

⁵⁵ Como esclarecido no início desta seção, a categoria do modo não é examinada neste estudo.

leitura das gramáticas, a diferença que a escolha da voz do discurso causa no leitor, que naturalmente se sente mais próximo de Bagno (2011) e de suas explicações, por conta de sua *Gramática Pedagógica* ser escrita em primeira pessoa do plural (*nós*) – colocando autor e leitor lado a lado, enquanto falantes de uma mesma língua. Além disso, o próprio linguista faz uso da norma urbana culta real sobre a qual descreve e com a qual ilustra todas as suas abonações, deixando imprimir, também, diversas marcas de informalidade⁵⁶ e de seu caráter didático⁵⁷ – o uso recorrente de quadros, esquemas, desenhos (que aparecem em menor grau na obra portuguesa, sobretudo nos trechos aqui analisados) também não passa despercebido, pois torna a obra visualmente mais atraente. Assim, tendo em conta ser voltada para professoras e professores em formação ou já formados que exercem o magistério no ensino fundamental e/ou médio e na educação de jovens ou adultos” (BAGNO, 2011, p. 20), as descrições do brasileiro mostram-se acessíveis e, em certa medida, suficientes para um ensino não-acadêmico – apesar de, como se discute a seguir, muitas informações relevantes sobre as perífrases terem sido suprimidas na obra. Ademais, o fato de Bagno (2011) usar, em toda a sua *Gramática Pedagógica*, textos autênticos, está de acordo com a sua posição político-ideológica de apontar as formas linguísticas no mundo, sob a forma de gêneros textuais; Raposo *et al.* (2013), por sua vez, apesar de igualmente pretenderem descrever uma variedade em uso (o português-padrão, ensinado nas escolas), precisam de, em alguns casos, produzir seus próprios exemplos – apresentando, então, textos não-autênticos.

Dessa maneira, apesar da tomada de consciência da heterogeneidade da língua, a multiplicidade de usos somente é ativada pelos autores portugueses quando a variação entre dialetos se faz mais notória; no cômputo geral da obra, é a variedade socioculturalmente de maior prestígio que é focalizada – a mesma das gramáticas prescritivas. A sua inovação situa-se, desse modo, não no objeto de estudo em si, mas na concepção de língua subjacente à descrição: a língua, para os autores, é homogênea e está sujeita à substituição das regras que regem a organização das gramáticas, uma vez que os falantes interpretam os recursos do sistema em novos contextos, criando propriedades mais abstratas para a língua, como resultado da pressão de padrões sociais, psicológicos e gramaticais, sempre atuantes na variação. Além disso, ainda que se distinga da abordagem descritiva do Brasil, a *Gramática de Português* (2013) tem o mérito de aceitar que muitos dos desvios ao português-padrão são

⁵⁶ Por exemplo, em “Portanto, **não tem cabimento** a pergunta, tantas vezes repetida, ‘é ou não é para ensinar gramática?’ [...] **sim, sim e sim** para a gramática como depreensão dos sentidos de um texto [...] **não, não e não** para a rotulação estéril, a classificação mecânica, a **decoreba** que ofende a inteligência” (BAGNO, 2011, p. 31).

⁵⁷ Bagno estabelece uma relação entre as normas de condutas de uma sociedade, as quais devem se adequar às novas normalidades que vão irrompendo, com a língua, cujas normas linguísticas são postas sob pressão pelos falantes, de acordo com a sua forma normal, habitual, real de se comunicar (Cf. BAGNO, 2011, p. 32-33).

consequência da variação intrínseca à língua e indício, por vezes, de uma mudança em curso. Nesse sentido, os autores procuram responder a inquietações de muitos usuários frente a construções que não estão de acordo com a norma, mas que são por eles (no caso, falantes da variedade de maior prestígio social) produzidas.⁵⁸

Tais respostas são oferecidas, na obra portuguesa, a partir de um vocabulário mais formal que o utilizado por Bagno, sendo empregadas, por exemplo, estruturas mesoclíticas⁵⁹ e pronominais⁶⁰, que podem, eventualmente, ir ao encontro do "leitor com instrução média-alta, interessado em esclarecer dúvidas ou em aprofundar questões sobre a língua portuguesa para as quais não encontre resposta nas gramáticas existentes, por serem ou demasiado sucintas ou demasiado especializadas" (RAPOSO ET AL., 2013, p. XXXI) a que se dirige a obra. Todavia, é importante notar que esse mesmo leitor, que se presume "ser conhecedor, de modo intuitivo e informal, dos conceitos e da terminologia mais comuns utilizados pela abordagem tradicional da gramática (*nome, verbo, sujeito, complemento direto, modificador adverbial, etc.*), mas não ter conhecimentos linguísticos especializados" (RAPOSO ET AL., 2013, p. XXXI) [grifos dos autores], provavelmente terá dificuldade na leitura de alguns trechos, demasiadamente categorizados e com nomenclaturas bastante específicas.⁶¹

A despeito de a gramática fornecer (como se espera) todos os conceitos necessários para tal nomenclatura ser compreendida, partir do entendimento de que esse conhecimento linguístico não é especializado é questionável. Por propor uma análise mais detalhada, com o exame de usos extremamente restritos, a *Gramática do Português* (2013) acaba por se direcionar a um seleto grupo de estudiosos da língua que, muito provavelmente, não a consultariam apenas para "esclarecer dúvidas" – pois, para isso, far-se-ia necessário, em alguns tópicos, a pesquisa de diversos outros conceitos anteriores, fundamentais para que o

⁵⁸ Curioso é uma das sentenças que serve de ilustração da inaceitabilidade de uma construção, na qual também se faz perceber a regência do verbo *ir*: "Para dar apenas alguns exemplos extremos, são claramente incorretas e sentidas como inaceitáveis pela totalidade dos falantes expressões como *ambas crianças foram ao cinema [...]*". (RAPOSO *et al.*, 2013, XXVII) No Brasil, a construção sem o artigo definido posterior à palavra *ambos/ambas* já faz parte do vernáculo brasileiro; ao mesmo tempo, o uso de *ir* com a regência considerada correta é pouco corrente, mesmo na fala daqueles que fazem uso da norma urbana culta.

⁵⁹ "Aqui, **far-se-á** o possível para contornar essa dificuldade [de trazer na obra mais idéias controversas do que consensuais entre os linguistas]". (RAPOSO ET AL., 2013, p. 49)

⁶⁰ "Numa predicação, o predicado contém sempre um item central, que representa o tipo de situação na qual o sujeito se encontra envolvido, ou uma propriedade que se **lhe** atribui". (RAPOSO ET AL., 2013, p. 357)

⁶¹ "[...] O tipo desiderativo é por vezes integrado na modalidade deontica, tendo como critério o facto de não ser epistémico. No entanto, os exemplos de (34) aproximam-se da leitura interna ao participante, pois envolvem uma vontade interna ao sujeito, que não depende de fatores externos e que se pode relacionar com os casos de necessidade interna. Por outro lado, os exemplos de (35), que veiculam um desejo por parte do falante, prendem-se, simultaneamente, com uma leitura interna e externa ao participante, pois expressa-se um desejo que envolve fatores não controláveis". (RAPOSO ET AL., 2013, p. 635)

leitor compreendesse o conteúdo pelo qual procurava. Isso posto, ainda que os autores entendam sua descrição como um breve panorama de diversos tópicos com os quais a língua se constitui (pois, afinal, podem ser matéria desconhecida para alguns leitores), logo se nota a maior amplitude desta obra em relação à brasileira, não só em termos de número de páginas e de seções, mas também de categorias e de descrições. Nesse sentido, nas avaliações que seguem, procurou-se desconsiderar as conceituações demasiado específicas para dar ênfase às diferenças mais evidentes, como a inclusão ou a exclusão de um ou de outro verbo do grupo dos auxiliares, que refletem algumas escolhas metodológicas dos próprios autores, e que é, aqui, foco da avaliação.

Isso posto, destaca-se a maneira singular com que cada obra se refere às categorias semânticas dos verbos⁶², como, por exemplo, ao aspecto verbal. Bagno (2011), por exemplo, apresenta uma tipologia qualitativa e quantitativa, segmentada entre predicados, de um lado, imperfectivos e perfectivos, e de outro, iterativos e semelfactivos, e nas quais estão incluídos tanto verbos auxiliares que realçam as diferentes fases que constituem uma situação quanto os tempos verbais com os quais é possível conotar outros aspectos.⁶³ Partindo, então, de diferentes exemplos que ilustram o início, o prosseguimento e a conclusão de um evento, bem como situações pontuais, resultativas, iterativas e semelfactivas, o linguista não se propõe apresentar uma lista fechada de construções com as quais é possível explicitar a apreciação do falante frente àquilo que acontece, mas, sim, diversos usos no discurso que explicitem tal percepção do usuário. A obra de Raposo *et al.* (2013), por sua vez, oferece uma relação de verbos de operação aspectual, divididos consoante os sentidos que acrescentam aos enunciados e apresentados a partir da categorização entre situações estativas e eventivas. No tocante aos diferentes aspectos apontados pelos autores (ingressivo, continuativo, cessativo, terminativo e resultativo), faz-se notar que o terminativo de Bagno abarca os cessativo e terminativo da obra portuguesa, uma vez que esta diferencia se os predicados descrevem a interrupção momentânea de uma situação ou o seu término definitivo. No quadro da próxima página, evidencia-se essa diferenciação na nomenclatura adotada em relação ao aspecto verbal, bem como outras características das definições dos autores:

⁶² De modo distinto a Bagno (2011), Raposo *et al.* (2013) não incluem a voz nessa classificação, bem como segmentam modalidade e modo, divisão que não é proposta na *Gramática Pedagógica* (2011), em que os verbos modais constituem um dos itens da seção intitulada Modo.

⁶³ Embora não seja o foco deste trabalho, é relevante perceber que, com tal divisão, Bagno (2011) inclui, na sua tipologia, por exemplo, o pretérito imperfeito do indicativo como uma possibilidade de denotar o aspecto imperfectivo cursivo (*Eu estudava num colégio que entrou em obra*). Em Raposo *et al.* (2013), esse tipo de conclusão está inserido na seção referente aos tempos verbais.

ASPECTO VERBAL				
GRAMÁTICA PEDAGÓGICA (MARCOS BAGNO)	Qualitativo	Imperfectivo	Inceptivo	<i>começar a; estar; ir.</i>
			Cursivo	<i>acabar; continuar; estar; fazer; ficar; ir; ir + ser; passar; permanecer; vir; viver.</i>
			Terminativo	<i>acabar de; deixar de; parar de.</i>
			Pontual	<i>ter.</i>
			Resultativo	<i>ficar.</i>
	Quantitativo	Iterativo	Imperfectivo	[∅]
			Perfectivo	
		Semelfactivo		
GRAMÁTICA DO PORTUGUÊS (EDUARDO RAPOSO ET AL.)	Qualitativo	Ingressivo		<i>começar a; passar a.</i>
		Continuativo		<i>andar a; continuar a; estar; estar a.</i>
		Cessativo		<i>deixar de; parar de.</i>
		Terminativo		<i>acabar de.</i>
		Resultativo		<i>estar.</i>
	Quantitativo	Repetição simples		[∅]
		Iteração		
		Repetição habitual		

Quadro 1 – Quadro comparativo da categoria semântica de aspecto verbal

Para além do exame pormenorizado, em que cada um dos operadores aspectuais é exemplificado em diferentes contextos sintáticos para se analisar sua gramaticalidade ou agramaticalidade, assinala-se também que a nomenclatura adotada pelos estudiosos portugueses, apesar de se parecer com a do linguista brasileiro, refere-se a situações enunciativas diferentes. Assim, em Bagno (2011), por exemplo, o aspecto quantitativo, no qual se encontram as noções iterativas (ação repetida diversas vezes) e semelfactivas (ação praticada uma única vez), não é posto como adjacente ao qualitativo – tais tópicos são analisados separadamente, e brevemente se menciona a relação entre o valor iterativo e o

pretérito imperfeito, por exemplo (*Só nós fazíamos as provas mensais*). Em Raposo *et al.* (2013), por sua vez, a forma como esse conteúdo é expresso torna mais evidente a dupla orientação aspectual possível (qualitativa e quantitativa), ambas se influenciando mutuamente. Além disso, ressalta-se que a iteração, para os autores portugueses, refere-se a situações que são repetidas em um tempo e em um espaço específicos – representam, portanto, o que Bagno chama de aspecto semelfactivo –, ao passo que a repetição simples parece se aproximar do aspecto pontual do linguista brasileiro, e a repetição habitual, do aspecto iterativo. Torna-se, desse modo, evidente que a nomenclatura adotada em ambas as obras se aproxima em relação à qualidade do sentido expresso, mas não à quantidade, visto que, por exemplo, um mesmo termo (aspecto iterativo/iteração) indica leituras divergentes: refere-se ora a ações que se repetem, ora a um conjunto de ações, que, apesar de repetidas, são perspectivadas como um evento único.

No que concerne aos tempos verbais, nota-se que a obra de Bagno (2011) é mais sucinta que a de Raposo *et al.* (2013), principalmente se considerando os tempos sob a ótica das perífrases verbais: o autor brasileiro descreve pormenorizadamente apenas dois usos com tempos compostos (o futuro com *ir* e *vir* + infinitivo e o pretérito mais-que-perfeito com *ter* + particípio – e com *haver*, em gêneros textuais mais monitorados) e as formas dos tempos contínuos (*estar* e *ir* + gerúndio, em diversos tempos verbais), ao passo que a obra portuguesa aponta sete usos (tanto dos tempos do indicativo, pretérito perfeito, pretérito mais-que-perfeito, futuro e condicional, todos com *ter* + particípio, quanto dos do conjuntivo, que não foram aqui descritos).⁶⁴ Bagno, em relação aos demais tempos do indicativo, somente fornece um quadro comparativo entre o uso dos tempos verbais no vernáculo geral brasileiro e em gêneros textuais mais monitorados (BAGNO, 2011, p. 579), servindo unicamente à evidenciação de serem as perífrases as formas escolhidas pelos usuários em sua fala menos formal. Além disso, cabe enfatizar que as formas compostas do futuro e do condicional, em Bagno (2011), são construídas com *ir* + infinitivo (*Vai falar; Ia falar*), e, em Raposo *et al.* (2013), são-no, como já referido, com *ter* + particípio (*Terá falado; Teria falado*), e, apesar de as construções agregarem sentidos diferentes às perífrases, Bagno não tece nenhum comentário (ao menos nos tópicos aqui analisados) a respeito das perífrases com *ter* em tais tempos – a não ser quando menciona a locução aceita pela tradição gramatical: a com pretérito perfeito –, ao passo que Raposo *et al.* abordam as construções com *ir* + infinitivo no

⁶⁴ Os autores portugueses (2013) enfocam o tempo contínuo a partir do aspecto continuativo e não a partir da categoria de tempo, como o faz Bagno (2011). Assim, não fazem qualquer referência ao verbo *estar* ser o verbo com que melhor se expressa situações ocorridas no presente.

capítulo sobre gramaticalização. Com base nisso, o quadro comparativo a seguir aponta os verbos auxiliares apresentados em cada uma das obras como aqueles utilizados para expressar o domínio temporal:

TEMPO VERBAL (INDICATIVO)		
GRAMÁTICA PEDAGÓGICA (MARCOS BAGNO)	Presente	<i>estar</i> + gerúndio.
	Pretérito Perfeito	<i>estar</i> + gerúndio.
	Pretérito Imperfeito	<i>estar</i> + gerúndio.
	Pretérito Mais-que-Perfeito	<i>haver</i> + particípio; <i>ter</i> + particípio;
	Futuro do Presente	<i>ir</i> + infinitivo; <i>ir</i> + <i>estar</i> + gerúndio.
	Condicional/Futuro do Pretérito	<i>ir</i> + infinitivo; <i>estar</i> + gerúndio; <i>ir</i> + <i>estar</i> + gerúndio.
	Imperativo	<i>ir</i> + infinitivo.
GRAMÁTICA DO PORTUGUÊS (EDUARDO RAPOSO ET AL.)	Pretérito Perfeito	<i>ter</i> + particípio.
	Pretérito Mais-que-Perfeito	<i>ter</i> + particípio.
	Futuro	<i>ter</i> + particípio.
	Condicional	<i>ter</i> + particípio.

Quadro 2 – Quadro comparativo da categoria semântica de tempo verbal (Indicativo)

Com a leitura do segundo quadro, percebe-se, todavia, que a análise feita pelos autores portugueses não se aproxima das produções reais dos falantes brasileiros, que optariam por construir, no futuro composto, perífrases com dois verbos auxiliares (*Vai ter falado*). Destaca-se ainda o fato de a obra portuguesa (2013) não tratar de nenhuma questão a respeito da valorização no discurso mais formal de uma ou de outra forma; o pretérito mais-que-perfeito, por exemplo, sobre o qual Bagno discorre principalmente por não ser utilizado na sua forma simples (*Falara*), aparece na *Gramática do Português* tão somente por conta de seu valor temporal anterior a uma situação localizada no passado (semelhante à descrição difundida pela tradição gramatical). Nesse sentido, as descrições portuguesas são qualitativa e quantitativamente mais abrangentes, por exporem o que cada emprego suscita de novo na interpretação dos usuários – por exemplo, a diferença da informação veiculada por *Ele não fez nada* e *Ele não tem feito nada* –, mas, simultaneamente, pecam em não fazer menção à valorização social das construções compostas em contextos discursivos mais ou menos

monitorados. Por sua vez, a *Gramática Pedagógica do Português Brasileiro* (2011), ao se ater a perspectivar a valoração social das estruturas analisadas, traz poucas questões relativas ao valor semântico-pragmático das perífrases quando atualizadas no discurso e às interpretações que tal uso suscita, pontos que permeiam todos os tópicos da *Gramática do Português*.

Acerca da modalização expressa por alguns verbos, a diferença entre as descrições permanece acentuada, principalmente se levando em consideração a categorização da qual os autores se valem para a análise e os verbos que cada um assume como sendo modal ou com valor modal. Assim, enquanto Bagno (2011) divide a modalização entre epistêmica, volitiva e deôntica (as quais explica em um breve e pequeno parágrafo), Raposo *et al.* (2013) apresentam cinco domínios de modalidade, a saber, epistêmica, deôntica, interna ao participante, externa ao participante e desiderativa (sendo tema de cinco páginas). No quadro abaixo, são apresentados os verbos modais mencionados por cada autor, bem como a categorização adotada por eles, de acordo com o valor agregado às construções compostas:

MODALIDADE		
GRAMÁTICA PEDAGÓGICA (MARCOS BAGNO)	Epistêmico	<i>acreditar; considerar; crer; dever; imaginar; julgar; parecer; pensar; poder; saber; supor.</i>
	Volitivo	<i>ansiar; almejar; buscar; desejar; esperar; preferir; pretender; querer; sonhar; tentar.</i>
	Deôntico	<i>carecer; dever; necessitar; poder; precisar; ter de; ter que.</i>
GRAMÁTICA DO PORTUGUÊS (EDUARDO RAPOSO ET AL.)	Epistêmico	<i>dever; poder; ser capaz de; ter de.</i>
	Interno ao Participante	<i>poder; ter de, ser capaz de.</i>
	Deôntico	<i>dever; haver de; poder; ter de.</i>
	Externo ao Participante	<i>dever; poder; ter de.</i>
	Desiderativo	<i>haver de.</i>

Quadro 3 – Quadro comparativo da categoria semântica de modalidade

Haja vista a diferença categorial, apenas três verbos são em ambas as obras considerados modais: *poder*, *dever* e *ter de*, aqueles que, prototipicamente, expressam a modalização epistêmica (+ possibilidade/probabilidade) e a deôntica (+ necessidade/obrigação). Quanto a esses três verbos em específico, observa-se que a obra de

Bagno trata apenas de *poder* (possivelmente por ser o "de longe o mais empregado" (BAGNO, 2011, p. 573), com base nas ocorrências no *corpus* do NURC), trazendo alguns aspectos de seu uso em outras línguas e de seu processo de gramaticalização. A obra portuguesa, por sua vez, propõe uma apresentação incessante de abonações de cada modal em inúmeros tempos verbais, a fim de ilustrar as diferentes interpretações implicadas a partir das modalizações.

Relativamente aos modais que aparecem de forma específica em uma e em outra produção, a de Portugal apresenta uma lista com menor número de verbos, a despeito de apontar mais domínios que a obra brasileira. Assim, além dos modais supracitados, Raposo *et al.* (2013) ainda incluem *ser capaz de* e *haver de*, aquele com uma leitura de capacidade interna ao participante e este com uma interpretação ora epistêmica, ora deôntica. Entretanto, ambas as inclusões são discutíveis: *ser capaz de* aproxima-se muito do valor de *poder* em alguns contextos (como os próprios autores salientam) e, dado seu uso tão específico, não parece ser relevante apontá-lo como uma estrutura distinta de tal verbo (cujo valor enquanto auxiliar é naturalmente extensível a seus sinônimos), a não ser pelo fato de ser categorizado como uma locução verbal de valor modal, e não como um verbo modal. Em relação a *haver de*, seu emprego parece ser escasso tanto na fala quanto na escrita, quaisquer sejam as leituras implicadas (quer de intenção, como em *Eu hei de ver esse filme*, quer de sugestão, como em *Tu havias de procurar as fotografias do teu casamento*) – e, portanto, torna-se questionável a sua importância em uma descrição da língua portuguesa em sua variedade europeia contemporânea.

Na *Gramática Pedagógica* (2011), por sua vez, dois modais elencados apenas por Bagno, *parecer*, de valor epistêmico, e *precisar*, de valor deôntico, relacionam-se aos modais prototípicos *poder* e *dever*, mas se diferenciam destes ao suscitarem uma leitura mais voltada à probabilidade e à necessidade do que à possibilidade e à obrigação, propriamente dita. O que mais se faz notar, no entanto, é o fato de que quatro dos seis verbos elencados somente na obra brasileira conferem uma modalização volitiva (desiderativa, na nomenclatura portuguesa) às perífrases: *preferir*, *pretender*, *querer* e *tentar*, sendo *querer* o modal prototípico de tal valor (+ vontade/desejo). A ênfase dada pelo autor para tal modalização contrapõe-se à de Raposo *et al.* (2013), para quem *querer*, *desejar* e *esperar* são verbos plenos com valor modal – por se aproximarem semanticamente dos verbos semiauxiliares

modais –, construindo, então, orações subordinadas substantivas finitas ou não finitas.⁶⁵ A diferença na classificação dos autores é exposta no quadro comparativo a seguir, que destaca os verbos auxiliares apresentados nos capítulos referentes, exclusivamente, aos verbos auxiliares e às perífrases verbais:

MATERIAL	CLASSIFICAÇÃO	
GRAMÁTICA PEDAGÓGICA (MARCOS BAGNO)	Verbos Auxiliares	<i>acabar; acabar de; acabar por; andar; cessar de; começar; começar a; conseguir; costumar; deitar a; deixar de; desistir de; dever; estar; ficar; habituar-se; haver; haver de; ir; necessitar; parar de; parecer; passar a; pegar a; permanecer; poder; pôr-se a; precisar; querer; saber; seguir; ser; ter; terminar de; vir; viver.</i>
GRAMÁTICA DO PORTUGUÊS (EDUARDO RAPOSO ET AL.)	Verbos Auxiliares	<i>acabar de; deixar de; estar a; ficar a; ir; ser; ter; vir.</i>
	Verbos Semiauxiliares	<i>andar a; chegar a; começar a; continuar a; dever; haver de; passar a; poder; ter de; ter que; tornar a; voltar a.</i>
	Verbos “Quase Auxiliares”	<i>achar; acreditar; autorizar; calcular; considerar; crer; desejar; duvidar; esperar; ignorar; imaginar; julgar; querer; obrigar; parecer; pensar; permitir; proibir; saber.</i>

Quadro 4 – Quadro comparativo da classificação de verbos auxiliares

Esse é um ponto que demonstra uma acentuada divergência entre os dois autores, uma vez que Bagno (2011) não distingue a modalização em diferentes estruturas, tal como o fazem os autores portugueses (2013), ao formularem uma gradação do valor modal, que inicia nos verbos plenos de valor modal e termina nos verbos auxiliares modais, passando pelos semiauxiliares modais. A referida problemática na delimitação das perífrases verbais, conforme apontaram Pontes (1973) e Lobato (1975), pode ser aqui entrevista, uma vez que, quer se assuma, por exemplo, *querer* como verbo modal ou como pleno, em ambas as construções este vai ser atualizado em uma forma flexionada seguida de infinitivo – apresentando, portanto, um dos formatos possíveis (e característicos) da estrutura perifrástica. Assim, o que está em perspectiva, aqui, é a percepção de cada autor quanto a *querer* ou *ter* perdido o seu significado mais concreto (+ vontade), e *ser*, dessa maneira, dependente de

⁶⁵ Como elucidado na seção referente aos verbos auxiliares da obra de Bagno (2011), o autor lista outros verbos de valor modal, entre os quais também inclui *desejar* e *esperar*.

outro verbo, ou ter um sentido descritivo semanticamente próximo ao de uma forma modal, e ser, portanto, subordinado a outro verbo.⁶⁶

Essa distinta categorização dos verbos auxiliares manifesta, em última instância, os objetivos de cada obra, de servir como material pedagógico ou como material de consulta. O fato de Bagno (2011) apontar brevemente algumas características dos verbos auxiliares torna o tema mais acessível a seus leitores; no entanto, delimitar tais estruturas com o que considera serem "características bem marcadas"⁶⁷ (BAGNO, 2011, p. 603) é problemático, pois resulta na apresentação dos mesmos critérios criticados por Pontes (1973) e por Lobato (1975), por serem abrangentes ou delimitadores demais. Raposo *et al.* (2013), por outro lado, fornecem oito propriedades de auxiliaridade, a partir das quais distinguem duas classes de verbos: a dos auxiliares, que satisfazem integralmente as condições listadas, e a dos semiauxiliares, que atendem uma parte de tais critérios. Além destes, ainda os autores salientam a existência de verbos plenos que cumprem alguns dos requisitos elencados, mas não em um número suficiente ou não aqueles considerados mais significativos – não sendo, portanto, sequer classificados como semiauxiliares. Como consequência de tal categorização, a obra portuguesa assenta-se, como já exposto anteriormente, em conhecimentos linguísticos mais especializados que a obra de Bagno, e, por isso, limita o seu escopo a meios cujos leitores tenham uma maior instrução.

⁶⁶ Apesar de Bagno (2011) não fornecer uma lista fechada de modais, com base nos verbos explicitamente elencados pelo autor e em todos os com valor modal especificados por Raposo *et al.* (2013), chega-se à conclusão de que os autores apresentam em número considerável de estruturas comuns: treze (*poder, dever, ter de, querer, desejar, esperar, crer, saber, acreditar, julgar, pensar, imaginar, considerar*), ao mesmo tempo em que apontam semelhante número de estruturas particulares a cada uma das gramáticas: onze em Bagno (*precisar, pretender, preferir, tentar, necessitar, carecer, supor, parecer, sonhar, almejar, buscar*), e dez em Raposo *et al.* (*ser capaz de, haver de, obrigar, permitir, autorizar, proibir, achar, calcular, ignorar, duvidar*).

⁶⁷ “Somente v¹ comporta a morfologia de modo, tempo e pessoa”; “v² é sempre um verbinominal”; “v¹ e v² compartilham sempre o mesmo sujeito” (BAGNO, 2011, p. 603).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo procurou analisar como duas gramáticas descritivas do século XXI do Português abordam a mudança na língua, especificamente no que toca aos verbos auxiliares e às construções perifrásticas, a partir do processo de gramaticalização. Assim, sob a perspectiva funcionalista, foram analisadas quais estruturas são aceitas por um e por outro autor, bem como a maneira como cada um as apresenta enquanto recurso linguístico produtivo tanto na norma culta do português brasileiro quanto na norma-padrão do português europeu.

Com este exame, percebeu-se a intenção de Bagno (2011) de despertar o conhecimento intuitivo do falante do português brasileiro em relação às diferentes conotações que cada valor aspectual, modal, temporal, imprime aos enunciados, mostrando que, para isso, não se faz necessário o estudo dos verbos auxiliares em construções sintáticas específicas. A obra lusitana (2013), em contraposição, visa a um estudo muito mais analítico, em que o usuário compreenda, sintática e semanticamente, o que o impede de usar certos verbos auxiliares com alguns verbos plenos em particular. Essa distinção pedagógica entre as produções, manifestada em todas as seções aqui examinadas, liga-se, naturalmente, ao público-alvo de cada autor; entretanto, a extrema oposição entre elas poderia ser atenuada. Bagno (2011), por exemplo, poderia não fundamentar grande parte de sua gramática na exposição daquilo que costuma já ser, inconscientemente, de conhecimento dos falantes, para abarcar uma análise que propicie uma maior reflexão sobre as possibilidades da língua – e, nesse sentido, incluindo informações técnicas que repercutam em outros contextos e que possibilitem uma maior autonomia dos usuários frente ao sistema. Raposo *et al.* (2013), por outro lado, acabam por limitar seu público ao abordarem a língua e suas construções a partir da perspectiva dos estudiosos; com isso, não se percebe nenhum movimento no sentido de tornar o estudo científico mais acessível aos leigos, que, apesar de terem instrução média-alta e interesse no estudo de tal tema, não possuem um conhecimento científico conforme parece pressupor a composição e a configuração da *Gramática do Português*.

A partir de avaliações comparativas como esta, torna-se possível pensar no aprimoramento de obras descritivas que, a despeito de visarem a públicos-alvo distintos, devem procurar apontar para as mais diversas atualizações dos usuários para que estes passem a ter consciência dos recursos linguísticos a que têm acesso enquanto falantes de determinada língua. O estudo da gramaticalização, nesse sentido, mostra-se frutífero por evidenciar a

mutabilidade da língua e por promover, como consequência disso, discussões acerca das variedades do português e das valorações nelas implicadas, uma vez que a inovação linguística, em sua fase inicial, costuma ser tratada pelos falantes da norma de maior prestígio social como um desvirtuamento da língua. Especificamente no contexto escolar, conduzir os alunos à reflexão do papel dos verbos auxiliares e das perífrases verbais na construção de seus enunciados é de extrema relevância, na medida em que tais estruturas são um dos principais mecanismos da língua para a expressão de gradações aspectuais, temporais e modais, que pouco conseguem ser manifestadas em construções verbais simples. Para tanto, não é necessário, evidentemente, a apresentação de uma classificação tal qual é proposta nas gramáticas aqui analisadas, visto a noção de os verbos auxiliares acrescentarem outros valores aos verbos plenos a que se ligam ser, em grande parte, intuitiva; apesar disso, a análise de materiais é essencial para que se possa orientar os aprendizes a perceberem a língua como, sobretudo, resultado das funções que a ela são impressas.

REFERÊNCIAS

- ALI, S. *Grammatica Histórica da Língua Portuguesa* (organização de Maximiano de Carvalho e Silva). São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1964.
- _____. *Grammatica Secundaria da Língua Portuguesa* (organização de Evanildo Bechara). São Paulo: Melhoramentos, 1963.
- BAGNO, M. *Gramática Pedagógica do Português Brasileiro*. São Paulo: Parábola Editorial, 2011.
- BEAUGRANDE, R. de. *Introduction to the Study of Text and Discourse*. Wien: UniversitätsVerlag, 1993.
- BURRIDGE, K. Approaches to Grammaticalization. In: *Journal of Linguistics*, v. 29, n. 1, 1993, p. 167-173.
- CÂMARA JR., M. *Dicionário de Filologia e Gramática Referente à Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: J. Ozon, 1964.
- CHRISTIE, W.; HALLIDAY, M. System and Function in Language. Selected Papers. Ed. by G. R. KRESS. In: *Lingua*, v. 47, 1979, p. 257-278.
- DIK, S. *Cognição, Discurso e Interação* (org. e apresentação de Ingedore V. Koch). São Paulo: Contexto, 2010. (Caminhos da Linguística).
- _____. *Functional Grammar*. Dordrecht, Cinnaminson: Foris Publication, 1981.
- _____. *The Theory of Functional Grammar*. Dordrecht-Holland/Providence RI-EUA: Foris Publications, 1989.
- _____. *The Theory of Functional Grammar*. Part 2: Complex and Derived Constructions. 2.ed. New York: Mouton de Gruyter, 1997.
- DUBOIS, J. Competing Motivations. In: HAIMAN, J. (Ed.). *Iconicity in Syntax*. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, 1985, p. 343-365.
- GIVÓN, T. *Functionalism and Grammar*. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, 1995.
- GONÇALVES, S.; LIMA-HERNANDES, M.; CASSEB-GALVÃO, V. (Org.). *Introdução à Gramaticalização: Princípios Teóricos e Aplicação*. São Paulo: Parábola Editorial, 2007. 207 p. (Lingua[gem], 21).
- GONÇALVES, A.; COSTA, T. (Auxiliar a) *Compreender os Verbos Auxiliares: Descrição e Implicações para o Ensino do Português como Língua Materna*. Lisboa: Colibri, 2002.
- GOUVEIA, C. Texto e Gramática: Uma Introdução à Linguística Sistêmico-Funcional. *Revista Matraca – Estudos Linguísticos e Literários*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 14, p. 13-47, jan./jul. 2009.
- HALLIDAY, M. *An Introduction to Functional Grammar*. London: Edward Arnold, 1985.
- _____. The Functional Basis of Language. In: BERNSTEIN, B. (Ed.) *Class, Codes and Control*. London: Routledge and Kegan Paul, 1973.

- HEINE, B. (Org.) *Approaches to Grammaticalization*. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, 1991.
- HEINE, B.; CLAUDI, U.; HÜNNEMEYER, F. *Grammaticalization: a Conceptual Framework*. Chicago: University Chicago Press, 1991.
- HOPPER, P. On Some Principles of Grammaticalization. In: TRAUGOTT, E.; HEINE, B. (Org.) *Approaches to Grammaticalization*. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, 1991, p. 17-35.
- HOPPER, P.; TRAUGOTT, E. *Grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.
- LEHMANN, C. Thoughts on Grammaticalization: a Programmatic Sketch. Köln: Arbeitendes Kölner Universalien – Projekts 48, 1982.
- LICHTENBERG, F. On the Gradualness of Grammaticalization. In: TRAUGOTT, E.; HEINE, B. (Org.) *Approaches to Grammaticalization*. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, 1991.
- LOBATO, L. Os Verbos Auxiliares em Português Contemporâneo. Critério de Auxiliaridade. In: LOBATO, L. *et al. Análises Linguísticas*. Petrópolis: Vozes, 1975.
- MARTINET, A. Qu'est-ce que la Linguistique Fonctionnelle? In: *ALFA*, v. 38. 1994, p. 11-18.
- MEILLET, A. L'évolution des Formes Grammaticales. In: *Linguistique Historique et Linguistique Générale*. Paris: Champion, 1912, p. 230-280.
- NEVES, M. *A Gramática Funcional*. São Paulo: Martins Fontes, 1997. 160 p. (Texto e Linguagem).
- _____. *A Gramática: História, Teoria e Análise, Ensino*. São Paulo: Editora UNESP, 2002. 282 p.
- NICHOLS, J. Functional Theories of Grammar. *Annual Review of Anthropology*, v. 43, 1984, p. 97-117.
- NICHOLS, J.; TIMBERLAKE, A. Grammaticalization as Retextualization. In: TRAUGOTT, E.; HEINE, B. (Org.) *Approaches to Grammaticalization*. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, 1991.
- PONTES, E. *Verbos Auxiliares no Português*. Petrópolis: Vozes, 1973. (Coleção Perspectivas Linguísticas; 10).
- PRIDEAUX, G.; SIEWIERSKA, A. Functional Grammar. In: *Language*, v. 70, n. 1, 1994, 166-169.
- RAPOSO, E. *et al. Gramática do Português*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2013. v. 1 e v. 2.
- SANTADE, M. *Gramaticalidade em sala de aula*. Campinas: Alínea, 2001. 174 p.
- TRAUGOTT, E.; HEINE, B. (Org.) *Approaches to Grammaticalization*. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, 1991.
- VAN VALIN, R. D. Functionalism, Anaphora and Syntax. In: *Funcional Syntax: Anaphora, Discourse and Empathy. Studies in Language*, v. 14, n. 1, 1990, p. 169-219.

VIEIRA, M. *Perífrases Verbais: O Tratamento da Auxiliaridade*. Rio de Janeiro: In-Fólio, 2004.

WERNER, H.; KAPLAN, B. *Symbol-Formation. An Organismic-Developmental Approach to Language and the Expression of Thought*. New York/London/Sydney: Wiley and Sons, 1963.